



UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE ARQUITETURA

REDESCOBRIR O MARÃO

Reabilitação e Requalificação do Circuito Mineiro de Vila Cova e Mascoselo

Amaro Tuna Vieira

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura
Mestrado Integrado em Arquitetura, com especialização em Arquitetura.

Orientação Científica:

Professor Doutor Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias

Professor Doutor Jorge Luís Firmino Nunes

Júri:

Presidente: Professor Doutor José Jacob Cabido

Vogal: Professor Doutor António José Damas da Costa Lobato dos Santos

Vogal e Orientador: Professor Doutor Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias

Todas as citações aqui apresentadas foram adaptadas ao novo acordo ortográfico pelo autor.

À MINHA ISaurinha

*À minha segunda mãe.
Aquele que com um sorriso nos brindava.
E com uma lágrima se despedia.
Que este trabalho seja fiel à memória que em ti se ia diluindo.*

AGRADECIMENTOS

Ao fim desta viagem, chegando ao destino inicialmente traçado, importa mencionar algumas das pessoas que fizeram o caminho valer as peripécias.

Primeiramente aos professores Hugo Farias e Jorge Nunes. A eles devo um agradecimento pelo interesse demonstrado no tema, pela curiosidade que despertaram após cada conversa, mas também pela disponibilidade de sempre. Porém, e acima de tudo, agradeço-lhes serem os guias da razão numa estrada sinuosamente percorrida muitas vezes pelas emoções.

Aos da minha casa. Aos meus pais, a quem devo o exemplo de dedicação e perseverança por uma causa maior, mas também pela educação que me deram e que me permitiram alcançar. Às minhas irmãs pelo apoio emocional e logístico e constante suporte em todos os problemas que este percurso proporcionou. A vós, que mais que ninguém aturou o meu pior lado, peço desculpa e agradeço por terem sido o combustível que me permitiu chegar onde hoje me encontro.

Aos amigos do pré e pós-aventura. Seria injusto não agradecer às pessoas que comigo partilharam caminho, histórias, desvios, preocupações, etc. Agradeço em particular ao Guerreirinho e ao Baptista, pelos conselhos, desabaços, mas principalmente pela amizade que fomos construindo nestes últimos anos. Aos restantes e não querendo injustiçar ninguém, deixo-vos um obrigado por, ao longo do percurso, se terem tornado em necessários pontos de paragem para respirar, olhar para trás e aproveitar o momento.

Aos desvios que a viagem tomou. Agradecer ao Sr. António Meireles e à Dona Arcília pela amabilidade e disponibilidade para nos receberem de braços abertos, mas também o entusiasmo revelado desde o início, tal como as estórias e detalhes partilhados.

A todos, o meu maior e mais sincero obrigado.

TÍTULO | REDESCOBRIR O MARÃO

SUB-TÍTULO | Reabilitação e Requalificação do Circuito Mineiro de Vila Cova e Mascoselo.

ALUNO | Amaro Tuna Vieira

ORIENTADOR | Professor Doutor Hugo José Abranches Teixeira Lopes
Farias

ORIENTADOR | Professor Doutor Jorge Luís Firmino Nunes

Mestrado Integrado em Arquitetura

Faculdade de Arquitetura | Universidade de Lisboa

Lisboa, Julho, 2019

RESUMO

Face ao panorama nacional de desertificação do interior, que vai assumindo proporções cada vez mais alarmantes, muitas são as estratégias criadas pelos municípios portugueses como forma de dinamizar as suas regiões da melhor maneira possível.

Nesse sentido, a Câmara Municipal de Vila Real decidiu criou uma série de 5 circuitos que permitem aos visitantes explorar o património existente dentro dos seus limites administrativos.

Na impossibilidade de abordar todos, é escolhido o Circuito do Mineiro, situado em plena serra do Marão, englobando as aldeias de Vila Cova e Mascoselo. Este trabalho propõe assim a reabilitação e requalificação deste circuito através de um rol de estratégias delineadas no projeto.

Esse projeto abordará não só a reabilitação de pontos estratégicos, situados tanto nas aldeias como ao longo do percurso, bem como a construção de um leque de infraestruturas que possam servir um programa de turismo rural, pretendendo reforçar a interligação entre visitante e visitado, dando a conhecer um pouco da cultura tradicional transmontana.

PALAVRAS-CHAVE

Vila Real | Percurso | Património | Paisagem | Rural | Vernacular

TITLE | REDESCOVERING MARÃO

SUB-TITLE | Rehabilitation and Requalification of Vila Cova and Mascoselo's Mining Circuit

STUDENT | Amaro Tuna Vieira

ADVISOR | Professor Doutor Hugo José Abranches Teixeira Lopes
Farias

ADVISOR | Professor Doutor Jorge Luís Firmino Nunes

Master in Architecture

Faculty of Architecture | University of Lisbon

Lisbon, July, 2019

ABSTRACT

Faced with the national panorama of desertification of the interior, which is assuming increasingly alarming proportions, many are the strategies created by the portuguese municipalities as a way to dynamize their regions in the best possible way.

In that sense, the Municipal Council of Vila Real created a series of 5 circuits that allow visitors to explore the existing assets within their administrative limits.

As a theme, the Circuito do Mineiro is chosen, situated in the middle of the Marão mountain range, encompassing the villages of Vila Cova and Mascoselo. This work proposes the rehabilitation and requalification of this circuit through a list of strategies outlined in the project.

This project will address not only the rehabilitation of strategic points, located both in the villages and along the route, as well as the construction of a range of infrastructures that can serve a rural tourism program, aiming to strengthen the interconnection between visitor and visited, allowing the visitor to know a little about traditional Trás-os-Montes culture.

KEYWORDS

Vila Real | Pathway | Heritage | Landscape | Rural | Vernacular

Que seja assim o arquiteto – homem entre os homens – organizador do espaço – criador de felicidade.

Da Organização do Espaço
TÁVORA, Fernando. Porto, E.S.B.A.P., 1982, p. 87.

ÍNDICE

I INTRODUÇÃO	1
II PONTOS DE PARTIDA	5
1 PATRIMÓNIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE	7
1.1 O QUE É HOJE PATRIMÓNIO?	9
1.2 RECONHECER E SER RECONHECIDO	10
2 DO PATRIMÓNIO À PAISAGEM	15
2.1 UMA PALAVRA. MIL SIGNIFICADOS	17
2.2 O RETORNO AO QUOTIDIANO	18
3 A REDESCOBERTA DO RURAL	21
3.1 SOMOS TODOS PORTUGUESES	23
3.2 UM RURAL PARA MIM E OUTRO PARA TI.	26
3.2.1 UM PROBLEMA DURADOURO	27
3.2.2 E AGORA?	29
3.2.2.1 O QUE (NÃO) É O RURAL HOJE	30
3.2.2.2 VISITANTES VS. VISITADOS.	31
3.2.2.3 O QUE FAZER?	32
III “O REINO MARAVILHOSO“	35
4 TRÁS-OS-MONTES E OS TRANSMONTANOS	37
4.1 PARA LÁ DOS MONTES	37
4.2 AS GENTES	39
5 A CULTURA	43
5.1 O GANHA-PÃO	43
5.2 AS PEGADAS NO TERRITÓRIO	46
5.2.1 A CASA	47
5.2.2 AS OUTRAS CONSTRUÇÕES	51

IV PROPOSTA	57
6 AS REFERÊNCIAS	59
6.1 A LIGAÇÃO FÍSICA	61
6.1.1 NASJONALE TURISVEGER	61
6.2 OS PONTOS ISOLADOS	67
7 O LOCAL	73
7.1 UMA ESTRATÉGIA PRÉVIA	75
7.1.1 O CIRCUITO DO MINEIRO	77
7.2 INTENÇÕES	81
7.2.1 (DES)ENCAMINHAR	81
7.2.2 VALORIZAR	84
7.2.3 RESPONDER	84
7.3 REDESENHAR O EXISTENTE	85
7.3.1 ESTRATÉGIA	86
7.3.1.1 RUAS E LUGARES	87
7.3.1.2 A CHARNEIRA	91
7.3.1.3 O COMPLEXO MINEIRO	95
7.3.1.4 JANELA SOBRE A PAISAGEM	99
7.3.1.5 O FORNO DO POVO	103

V PROJETO	111
8 AS INTERVENÇÕES	113
8.1 O PONTO INICIAL	115
8.1.1 O MIRADOURO	121
8.1.2 A CASA DO GUARDA	123
8.2 UM LARGO DIVIDIDO	127
8.2.1 A PALA E AS ÁGUAS	133
8.2.2 AS NAMORADEIRAS	135
8.3 O MIRADOURO FOTOGRÁFICO	139
8.3.1 O COTOVELO COM VISTA	145
8.4 A EIRA, O ESPIGUEIRO, O BEIRAL	151
8.4.1 A EIRA	157
8.4.2 O ESPIGUEIRO	157
8.4.3 O BEIRAL	161
8.5 A ALDEIA	167
8.5.1 A CASA DA PORTA AZUL	173
8.5.2 O COLÉGIO	175
8.5.3 O POÇO E O SOCALCO	179

VI CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
BIBLIOGRAFIA	187
ANEXOS	
I PEÇAS DESENHADAS	
II LEVANTAMENTOS	
III CADERNOS DE VIAGEM	

ÍNDICE DE FIGURAS

II | PONTOS DE PARTIDA

FIGURA 1 | O MARÃO - Disponível em <https://www.tamegasousa.pt/amarante-e-baião-vincam-vantagens-na-aproximação-dos-dois-lados-do-marão/>

FIGURA 2 | O VELHO E O NOVO - Fotografia do autor

FIGURA 3 | A PAISAGEM - Fotografia do autor

FIGURA 4 | VERDES CAMPOS - Fotografia do autor

III | “O REINO MARAVILHOSO”

FIGURA 5 | MOBILIÁRIO NATURAL - Fotografia do autor

FIGURA 6 | ROMPER A SERRA - Fotografia do autor

FIGURA 7 | OS TRABALHOS NA TERRA (s.d.) - Disponível em <http://etnografiaefolclore.blogspot.com/2015/03/património-imaterial-português-tem-sido.html>

FIGURA 8 | O MILHO - Fotografia do autor

FIGURA 9 | O BOI - Fotografia do autor

FIGURA 10 | O FRUTO D'OURO - Fotografia do autor

FIGURA 11 | “PLANO URBANO” - Fotografia do autor

FIGURA 12 | HERA UMA VEZ UMA CASA - Fotografia do autor

FIGURA 13 | CENÁRIO RECORRENTE - Fotografia do autor

FIGURA 14 | SUPORTE AGRÍCOLA - Retirada de RIBEIRO, Ana Sofia - *O Beiral, o Espigueiro e a Eira. Formas, Usos e Contextos*

FIGURA 15 | O CICLO DA ÁGUA - Fotografia do autor

FIGURA 16 | FORNO DO POVO DE BOTICAS - Disponível em <https://visitboticas.pt/2018/07/os-fornos-do-povo/>

IV | PROPOSTA

FIGURA 17 | PORTA MEIO ABERTA - Fotografia do autor

FIGURA 18 | RABOT TOURIST CABIN - Disponível em <https://www.archdaily.com/537957/rabot-tourist-cabin-ja>

FIGURA 19 | HIERARQUIA DE CIRCULAÇÕES - Fotografia do autor

FIGURA 20 | THE EGGUM - Disponível em <https://snohotta.com/project/98-eggum-tourist-route>

FIGURA 21 | ALLMANNAJUUVET - Disponível em <https://www.dezeen.com/2017/06/02/peter-zumthor-stilted-zinc-mine-museum-buildings-aldo-amoretti-photography-norway/>

FIGURA 22 | SKJERVFSOSSEN - Disponível em <https://landezine-award.com/skjervsfossen/>

FIGURA 23 | PARAGENS DE ANTIGAMENTE - Fotografia do autor

FIGURA 24 | MUSEU DE FOZ COA - Disponível em <https://www.archdaily.com/52866/museum-of-art-and-archaeology-of-the-coa-valley-camilo-rebelo>

FIGURA 25 | CENTRO DE ARTES - CASA DAS MUDAS - Disponível em <https://www.archdaily.com.br/01-7783/centro-de-artes-casa-das-mudas-paulo-david>

FIGURA 26 | CASA EM MOLEDO - Disponível em <https://www.pinterest.pt/pin/627337423072358320/>

FIGURA 27 | ADEGA QUINTA DO VALLADO - Disponível em <http://menosemais.com/conteudo/adega-do-quinta-do-vallado>

FIGURA 28 | FAROL DE PUNTA NARIGA - Disponível em <http://www.xn--csarportela-bbb.com/faro-de-punta-nariga>

FIGURA 29 | ORDEM DOS ENGENHEIROS V.REAL - Disponível em <http://www.bellemlima.com/1381oe/m08va9m58shba5m9iq0v41z0tuw47t>

FIGURA 30 | HOTEL QUINTA DO VALLADO - Disponível em <http://menosemais.com/conteudo/hotel-vinico-quinta-do-vallado>

FIGURA 31 | ARQUIPÉLAGO - CENTRO DE ARTES CONTEMPORÂNEAS - Disponível em http://josecamposphotography.com/arquipelago-contemporary_arts_center_menos_mais_joao_mendes_ribeiro_jose_campos/

FIGURA 32 | MUSEU MUNIC. ABADÉ PEDROSA - Disponível em <https://www.archdaily.com.br/788825/miec-plus-mmap-alvaro-siza-plus-eduardo-souto-de-moura>

FIGURA 33 | CASA EM MELGAÇO - Disponível em <https://www.brandaocosta.com/projetos/melgaco/?d=projeto-10>

FIGURA 34 | RECONVERSÃO DE UM PALHEIRO EM CORTEGAÇA - Disponível em <https://www.archdaily.com.br/01-49428/reconversao-de-um-palheiro-em-cortegaca-joao-mendes-ribeiro>

FIGURA 35 | O VALE - Fotografia do autor

FIGURA 36 | OS ROTEIROS - Retirada de <http://www.dourohistorico.pt/turismo/index.php?action=getDetalheRota&id=18>

FIGURAS 37 | PLACA DE APRESENTAÇÃO DO CIRCUITO DAS TRES ALDEIAS - Retirada de <http://www.dourohistorico.pt/turismo/index.php?action=getDetalheRota&id=18>

FIGURAS 38 | PLACA EXPLICATIVA DO CIRCUITO DAS TRES ALDEIAS - Retirada de <http://www.dourohistorico.pt/turismo/index.php?action=getDetalheRota&id=18>

FIGURAS 39 | PLACA DE APRESENTAÇÃO DO CIRCUITO DE CONSTANTIM - Retirada de <http://www.dourohistorico.pt/turismo/index.php?action=getDetalheRota&id=18>

FIGURAS 40 | PLACA EXPLICATIVA DO CIRCUITO DE CONSTANTIM - *Retirada de <http://www.dourohistorico.pt/turismo/index.php?action=getDetalheRota&id=18>*

FIGURAS 41 | PLACA DE APRESENTAÇÃO DO CIRCUITO DO CARVALHAL - *Retirada de <http://www.dourohistorico.pt/turismo/index.php?action=getDetalheRota&id=18>*

FIGURAS 42 | PLACA EXPLICATIVA DO CIRCUITO DO CARVALHAL - *Retirada de <http://www.dourohistorico.pt/turismo/index.php?action=getDetalheRota&id=18>*

FIGURAS 43 | PLACA DE APRESENTAÇÃO DO CIRCUITO DO LOBO - *Retirada de <http://www.dourohistorico.pt/turismo/index.php?action=getDetalheRota&id=18>*

FIGURAS 44 | PLACA EXPLICATIVA DO CIRCUITO DO LOBO - *Retirada de <http://www.dourohistorico.pt/turismo/index.php?action=getDetalheRota&id=18>*

FIGURA 45 | PLACA DE APRESENTAÇÃO DO CIRCUITO DO MINEIRO - *Retirada de <http://www.dourohistorico.pt/turismo/index.php?action=getDetalheRota&id=18>*

FIGURA 46 | PLACA EXPLICATIVA DO CIRCUITO DO MINEIRO - *Retirada de <http://www.dourohistorico.pt/turismo/index.php?action=getDetalheRota&id=18>*

FIGURA 47 | PAINÉL INFORMATIVO - *Fotografia do autor*

FIGURA 48 | PLACA INFORMATIVA - *Fotografia do autor*

FIGURA 49 | MARCAÇÃO A TINTA EM POSTE - *Fotografia do autor*

FIGURA 50 | MARCAÇÃO A TINTA EM PEDRA - *Fotografia do autor*

FIGURA 51 | PLANTA DO CIRCUITO DO MINEIRO | 1:10 000 - *Elaborada pelo autor*

FIGURA 52 | PONTO 5 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | 1:25 000 - *Elaborada pelo autor*

FIGURA 53 | INTERVENÇÃO DISFARÇADA - *Fotografia do autor*

FIGURA 54 | O ACESSO - *Fotografia do autor*

FIGURA 55 | O LUGAR - *Fotografia do autor*

FIGURA 56 | PASSADIÇOS DO PAIVA - *Disponível em <https://www.archdaily.com/787149/paiva-walkways-trimetrica>*

FIGURA 57 | PEDREIRA DO CAMPO - *Disponível em <https://www.archdaily.com/566906/pedreira-do-campo-urban-planning-m-arquitectos>*

FIGURA 58 | SOHLBERGPLASSEN - *Disponível em <https://www.archdaily.com/485946/sohlbergplassen-viewpoint-carl-viggo-holmebakk>*

FIGURA 60 | O ACESSO PEDONAL - *Fotografia do autor*

FIGURA 61 | O ANFITEATRO ESCAVADO - *Fotografia do autor*

FIGURA 62 | UM BURACO DE MINA - *Fotografia do autor*

FIGURA 63 | PONTO 7 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | 1:25 000 - *Elaborada pelo autor*

FIGURA 64 | CASA DA MALTA E UMA HABITAÇÃO - *Cedida por Filipe Carvalho*

FIGURA 65 | A MESSE - *Cedida por Filipe Carvalho*

FIGURA 66 | POSTO MÉDICO - *Cedida por Filipe Carvalho*

FIGURA 67 | PONTO 9 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | 1:25 000 - *Elaborada pelo autor*

FIGURA 68 | O ACAMPAMENTO DE ESCUTEIROS - *Fotografia do autor*

FIGURA 69 | A APROXIMAÇÃO - *Fotografia do autor*

FIGURA 70 | O LOCAL - *Fotografia do autor*

FIGURA 71 | UREDDPLASSEN - *Disponível em <https://www.archdaily.com/890837/new-architectural-addition-to-must-see-landmarks-on-norways-scenic-tourist-trails>*

FIGURA 72 | VARGBAKKANE - *Disponível em <https://bobilverden.no/fantastisk-natur-darlige-vilkar-for-bobiler/>*

FIGURA 73 | VEDAHAUGANE - *Disponível em https://images.adsttc.com/media/images/5017/16b2/28ba/0d23/5b00/0d95/large_jpg/stringio.jpg?1414055655*

FIGURA 74 | PONTO 10 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | 1:25 000 - *Elaborada pelo autor*

FIGURA 75 | O FORNO PROPOSTO - *Fotografia do autor*

FIGURA 76 | O EDIFÍCIO SERVIDOR - *Fotografia do autor*

FIGURA 77 | A VISTA - *Fotografia do autor*

FIGURA 78 | THE DOVECOTE - *Disponível em <https://www.archdaily.com/793717/the-dovecote-azo-sequeira-arquitectos-associados>*

FIGURA 79 | E/C HOUSE - *Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/761143/casa-e-c-sami-arquitectos>*

FIGURA 80 | LABORATÓRIO DA PAISAGEM - *Disponível em <https://www.archdaily.com/284915/landscape-laboratory-cannata-fermandes>*

FIGURA 81 | MAQUETE DE TERRENO | ESCALA 1:2000 - *Fotografia do autor*

FIGURA 82 | MAQUETE DE TERRENO | ESCALA 1:2000 - *Fotografia do autor*

V | PROJETO

FIGURA 83 | O TELHADO TÍPICO - *Fotografia do autor*

FIGURA 84 | OS BLOCOS - *Fotografia do autor*

FIGURA 85 | O OLHAR DA CASA DO GUARDA - *Fotografia do autor*

FIGURA 86 | PONTO 1 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | 1:10 000 - *Elaborada pelo autor*

FIGURA 87 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200 - *Fotografia do autor*

FIGURA 88 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200 - *Fotografia do autor*

FIGURA 89 | A CHEGADA PELA EN304 - *Fotografia do autor*

FIGURA 90 | O INÍCIO DO CIRCUITO - *Fotografia do autor*

FIGURA 91 | VISTA DESDE A CASA DO GUARDA - *Fotografia do autor*

FIGURA 92 | A CASA DO GUARDA VISTA DO MIRADOURO - *Fotografia do autor*

FIGURA 93 | VISTA SOBRE A CASA - *Fotografia do autor*

FIGURA 94 | ALÇADO TARDOZ - *Fotografia do autor*

FIGURA 95 | AMBIENTE INTERIOR DA CASA DO GUARDA - *Elaborada por Rodolfo Coelho*

FIGURA 96 | CHEGADA AO LOCAL - *Fotografia do autor*

FIGURA 97 | PONTO 2 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | 1:10 000 - *Elaborada pelo autor*

FIGURA 98 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200 - *Fotografia do autor*

FIGURA 99 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200 - *Fotografia do autor*

FIGURA 100 | O VAZIO NA MONTANHA - *Fotografia do autor*

FIGURA 101 | VISTA DE FRENTE - *Fotografia do autor*

FIGURA 102 | NA SAÍDA PARA O CAMINHO DAS ALMAS - *Fotografia do autor*

FIGURA 103 | A PRIMEIRA PAUSA - *Fotografia do autor*

FIGURA 104 | ESTRADA QUE SEPARA - *Fotografia do autor*

FIGURA 105 | DIVIDIR E ESCOLHER - *Fotografia do autor*

FIGURA 106 | AMBIENTE A CHEGADA - *Elaborada por Rodolfo Coelho*

FIGURA 107 | A PAUSA NA BARREIRA - *Fotografia do autor*

FIGURA 108 | PONTO 3 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | 1:10 000 - *Elaborada pelo autor*

FIGURA 109 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200 - *Fotografia do autor*

FIGURA 110 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200 - *Fotografia do autor*

FIGURA 111 | O COTOVELO - *Fotografia do autor*

FIGURA 112 | OLHAR DE BAIXO - *Fotografia do autor*

FIGURA 113 | SEGUIR CAMINHO - *Fotografia do autor*

FIGURA 114 | O MIRADOURO VISTO DE FORA - *Elaborada por Rodolfo Coelho*

FIGURA 115 | AMBIENTE INTERIOR DO MIRADOURO - *Elaborada por Rodolfo Coelho*

FIGURA 116 | A VISTA FRONTAL - *Fotografia do autor*

FIGURA 117 | DAS NAMORADEIRAS PELO CAMINHO DAS ALMAS - *Fotografia do autor*

FIGURA 118 | DE CÁ DE BAIXO - *Fotografia do autor*

FIGURA 119 | OLHAR SOBRE O LOCAL - *Fotografia do autor*

FIGURA 120 | PONTO 4 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | 1:10 000 - *Elaborada pelo autor*

FIGURA 121 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200 - *Fotografia do autor*

FIGURA 122 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200 - *Fotografia do autor*

FIGURA 123 | A VIAGEM - *Fotografia do autor*

FIGURA 124 | O PONTO DE CHEGADA - *Fotografia do autor*

FIGURA 125 | A DIVISÓRIA - *Fotografia do autor*

FIGURA 126 | A IMPLANTAÇÃO DO BEIRAL - *Fotografia do autor*

FIGURA 127 | A VISTA PREDOMINANTE - *Fotografia do autor*

FIGURA 128 | A IMPLANTAÇÃO DOS ESPIGUEIROS - *Fotografia do autor*

FIGURA 129 | OS ESPIGUEIROS VISTOS DE FORA - *Elaborada por Rodolfo Coelho*

FIGURA 130 | OS ESPIGUEIROS VISTOS DE DENTRO - *Elaborada por Rodolfo Coelho*

FIGURA 131 | O VERNACULAR - *Fotografia do autor*

FIGURA 132 | PONTO 8 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | 1:10 000 - *Elaborada pelo autor*

FIGURA 133 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200 - *Fotografia do autor*

FIGURA 134 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200 - *Fotografia do autor*

FIGURA 135 | VILA COVA VISTA DA SERRA - *Fotografia do autor*

FIGURA 136 | O COLÉGIO - *Fotografia do autor*

FIGURA 137 | A IGREJA A ENTRADA - *Fotografia do autor*

FIGURA 138 | O ALÇADO FRONTAL VISTO DO INTERIOR - *Fotografia do autor*

FIGURA 139 | ALÇADO FRONTAL - *Fotografia do autor*

FIGURA 140 | INTERIOR DESTRUÍDO - *Fotografia do autor*

FIGURA 141 | A VISTA DESAFOGADA - *Fotografia do autor*

FIGURA 142 | O COLÉGIO VELHO E A MELHORIA - *Fotografia do autor*

FIGURA 143 | AS PAREDES ENVIESADAS - *Fotografia do autor*

FIGURA 144 | ALÇADO POSTERIOR - *Fotografia do autor*

FIGURA 145 | O SOCALCO - *Fotografia do autor*

FIGURA 146 | O POÇO DA BOMBA - *Fotografia do autor*

FIGURA 147 | O ACESSO AO POÇO - *Fotografia do autor*

FIGURA 148 | AMBIENTE EXTERIOR DO EDIFÍCIO DO POÇO - *Elaborada por Rodolfo Coelho*

I | INTRODUÇÃO

Portugal é um ponto de encontro de várias culturas, vários climas e vários modos de viver, que se distribuem ao longo do território nacional, consequência de uma história rica e de uma posição geográfica privilegiada.

Porém, há muito se vem verificando a perda de algumas culturas locais fruto da desertificação do interior do país, algo que não sendo estranho aumentou ultimamente, culpa de uma crise económica que forçou a população a deslocar-se ora para as grandes metrópoles, ora para o estrangeiro. Estas terras, pobres em oportunidades, mas ricas em tradições, ficam normalmente à mercê dos que vão ficando, normalmente uma população envelhecida que vê a sua envolvente a deteriorar-se com o passar do tempo.

Como forma de contrariar esses movimentos migratórios, vários municípios nacionais vão-se fazendo valer dos trunfos que possuem, tentando ao máximo valorizar o património que lhes pertence, na esperança de atrair interesse turístico que possa vir a revelar-se uma mais valia na regeneração da região.

Nesse sentido, a Câmara Municipal de Vila Real apostou na criação de 5 circuitos pedestres distribuídos pelo concelho, destacando o seu património histórico, cultural e natural. Infelizmente, com o passar do tempo e com a falta de manutenção, é mais que normal que estes se encontrem degradados, tornando-se urgente a sua reabilitação e revitalização, para que não caiam no esquecimento.

Conscientes da impossibilidade de, num trabalho desta ordem, responder a todas as necessidades inerentes a cada um dos circuitos, procura-se balizar uma intervenção arquitetónica que se considere razoável. Deste modo, aliando-se a uma ligação pessoal ao local em causa, opta-se por abordar neste trabalho um dos percursos já desenhados pelo município, o Circuito Mineiro de Vila Cova e Mascoselo.

Aquando um primeiro contacto com o local, rapidamente se definiram três intenções que fundamentam as intervenções deste trabalho.

Encontrando-nos atualmente numa altura em que todos os minutos contam, onde a infraestruturização do país procura reduzir o tempo decorrido na ligação entre os pontos de partida e chegada. Assim, o primeiro objetivo desta intervenção procura contrariar essa suposta necessidade de viver apressadamente.

Para isso, partindo do percurso existente, promove-se a viagem demorada, de redescoberta tanto do património como da paisagem de uma parcela do território nacional, procurando por meio de um processo de acupuntura arquitetónica, implantar estrategicamente pontos de paragem que permitam relacionar o visitante com o local.

Este trabalho surge também na era onde viajar, para além de mais rápido, se tornou mais fácil. Não se quer com isto dizer que esta facilidade seja de todo benéfica para estes locais, pois numa procura por responder às necessidades do maior número de visitantes possíveis, vai-se aos poucos aproximando as várias culturas num processo de homogeneização cultural que vai contribuindo para a perda de autenticidade a que se tem vindo a assistir.

Sendo assim, num segundo objetivo, e após um estudo da região, define-se como intenção a valorização dos vários elementos regionais, quer sejam eles arquitetónicos, naturais ou culturais. Tenciona-se, deste modo, imprimir ao longo de todo o processo uma linguagem que, não obstante a diferença verificada num primeiro olhar, seja comum a todas as intervenções.

Por fim, é impossível imaginar a redinamização destas áreas se não for por outro meio que não um programa turístico. No entanto, tendo em conta outras intervenções realizadas em zonas mais remotas, tanto nacional como internacionalmente, repara-se que as necessidades dos visitantes são muitas vezes levadas mais em conta do que as carências apontadas pelos moradores, o que muitas vezes resulta numa musealização destas regiões, onde os habitantes não passam de meras personagens que conferem a autenticidade ao local.

Assim, numa terceira intenção, e após conversas informais com os

locais, as intervenções nas aldeias inseridas neste percurso procuram responder a vertentes mais sociais, contudo nunca perdendo de vista a noção turística do contexto deste trabalho, tendo para isso definindo programas que procuram responder a essas necessidades, ao mesmo tempo realçando o papel dos habitantes como principais dinamizadores turísticos deste local.

A componente teórica deste trabalho, desenvolvida em paralelo com o desenho das propostas projetuais, às quais se aliaram as visitas ao local, permitiram a intervenção fundamentada ao longo do circuito. Tal como na vertente desenhada, a vertente escrita deste trabalho procura seguir uma lógica que parte do global para o particular, condição essa que influencia a composição deste documento, o qual se divide em vários capítulos que em seguida se explicarão sucintamente.

Na parte **II | PONTOS DE PARTIDA** vai-se ao encontro dos temas que suportam este trabalho, estudando a sua evolução até aos dias que correm e de que modo motivaram as intervenções propostas.

Na parte **III | “O REINO MARAVILHOSO”** introduz-se a região transmontana, estudando a sua geografia, as suas gentes, com todas as suas virtudes e defeitos, mas mais importante a sua dimensão cultural, analisando com mais afinco a sua arquitetura.

Na parte **IV | PROPOSTA** apresentam-se os casos de estudo que exemplificam formas de intervir tanto no capítulo global da estratégia de âmbito nacional, como no capítulo particular dos pequenos pontos de interesse. Dá-se a conhecer ainda a estratégia municipal dos vários percursos dispersos pelo concelho, da qual se avança para a introdução ao Circuito do Mineiro. Ainda neste capítulo, expõem-se os objetivos que delineiam a estratégia global desta proposta, terminando com a breve descrição de todas as intervenções definidas no curso desta aventura.

Por fim, na parte **V | PROJETO**, apresentam-se as intervenções desenvolvidas mais afincadamente, passando do mundo conceptual ao desenho do projeto.



FIGURA 1 | O MARÃO

II | PONTOS DE PARTIDA

A relação entre natureza e construção é decisiva na arquitetura. Esta relação, fonte permanente de qualquer projeto, representa para mim como que uma obsessão; sempre foi determinante no curso da história e apesar disso tende hoje a uma extinção progressiva.

Álvaro Siza Vieira¹

Importa primeiramente apresentar os temas que motivaram este trabalho, respondendo a questões que não só complementem como justifiquem as múltiplas intervenções arquitetónicas.

Os assuntos aqui apresentados, património e paisagem, são amplamente discutidos nos dias que correm. Ambos são hoje novelos de lã de significados, alvo de variadas adjetivações sendo muito fácil divagar por mundos de conceitos que desviariam o rumo pretendido.

Assim, inicia-se a investigação indo à raiz das palavras, isto é, aos significados originais, refletindo depois sobre alguns aspetos com interesse para este trabalho, procurando entender como a ligação entre eles e os seus significados se podem tornar valores acrescentados na dinamização do mundo rural.

1. VIEIRA, Álvaro Siza – *Imaginar a Evidência*. Lisboa, Edições 70, 2015, p. 17.



FIGURA 2 | O VELHO E O NOVO

1 | PATRIMÓNIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Uma geração não pertence unicamente a si, pertence ao pretérito cuja herdeira é, ao futuro, cuja testadora será.

Alexandre Herculano²

Hoje em dia a palavra património *está na moda dos profissionais e dos aficionados da Cultura, dos empresários que funcionam e lucram em seu nome, dos técnicos de Planeamento e até dos políticos*³, tendo todo este interesse à sua volta provocado um desgaste do termo, ao mesmo tempo que a desvia do seu real significado e o que realmente espelha.

Interessa então chegar a uma linha de pensamento que permita entender o que é património e ao que na realidade este se associa, a fim de percebermos a relação que este estabelece com o homem.

2. Citado em MENDES, António Rosa – *O que é Património Cultural*. Olhão, Gente Singular Editora, 2012, p.5;

3. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Património, Riegl e Hoje* em Revista da Faculdade de Letras. Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1991, p.407 e 408.

1.1 | O QUE É HOJE PATRIMÓNIO?

O futuro do passado está confiado à nossa guarda.

Eduardo Lourenço⁴

Como referido, património é hoje merecedor das mais diversas interpretações, alternando mediante o adjetivo que à frente deste se coloca. Todo este interesse à sua volta provoca-lhe um desgaste, desviando-o da sua definição inicial, não sendo por isso de estranhar o comentário de Françoise Choay, na sua obra *A Alegoria do Património*⁵, alegando que esta deambulação por entre as mais diversas atribuições fez com que a palavra se tornasse num conceito “*nômade*”⁶.

Se na verdade *a muito antiga palavra «património» conhece hoje uma nova sorte*⁷, na sua raiz encontrava-se ligada a um só significado. Derivando do latim *patrimonium*, referia-se exclusivamente às heranças familiares, ou seja, ao conjunto de bens de valor material que as gerações mais velhas transmitiam aos seus descendentes.

Segundo António Rosa Mendes, destacam-se deste conceito original os dois seguintes aspetos: *primeiro, o de valor, de riqueza, quase de tesouro; segundo, o de conjunto, um complexo cuja relevância vai para além das coisas que, uma por uma consideradas, o integram*⁸. Porém, a perceção destas duas noções seria impossível sem consciência do conhecimento previamente acumulado, daí ser a herança o atributo que maior destaque merece pelo facto de ser o principal agente na transmissão cultural entre gerações.

Porém, a classificação patrimonial estende-se hoje não só à componente material (do objeto isolado aos conjuntos dispersos ao longo da

4. Citado em AAVV – *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa, AAP, 3ª Edição, 1988 p. V;

5. CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. Lisboa, Edições 70, 2000;

6. Idem, p. 11;

7. CHOAY, Françoise – *As Questões de Património*. Lisboa, Edições 70, 2011, p. 15;

8. MENDES, António Rosa – *O que é Património Cultural*. Olhão, Gente Singular Editora, 2012, p. 11.

paisagem humanizada, também ela integrada neste aglomerado) mas ao mesmo tempo considera uma componente imaterial (dos saberes ancestrais, dos cantos, crenças, etc.), ou seja, *todos aqueles que pelas suas características intrínsecas transmitam significado, num determinado local, onde a sua perda constituiria um dano irreparável*⁹.

1.2 | RECONHECER E SER RECONHECIDO

Para nós, património é tanto a obra-de-arte, a ruína, o objeto-construção, a arquitetura de um edifício (o monumento clássico), como o lugar-ambiente, os núcleos urbanos a que (mal) chamamos centro históricos, ou seja, a cidade antiga e a cidade consolidada. É património o território e a paisagem humanizada, enquanto arquiteturas de vasta escala, ou seja, organizações voluntárias do espaço feitas por (e portadoras dos valores) dos homens. É também património (intangível) o saber que permitiu projetar, construir, manter ou alterar.

José Aguiar¹⁰

Mas afinal como é chegamos aqui? Como foi o tempo sobrepondo camadas de conceitos ao património? Mas, acima de tudo, qual a importância destas camadas para o homem?

Interessa primeiramente contextualizar a atual abrangência do termo. Esta ideia corrente surge no intervalo compreendido entre metade do século XVIII e o primeiro quartel do século XIX. As revoluções englobadas neste período, tanto a Industrial como a Francesa, permitiram atribuir novos valores à palavra, pois a destruição por elas causada, aliada ao surgimento do Romantismo, contribuíram para a nostalgia da perda

9. CALVETE, Mariana - *Itinerâncias e Percursos da Memória, Desenho que suporte a relação entre património, território e paisagem*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. 2013, p.16;

10. Citado em SILVA, Gastão Brito e – *Portugal em Ruínas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014, p.9.

irremediável do passado.

É igualmente nesta altura que aparecem os primeiros instrumentos de conservação patrimonial como meio de combater estes acontecimentos. Estas ferramentas, porém, dedicavam-se exclusivamente ao património construído, primeiro ao monumento erigido propositadamente em alusão a um certo acontecimento, pessoa, culto, etc., posteriormente alargando o raio de ação ao monumento histórico, o edifício ao qual, contrariamente ao monumento, se lhe imputou essa condição.

Surgindo igualmente do latim (derivada de *monumentum*, proveniente de *monere*), a palavra significa advertir/lembrar qualquer coisa. Françoise Choay afirma mesmo que *a especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória*¹¹.

No entanto, esta definição do património representado no monumento encontra-se atualmente muito desatualizada e descontextualizada, correspondendo à descrição presente na carta de Atenas, resultante do primeiro congresso acerca deste assunto, realizado em 1931. É certo que deste ponto inicial até aos dias que correm existe uma grande janela temporal, na qual o termo património foi, como mencionado, sucessivamente revisto e apropriado por muito mais áreas do conhecimento.

Consultando o site da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)¹², facilmente se observa essa evolução num índice cronológico, e no qual é possível ver os vários estágios desta palavra, no entanto, não pretendendo descrever exaustivamente este crescimento, destacam-se algumas cartas que se acham mais relevantes no contexto deste trabalho e dos seus temas.

Património começou, como referido, por se cingir aos monumentos edificados nas cidades, quer fossem eles construídos propositadamente para esse efeito ou assumissem posteriormente esse papel, alargando-

11. CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. Lisboa, Edições 70, 2000, p. 18

12. A lista de cartas aqui mencionadas poderão ser facilmente consultadas no site da Direção-Geral do Património Cultural, através do seguinte link: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/cartas-e-convencoes-internacionais-sobre-patrimonio/>;

se em 1964¹³, às construções ou aos conjuntos de edifícios do mundo rural, de maior ou menor dimensão e que fossem reflexo de uma população específica. Do monumento, património passa, em 1972¹⁴, a dividir-se em duas componentes, a cultural e a natural, as quais se subdividem em três categorias, nomeadamente, os monumentos, os conjuntos/formações e os locais de interesse.

Procurando englobar cada vez mais razões que justifiquem a existência humana, os organismos responsáveis pela conservação patrimonial destacam, em 1976¹⁵, o valor que os conjuntos históricos assumem no quotidiano humano, advertindo a sua preservação, princípios que seriam mais tarde reforçados pelos conceitos da carta de Washington em 1987¹⁶. Contudo, estes dois últimos documentos abordavam unicamente o contexto urbano, focando-se na conservação das cidades e bairros históricos, surgindo em 1999¹⁷, a Carta sobre o Património Vernacular Construído, onde os conjuntos rurais são aqui elevados ao mesmo patamar de importância para o homem como os conjuntos urbanos.

Ainda neste ano e na mesma ocasião é também escrita a Carta Internacional do Turismo Cultural¹⁸, procurando relacionar esta forma de turismo com os locais de património significativo, abordando-se temas que vão além do edificado e dos conjuntos históricos, como a relação com os habitantes locais e as suas tradições, destacando-as como elementos que enriquecem a experiência cultural dos visitantes.

13. Informação descrita na Carta de Veneza, disponível para consulta através do link <https://www.icomos.org/en/resources/charters-and-texts/180-articles-en-francais/chartes-et-normes/383-resolutions-of-the-symposium-on-the-introduction-of-contemporary-architecture-into-ancient-groups-of-buildings-at-the-3rd-icomos-general-assembly>;

14. Informação disponível para consulta através do link: <https://www.icomos.org/en/resources/charters-and-texts/180-articles-en-francais/chartes-et-normes/383-resolutions-of-the-symposium-on-the-introduction-of-contemporary-architecture-into-ancient-groups-of-buildings-at-the-3rd-icomos-general-assembly>

15 Informação presente na carta resultante da conferência de 1976 em Nairobi. Disponível para consulta através do link: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114038.page=136>;

16. Informação presente na carta resultante da conferência de 1987 em Washington. Disponível para consulta através do link: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/towns_e.pdf;

17. Informação presente na carta resultante da Assembleia Geral do México, de 1999. Disponível para consulta através do link: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/vernacular_e.pdf;

18. Informação presente na carta resultante da Assembleia Geral do México, de 1999. Disponível para consulta através do link: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/INTERNATIONAL_CULTURAL_TOURISM_CHARTER.pdf;

Crê-se, pela consulta da maioria dos documentos escritos entre esta carta e os dias que correm, que é a partir dela que se começa a despertar a atenção para o valor turístico, e conseqüentemente económico, que o património poderá assumir na valorização dos locais onde se insere, porém, importa acima de tudo não esquecer que é a capacidade de reavivar memórias através das emoções, a principal característica do património. Desta forma, perpetua-se a transmissão dos valores pelos quais as sociedades, e conseqüentemente o homem, se regem, funcionando como marco identitário que permite às comunidades reconhecerem-se e ao mesmo tempo serem reconhecidas como pertencentes a determinada cultura. Através desta cultura, materializada no objeto ou no gesto, espelha-se a identidade do homem, permitindo-lhe reconhecer o seu passado e agir no presente, ao mesmo tempo que o projeta no futuro.



FIGURA 3 | A PAISAGEM

2 | DO PATRIMÓNIO À PAISAGEM

Paisagem é uma palavra que, pelo seu uso tão frequente, pela sua aplicação em toda e qualquer circunstância, ainda por cima com uma aparente certeza conceptual a tocar a impunidade, criou a sensação de dispensar qualquer esforço de definição.

António Campar de Almeida¹⁹

Paisagem é uma palavra que *voltou a estar na moda*²⁰ pois, após a extensão da classificação patrimonial para além dos limites do edificado, voltou-se a falar nela como meio memorial e identitário.

Sendo igualmente presunçoso tentar uma definição exata do termo, aborda-se sucintamente a origem desta palavra. Porém, o que interessa neste capítulo é entender o valor desta no contexto rural e o porquê da discussão atual quanto à sua preservação.

19. ALMEIDA, António Campar de – *Paisagens: um Património e um Recurso*. Coimbra, Campo das Letras, 2006, p. 31;

20. MEDEIROS, Carlos Alberto em RIBEIRO, Orlando – *Paisagens, Regiões e Organização do Espaço*. Revista Finisterra, volume XXXVI, nº 72 | Lisboa, Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, 2001, p. 27

2.1 | UMA PALAVRA. MIL SIGNIFICADOS

No meio de tanta polémica sobre o que possa ser a paisagem, talvez se ganhe alguma coisa seguindo as placas e observando a dita. É que já não se pode com tanto discurso sobre a paisagem, a paisagem protegida, a paisagem património, a paisagem degradada, a paisagem da paisagem. Paisagem é uma espécie de esponja: absorve qualquer questão que se possa enunciar paisagisticamente e, inversamente, espremendo, também sai de lá qualquer coisa.

Álvaro Domingues²¹

Da mesma forma que se falou da transformação sofrida com o conceito de património, também a paisagem passou por processo semelhante. Urbana, Rural, Natural, Cultural, Arquitetónica, Humana, são tudo atributos que lhe foram sucessivamente imputados.

Etimologicamente, paisagem provém do termo francês *paysage*, originada do latim *pagus*, significando o campo ou território cultivado. Pesquisando no dicionário da Língua Portuguesa a palavra é descrita como *a extensão de território que se abrange com um lance de vista ou então como um desenho, quadro, género literário ou trecho que representa ou em que se descreve um sítio campestre*²².

Originalmente, paisagem encontra-se ligada ao desenvolvimento da pintura renascentista pois esta assumia-se como *o produto da arte de representar numa tela um dado acontecimento enquadrado por uma dada realidade geográfica*²³.

Esta associação ao belo transfigurou a atitude da sociedade perante os

21. DOMINGUES, Álvaro – *Vida no Campo*. Porto, Dafne Editora, 2011, p. 159;

22. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, disponível em <https://dicionario.priberam.org>, consultado a 28 de Agosto de 2018;

23. ALVES, Teresa – *Paisagem – Em busca do Lugar Perdido*. Revista Finisterra, volume XXXVI, nº 72 | Lisboa, Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, 2001, p. 67.

espaços naturais. Se anteriormente montanhas, florestas, desertos ou até mesmo o mar eram motivo de repulsa, as imagens idealizadas pela pintura, juntamente com as novidades surgidas na Revolução Industrial, permitiram a criação de novos modelos de valores, atribuindo a estes lugares o valor de paisagem.

2.2 | O RETORNO AO QUOTIDIANO

Já quando abordada na Geografia, segundo Álvaro Domingues²⁴, a paisagem era inicialmente considerada um ponto de encontro entre as vertentes Física e Humana da disciplina, isto porque se inicialmente se focava na *descrição das formas físicas da superfície terrestre*²⁵, passou gradualmente a incluir as paisagens influenciadas pelo homem porém, nunca descurando a relação entre elas estabelecida, descrição que se encontra na Convenção Europeia da Paisagem²⁶, realizada em Florença no ano 2000.

Na tentativa de compreender a *totalidade dos fenómenos do espaço estudado*²⁷, a Geografia aliou-se a variadas ciências que, apesar de enriquecerem o objeto de investigação da disciplina, ameaçam a sua referenciação.

Atualmente valorizam-se cada vez mais as paisagens culturais, pois estas constituem, através das características destacadas por António Campar de Almeida²⁸, marcos identitários das comunidades onde se

24. "A paisagem, numa época em que a geografia se afirmava uma disciplina de charneira entre as ciências físicas e humanas, era uma espécie de síntese e epifenómeno resultante de uma relação de tempos longos entre as condições naturais (um conjunto de determinantes biofísicas) e a ação do homem organizado em sociedades portadoras de uma historicidade, de uma cultura, de uma evolução tecnológica." em DOMINGUES, Álvaro – *A Paisagem Revisitada*. Idem, p. 56;

25. SALGUEIRO, Teresa Barata – *Paisagem e Geografia*. Ibidem, p. 41;

26. "«Paisagem» designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos;" em Conselho da Europa - *Convenção Europeia da Paisagem*. Florença, 2000, p. 1, disponível em https://www.culturante.pt/fotos/editor2/2000-convencao_europeia_da_paisagem-conselho_da_europa.pdf, consultado a 25 de Junho de 2018;

27. SALGUEIRO, Teresa Barata – *Paisagem e Geografia*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, 2001, p. 44;

28. "Porém, para ser paisagem esse espaço visível tem de ser constituído por um conjunto de componentes

inserir, não fossem elas o reflexo da contínua mudança e evolução imposta pelo homem na natureza circundante. A identificação com a “nossa terra” parte muitas vezes dessa relação simbólica do homem com o local onde nasceu e cresceu, e esse crescimento partilhado com a envolvente arrasta consigo um sentimento de pertença muitas vezes incompreendido a alguém exterior.

Estas qualidades impressas pelo conhecimento das várias gerações que nelas viveram, conferem às paisagens uma condição patrimonial, que ameaçadas pela heterogeneização atual que se começa a impor, cria um sentimento nostálgico perante a perda da riqueza cultural que estas representam daí que a classificação patrimonial se estenda atualmente à proteção das paisagens.

Esta relação identitária com as paisagens não surge exclusivamente perante as paisagens de âmbito regional, sentidas ora pelo indivíduo ou pela pequena comunidade a ela adjacente. Existem as que são apreendidas a nível nacional, como são exemplo os parques naturais que, como mais à frente falaremos, *são sentidas como suas por todo um povo*²⁹, sendo que por fim, existem ainda as paisagens mundiais, reconhecidas por todos, cuja classificação fica a cargo da UNESCO.

que formem um todo coerente. Significa isto que esses componentes, em regra heterogéneos, pela sua distribuição, disposição, encadeamento, associação mais ou menos lógica entre si, conjugam-se no sentido de ser possível atribuir uma identidade àquele espaço. Estes componentes passam essencialmente pela morfologia do terreno, pela hidrografia, pelo coberto vegetal e pelas instalações e transformações exercidas, nesse espaço, pelas comunidades humanas.”, em ALMEIDA, António Campar de – *Paisagens: um Património e um Recurso*. Coimbra, Campo das Letras, 2006, p. 31;

29. ALMEIDA, António Campar de – *Paisagens: um Património e um Recurso*. Coimbra, Campo das Letras, 2006, p. 33;



FIGURA 4 | VERDES CAMPOS

3 | A REDESCOBERTA DO RURAL

*Adeus, ó terra,
Adeus, linda serra,
De neve a brilhar,*

*Adeus, aldeia,
Que eu levo na ideia
De cá não voltar.*

Leitão de Barros³⁰

Em Portugal, esta vontade de preservar as paisagens e o património nelas inserido surge com uma sucessão de eventos que voltou os portugueses para a redescoberta.

Enumeram-se aqui dois fatores considerados fulcrais nesta mudança de atitude, nomeadamente a recente crise económica, que forçou muitos portugueses a alterar rotinas e a procurar novos destinos de férias, à qual se juntam os incêndios e a destruição por eles causados, que levaram o país a redescobrir o valor destas zonas remotas, muitas vezes deixadas ao abandono e o que a sua perda poderá futuramente representar.

Estas duas razões foram determinantes na reabertura de uma discussão antiga, designadamente a questão da identidade nacional. Desta forma, importa entender neste capítulo o que significa ser português, mas também que estratégias se poderão assumir em intervenções nestas áreas isoladas.

30. Do filme *Maria Papoila*, de Leitão de Barros, 1937, citado em DOMINGUES, Álvaro – *Vida no Campo*. Equações de Arquitectura, Porto, Dafne Editora, 2011, p. 24

3.1 | SOMOS TODOS PORTUGUESES

*Quem te sagrou criou-te português.
Do mar e nós em ti nos deu sinal.
Cumpriu-se o Mar, o Império se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal!*

Fernando Pessoa³¹
O Infante

Como mencionado, a importância do fenómeno da identidade deve-se ao facto de este evidenciar a riqueza proveniente das diferenças culturais entre “nós” e os “outros”. Estas singularidades, reconhecidas tanto interna como externamente, *estabelecem uma narrativa lógica e estruturada como um sistema integrado, que ajuda a conceber uma ideia abstrata numa ideia tangível possibilitando uma continuidade da nação no tempo*³².

No caso português, dos fenómenos indicados por José Mattoso³³ como determinantes no estabelecimento de uma identidade, foi o fator político o principal contribuinte na definição de uma identidade nacional, conclusão que surge do facto do país não ter por base uma raiz comum aos níveis racial, étnico ou geográfico, como acontece com outros países, mas sim uma base política. Portugal surge assim da agregação de várias manchas territoriais, culturalmente diferentes, onde o rei exercia sobre elas o seu domínio, sendo este de tal ordem forte que, *ser português começou por ser o mesmo que vassalo do rei*

31. PESSOA, Fernando – *Mensagem*. Lisboa: Ática, 10ª ed. 1972, p. 57, disponível em <http://arquivopessoa.net/textos/2375>, consultado em 15 de Dezembro de 2018;

32. LADEIRO, Helena - *A Comunicação Visual e Gráfica como uma Chave de Leitura da Identidade Nacional Portuguesa no Século XIX*. Tese de Doutoramento, FAUL, 2016, p. 6;

33. “Nem todos os países seguiram a mesma evolução. Nalguns casos os fenómenos culturais terão, porventura, maior peso na formação da identidade nacional, noutros serão os acontecimentos políticos os mais decisivos, noutros, ainda, os fatores económicos ou sociais. A diversidade nacional resulta, em boa parte, da forma como se conjugam os vários elementos constitutivos das suas sucessivas expressões históricas.” em MATTOSO, José – *A Identidade Nacional*. Lisboa, Fundação Mário Soares, 2003, p. 6.

*de Portugal, e não por se pertencer a um determinado povo*³⁴.

Afastando, por agora, o problema da língua, creio que não podemos deixar de considerar o todo nacional como um mosaico de povos, dentre os quais nenhum emerge como dominante em relação à área que depois se tornou o território português.

José Mattoso, Suzanne Daveau, Duarte Belo³⁵

Esta condição aglutinadora da monarquia sobre o território em muito contribuiu para o estabelecimento praticamente definitivo das fronteiras nacionais no final do século XIII, porém, esta delimitação favoreceu unicamente a difusão da língua portuguesa como valor comum a todos os portugueses, pois, geograficamente, o âmbito regional destas culturas extrapolou esse limite físico, nalguns casos, para zonas partilhadas com Espanha, laços esses que ainda hoje perduram sendo até maiores do que com a restante população de Portugal.

Outra razão que permite reforçar a importância do poder político na formulação da identidade portuguesa prende-se com o nome do país pois, contrariamente a outros cujo nome provém dos povos que os habitavam, deriva de uma realidade administrativa³⁶.

Ao concentrar em si todos os poderes, a monarquia impediu o estabelecimento da classe burguesa, fazendo com que ao mesmo tempo que retinha para si qualquer lucro proveniente de atividades comerciais, impedia o país de acompanhar o desenvolvimento de outros países. Este subdesenvolvimento criou na sociedade intelectual compreendida entre a segunda metade do século XIX e os anos 50 do

34. MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte – *Portugal. O Sabor da Terra. Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões*. Lisboa, Temas e Debates, 2010, p. 82;

35. *Idem*, p. 66;

36. “*Em termos gerais, este fenómeno parece significar que o nome do País deriva de um centro administrativo e não de um povo. A importância deste facto pode-se verificar comparando-o com o nome de outros países que derivam de substantivos étnicos, como aconteceu, por exemplo, na França – terra dos francos -, na Alemanha – terra dos alamanos, ou na Inglaterra – terra dos anglos.*” em MATTOSO, José – *A Identidade Nacional*. Lisboa, Fundação Mário Soares, 2003, p. 60.

século passado, a sensação de declínio de um país que parecia estar a desligar-se dos tempos de glória dos Descobrimentos.

Deste período conturbado, apelidado de “atraso económico português”, deu-se uma *tomada de consciência da necessidade de reencontrar uma identidade nacional*³⁷, onde se valorizariam sentimentos como a “saudade” e o “sebastianismo”, bem como outros “messianismos” que pudessem dar sentido ao futuro, tendo contribuído para a sua disseminação o analfabetismo da maioria da população da altura, sentimentos que, apesar da perda de importância, perduram até hoje.

Este olhar para o passado foi, aliás, peça fulcral na coesão do Estado Novo, numa altura em que a ideologia transmitida pelas elites culturais assentava, segundo Álvaro Domingues³⁸, na transmissão da imagem de um país estagnado no passado e na sua dimensão rural. Contudo, esta imposição de quadros onde o equilíbrio nacional consistia na diversidade e na relação entre as paisagens e os respetivos modos de vida, *devolvia-nos a segurança de um saber estável, coerente, reconhecível em equilíbrios engenhosos, duradouros e saberes ancestrais*³⁹.

Constata-se assim que apesar de todos os esforços, o Estado nunca conseguiu impor uma identidade dita nacional, isto porque, a riqueza do povo português assenta na diversidade cultural de âmbito regional, algo refletido nas próprias regiões naturais portuguesas que, segundo Gonçalo Ribeiro Telles, *são regiões culturais e históricas, porque já têm uma relação secular entre o Homem e o Território*⁴⁰.

37. COSTA, Alexandre Alves da – *Identidade Nacional e Património Construído*. Comunicação efetuada a 18 de Abril de 2009 no Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, p. 5;

38. “(...) o sucesso desta «Geografia das Paisagens» (...) não podia ter sido mais eficaz, particularmente onde a ideologia dominante até à Revolução de Abril de 74 se baseava num país rural, atávico, tradicionalista, cioso da sua memória histórica e dos particularismos do seu território diverso «entre o Mediterrâneo e o Atlântico» (a expressão cara a Orlando Ribeiro), matizado pela orografia, pela interioridade ou pela proximidade ao mar, pela diversidade do seu mosaico paisagístico e de todo o folclore associado a uma imagem idílica e romântica das suas gentes e costumes (...)” em DOMINGUES, Álvaro – *A Paisagem Revisitada*. Revista Finisterra, volume XXXVI, nº 72 | Lisboa, Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, 2001, p. 56;

39. Idem.

40. TELLES, Gonçalo Ribeiro em *Jornal Pessoas e Lugares*. Braga INDE Intercooperação e Desenvolvimento, CRL, 2004, p.4;

Dado que o fenómeno da identidade não pode deixar de se associar ao da busca de segurança, por meio da integração do indivíduo no grupo, e que o sentimento de pertença ao todo nacional se tornou nas sociedades modernas uma expressão fortemente interiorizada da consciência de grupo, pode-se prever que as suas características se alterem com a mudança das condições sociais, mas não é de esperar que desapareça facilmente.

José Mattoso, Suzanne Daveau, Duarte Belo⁴¹

Não havendo de facto nenhum traço cultural que possa ser considerado comum a todos os portugueses, poder-se-á dizer que o Estado, para além de fator de coesão nacional, tem funcionado como transmissor de uma identidade assente numa memória coletiva, essa sim sentida por toda a nação e refletida nos mais variados símbolos e alvo de constante mutação. Esta reconstrução continuada da sua simbologia permite à identidade manter a sua singularidade e ao mesmo tempo adquirir um lado dinâmico, reinventando-se conforme as necessidades e as ideias da nação, desta forma contrariando a possível estagnação num determinado momento da história.

3.2 | UM RURAL PARA MIM E OUTRO PARA TI.

O mundo urbano olha para o mundo rural de variadíssimas maneiras: uns com saudades, porque se lembram da sua terra; outros como um sítio ótimo para se passear e merendar e outros como algo que é miserável.

Gonçalo Ribeiro Telles⁴²

41. MATTOSO, José; DAVEAU Suzanne; BELO, Duarte – Portugal. O Sabor da Terra. Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões. Lisboa, Temas e Debates, 2010, p. 95;

42.

Identificou-se anteriormente que a regionalidade que define Portugal é a maior característica da identidade portuguesa.

O recente reconhecimento deste traço despertou o interesse nestas zonas interiores, permitindo-lhes combater não só os efeitos nefastos dos incêndios florestais, mas também, em certa medida, a desertificação da qual padecem.

Porém, este reconhecimento é de facto recente pois, segundo Gonçalo Ribeiro Telles, existem várias formas de olhar para esta diversidade, daí ser importante neste subcapítulo investigar sucintamente uma cronologia do mundo rural, para que possamos perceber o fundamento destas diferentes visões. Para tal, tentar-se-á compreender não só o caminho percorrido até agora⁴³, mas também perspetivar o caminho no futuro próximo.

3.2.1 | UM PROBLEMA DURADOURO

"Mas porque é absorvente e constitui um poderoso polo de atração, a cidade (...) provoca a rarefação dos espaços rurais que, por menos evoluídos, não podem competir com o seu poder de sedução e se vêm assim perigosamente abandonados; (...)."

Fernando Távora⁴⁴

É inegável o tom paternalista com que normalmente se fala do Portugal interior. Até há pouco, segundo Álvaro Domingues, os seus habitantes eram retratados pela elite como o povo pobre, simples, mas mais importante subserviente⁴⁵, tentando assim superiorizar-se

43. Para efeitos de localização do leitor, toma-se a data deste documento (Julho de 2019) como referência temporal.

44. TÁVORA, Fernando – *Da Organização do Espaço*. Porto, E.S.B.A.P., 1982, p. 48;

45. "Nesse passado a vida no campo era a imagem do Paraíso e do bom povo sábio, pobre mas honesto, que vivia na sua simplicidade, alegria, em comunhão com a Natureza e oração dos deuses." DOMINGUES, Álvaro – *Vida no Campo*. Porto, Dafne Editora, 2011, p. 15 e 16.

a esta parte da população portuguesa⁴⁶.

Separado da “civilização” por todas as barreiras naturais que entre um e outro lado se impunham, o mundo rural era aquele lugar longínquo, de difícil acesso, do qual pouco ou nada se sabia e que era por vezes convenientemente ignorado. Deste desapego surgem, segundo José Mattoso, zonas como Trás-os-Montes e Alentejo, nomeadas *pelo ponto de vista de quem se situa no centro do País*⁴⁷, e não por quem lá vive.

A perda de importância do mundo rural poder-se-á assim resumir a três momentos chave que culminaram na desertificação atual.

Primeiramente, a Revolução Industrial visto que, numa altura em que a máquina substituía o homem, a industrialização da agricultura, e a conseqüente perda de importância no contexto económico, juntamente à criação de novas profissões, justificou o abandono dos campos, isto porque a população se deslocava para as metrópoles onde era necessária mão de obra.

O segundo contratempo prende-se com a recente infraestruturização do país. A construção de autoestradas e vias-rápidas aliadas à crescente preponderância do automóvel, resultou num abandono do meio de transporte predominante até então, o comboio, trazendo consigo a desativação de várias rotas muitas vezes essenciais à população, como são exemplo as linhas do Corgo e do Tua, entre muitas outras. Apesar desta perda, a facilidade de deslocação criada permitiu um acesso rápido e direto a zonas onde novas oportunidades surgiam.

46. “Como convinha à elite que sobre ele pensava, era um povo submisso, camponês de gema, resignado, ocupado nos trabalhos e nos dias, temente aos deuses e à Natureza que com eles se confundia, ensimesmando nas suas coisas de conservar o legado da tradição, de guardar os bens preciosos do chão, o espírito da pátria e dos egrégios avós; conservava, simultaneamente, brutezas e imaginários sublimes.”. Idem, p. 18;

47. “Dois outros nomes mostram claramente que foram dados por estranhos à própria região, ou seja pela entidade administrativa central: Trás-os-Montes e Alentejo. Justificam-se pelo ponto de vista de quem se situa no centro do País; foram de tal modo interiorizados pelos autóctones que estes adoptaram a designação apesar de nem uns nem outros poderem ter inventado esse nome para si mesmos; não exprimem nenhuma identidade.”. MATTOSO, José – *A Identidade Nacional*. Lisboa, Fundação Mário Soares, 2003, p.73 e 74;

Finalmente, a emigração, terceiro motivo aqui apresentado, que, fruto das consequências das duas anteriores razões (ausência de trabalho e facilidade de deslocação) levou consigo grande parte dos jovens destes locais, deixando estas zonas entregues à população envelhecida.

Todos estes fatores convergem na queda demográfica destas regiões, razão pela qual se encontram muitas delas hoje ao abandono, com as suas construções em ruínas, sendo muitas delas consumidas pelos incêndios que todos os anos destroem largas áreas do país.

3.2.2 | E AGORA?

O espaço rural português, (...), não é apenas um espaço de produção que permitiu e continua a permitir alimentar a população, é também, e sobretudo hoje com muita maior importância, um espaço cultural, onde se abastecem as raízes culturais da comunidade que nós somos.

Já foi dito, mas nunca é demais realçar, que a cultura e a identidade portuguesas se fundaram na ruralidade e no mar – e ambas as origens daquilo que fomos ao longo dos séculos estão ameaçadas.

Fernando Santos Pessoa⁴⁸

Num país onde, segundo Paulo Varela Gomes⁴⁹, imperam ora a nostalgia ora a indiferença perante estes locais, urge intervir estrategicamente para que seja possível minimizar a propagação dos

48. PESSOA, Fernando Santos – *Intervir na Paisagem*. Lisboa, Argumentum, 2017, p. 15;

49. "Em Portugal é preciso deixar que à memória coletiva mais recente caia a tinta, apodreça o teto, enferrujem as dobradiças e os carris, corroa a erva daninha, se partam com o vento as vidraças. Portugal não quer recordar nem quer ver aquilo que foi ontem, ainda ontem, há bocadinho. Quando aceita fazê-lo, esconde a vergonha e o remorso debaixo de estatísticas (que mentem e triunfam porque simplificam tudo)." - GOMES, Paulo Varela – *Destroços*, em *Jornal Público*, 1 de Abril de 2010. Disponível em <https://www.publico.pt/2010/04/01/culturaipsilon/noticia/destrocos-253771>, consultado a 17 de Agosto de 2018.

estragos.

Desta forma importa responder a três questões que surgem quando apresentado o tema do mundo rural: em primeiro o que ele retrata hoje; segundo, o que pretendem destas zonas visitantes e visitados e por último, como intervir de forma a criar valor.

3.2.2.1 | O QUE (NÃO) É O RURAL HOJE

O rural que há pouco se apresentou já não se assemelha ao que hoje se vive. O seu valor atual transcende, em larga escala, o anterior papel do *celeiro dos aristocratas*⁵⁰, isto é, de mero produtor agrícola, habitado pelo povo analfabeto que se limitava aos trabalhos no campo. Apesar do ponto anterior continuar presente no discurso referente a estas áreas, o interior deixou de ser aquele lugar longínquo, reflexo do Paraíso na Terra e praticamente inacessível a quem olhasse das metrópoles.

Segundo Elisabete Figueiredo, estas zonas remotas são hoje reservas culturais, sociais e ambientais, tendo como principal característica serem *espaços de memória e “herança cultural”*⁵¹. Não obstante servirem de referência a um tempo e a um lugar, estas culturas não estagnaram no passado, continuando aliás, em permanente mutação. De acordo com Álvaro Domingues⁵², por não dependerem dos cânones culturais impostos, reinterpretam qualquer influência exterior adaptando-as depois ao seu quotidiano.

50. “Tão longe dos tempos em que o campo miserável era apenas o celeiro dos aristocratas e pouco mais; em que a lavoura era a riqueza do povo e da nação; o campo era o back office da cidade e o solo a condição sine qua non para haver produção.” DOMINGUES, Álvaro – *Vida no Campo*. Porto, Dafne Editora, 2011, p. 153;

51. FIGUEIREDO, Elisabete; VALENTE, Sandra - *Habitantes e Visitantes – Uma “Luta” Inevitável*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2003, p. 1, disponível em <http://sper.pt/oldsite/VCHER/Pdfs/SandraValente.pdf>, consultado a 29 de Novembro de 2017;

52. “Enquanto as culturas cultivadas e as elites necessitam de mecanismos e rituais de legitimação e de auto-reconhecimento (também para se demarcarem dentro da sua diversidade e campos de luta simbólica), a cultura popular basta-se a si própria, entre o mimetismo e a marcação de diferenças, o jogo de espelhos, as leituras cruzadas entre indivíduos e grupos sociais, associando, inventando e re-combinando referentes, gostos, estéticas, técnicas e criações – as eruditas trazidas, adaptadas e modificadas da alta cultura, e todas as outras que não têm esse nome.”. DOMINGUES, Álvaro – *Vida no Campo*. Porto, Dafne Editora, 2011, p. 270.

Por fim, o processo de valorização simbólica destas regiões atribui-lhes a qualidade de repositórios da identidade nacional, lugares cuja coerência dá sentido e estabilidade ao mundo atual, servindo como porto seguro onde, retornando a este, é possível voltar às raízes.

3.2.2.2 | VISITANTES VS. VISITADOS.

Porém, apenas parte da população partilha a visão anterior, nomeadamente quem vê nestas regiões meras zonas de lazer. Desta forma coloca-se a seguinte questão: o que pretendem destes locais visitantes e visitados? Logo à partida, convém esclarecer o ponto de onde cada um dos lados parte.

Aos olhos do turista, o mundo rural tornou-se num espaço de refúgio da vida urbana, ideal para férias. Procurando distância do seu quotidiano, parte em busca de lugares autênticos, isto é, mais próximos da origem humana, onde possam não só redescobrir-se, mas também redescobrir Portugal.

Esta procura pela autenticidade alia-se frequentemente à nostalgia da perda de referências do passado, algo que influencia sobejamente a opinião quanto a intervenções a ter nestes locais. No caso do visitante defende-se a menor interferência possível e, a haver, que valorize a componente turística, para que estas regiões sejam a mais fiel representação da cultura a elas associada.

Do outro lado, os habitantes olham a sua terra do ponto de vista utilitário, ou seja, a terra serve para viver e trabalhar. No entanto, reconhecem também a desertificação como o maior problema do qual as suas localidades padecem, daí que, invejando os meios urbanos, tal como Távora⁵³ enuncia, julguem desconfiadamente as intenções que estes imaginam para as suas regiões, pois

53. "Nas zonas favorecidas constrói-se muito, faz-se em geral uma vida que corresponde melhor ao teor contemporâneo, elaboram-se as ideias e tomam-se as decisões, ganha-se melhor, aí se instalam as sedes das empresas e as grandes indústrias; nas zonas restantes assiste-se ao que se passa, olha-se com um misto de inveja e de rancor para as delícias, as grandezas, a última palavra da "cidade". TÁVORA, Fernando – *Da Organização do Espaço*. Porto, E.S.B.A.P, 1982, p. 61.

pretendem que as suas aldeias sofram do mesmo processo de desenvolvimento que as cidades, acreditando desta forma que esta infraestruturação permitirá a criação de empregos que não só fixará população, mas também rejuvenescerá estas localidades.

3.2.2.3 | O QUE FAZER?

Desta forma, considerando os dois pontos anteriores, como intervir da melhor forma possível?

A primeira reflexão deverá assentar no destaque das qualidades específicas do local de intervenção, num claro combate à crescente uniformização cultural do território. A cultura de massas, impulsionada pelos *media*, é provavelmente o maior inimigo destas regiões, isto porque, com a corrente facilidade de viajar, vai-se aos poucos esbatendo as diferenças culturais para que seja possível atrair o maior número de pessoas possível.

Portugal caracteriza-se pela enorme diversidade cultural, patente não só na gastronomia local, mas também no Cancioneiro Popular Português, de Michel Giacometti, bem como nos inquéritos da Arquitetura Popular em Portugal, da Associação dos Arquitetos Portugueses⁵⁴, daí que este primeiro ponto se revista de importância.

Em seguida, e percebendo que é a vertente turística a principal dinamizadora destas regiões, interessa proporcionar programas que respondam à procura turística, criando oportunidades de emprego que criem condições de fixação de população. Importa assim criar momentos de interação entre a população habitante e o turista, valorizando sempre o que a terra providencia, como são exemplo o caso das vindimas e o pisar das uvas nas quintas

54. Ambos os estudos aqui apresentados são resultado da pesquisa de uma Identidade Nacional, que implicou percorrer Portugal de norte a sul. Aos seus autores, apresentam-se regiões com diversas construções e cantos que se reservam aos variados trabalhos do quotidiano. Ambos são possíveis encontrar em formato físico, sendo também possível encontrar vídeos das viagens de elaboração do cancionero. GIACOMETTI, Michel – *Cancioneiro Popular Português*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1981 e AAVV – Associação dos Arquitetos Portugueses - *Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa, AAP, 1988.

do Douro, ou até os diversos percursos existentes ao longo da paisagem. Certamente estes programas favorecerão inicialmente o visitante, porém crê-se que poderão ser fundamentais na dinamização e no aumento de qualidade de vida destas regiões.

Considerando o âmbito deste trabalho, realçamos igualmente o papel que as construções vernaculares assumem neste processo. O vernacular é possivelmente a primeira impressão que se retira destas zonas remotas. Arquiteturas intemporais, fruto do bom senso e da capacidade exímia de adaptação ao meio envolvente⁵⁵, (quer pelos materiais envoltos na construção, retirados da envolvente, quer pela sua implantação acomodada ao terreno) são construções cujas principais características assentam na sua durabilidade e versatilidade.

Segundo Álvaro Domingues, não respondem a nenhuma tendência das escolas da arquitetura, sendo a pura representação do minimalismo, pois *o menos é ainda mais quando além do resto é preciso gerir a escassez*⁵⁶. Ainda segundo este autor tudo o que a estas construções diz respeito é variável, exceção feita ao facto de ser uma construção característica de um local em específico⁵⁷. Sendo este traço o maior aliado no combate à homogeneização cultural, urge “reciclar” os destroços espalhados por Portugal fora, providenciando novos usos às ruínas, para que evitemos os problemas enunciados por Paulo Varela Gomes⁵⁸ e não percamos a memória coletiva do regionalismo português.

55. "There is much to learn from architecture before it became an expert's art. The untutored builders in space and time – the protagonists of this show – demonstrate an admirable talent for fitting their buildings into the natural surroundings. Instead of trying to “conquer” nature, as we do, they welcome the vagaries of climate and the challenge of topography." – RUDOLFSKY, Bernard – *Architecture Without Architects*. Nova Iorque, Museum of Modern Art, 1964, p. 7;

56. DOMINGUES, Álvaro – *Vida no Campo*. Porto, Dafne Editora, 2011, p. 205;

57. "A pertença a um determinado lugar parece ser a única definição consensual de vernacular. Tudo o resto é variável consoante o autor, a época, o contexto, ou o campo científico e cultural a que pertence uma determinada produção científica ou artística." – Idem, p. 235;

58. "Em Portugal é preciso deixar que à memória coletiva mais recente caia a tinta, apodreça o teto, enferrujem as dobradiças e os carris, corra a erva daninha, se partam com o vento as vidraças. Portugal não quer recordar nem quer ver aquilo que foi ontem, ainda ontem, há bocadinho. Quando aceita fazê-lo, esconde a vergonha e o remorso debaixo de estatísticas (que mentem e triunfam porque simplificam tudo)." GOMES, Paulo Varela – *Destroços*, em *Jornal Público*, 1 de Abril de 2010. Disponível em <https://www.publico.pt/2010/04/01/culturaipsilon/noticia/destrocos-253771>, consultado a 17 de Agosto de



FIGURA 5 | MOBILIÁRIO NATURAL

III | “O REINO MARAVILHOSO”

Vou falar-lhes dum Reino Maravilhoso. Embora muitas pessoas digam que não, sempre houve e haverá reinos maravilhosos neste mundo. O que é preciso, para os ver, é que os olhos não percam a virgindade original diante da realidade, e o coração, depois, não hesite. Começa logo porque fica no cimo de Portugal, como os ninhos ficam no cimo das árvores para que a distância os torne mais impossíveis e apetecidos. E quem namora ninhos cá de baixo, se realmente é rapaz e não tem medo das alturas, depois de trepar e atingir a crista do sonho, contempla a própria bem-aventurança.

Miguel Torga⁵⁹

Um Reino Maravilhoso

Onde? Quem? Como?

As questões acima surgem da necessidade de, após introdução aos temas de trabalho, apresentar a região **onde** se intervirá, descrever **quem** habita esse local e mais importante **como** estes últimos moldaram a paisagem. O local esse, insere-se na região de Trás-os-Montes.

Pretende-se desta forma dar a conhecer a realidade transmontana, numa sequência que se quer lógica, avançando do global para o particular, introduzindo-se a paisagem e as gentes da terra, descrevendo a relação umbilical que estes estabeleceram entre si através dos seus hábitos e construções.

2018.

59. TORGA, Miguel – *Portugal*. Coimbra, Gráfica de Coimbra, p. 27.



FIGURA 6 | ROMPER A SERRA

4 | TRÁS-OS-MONTES E OS TRANSMONTANOS

4.1 | PARA LÁ DOS MONTES

Um mundo! Um nunca acabar de terra grossa, fragosa, bravia, que tanto se levanta a pino num ímpeto de subir ao céu, como se afunda nuns abismos de angústia, não se sabe por que telúrica contrição.

Terra-Quente e Terra-Fria. Léguas e léguas de chão raivoso, contorcido, queimado por um sol de fogo ou por um frio de neve. Serras sobrepostas a serras. Montanhas paralelas a montanhas.

Nos intervalos, apertados entre os lapedos, rios de água cristalina, cantantes, a matar a sede de tanta angústia. E de quando em quando oásis de inquietação que fez tais rugas geológicas, um vale imenso, dum húmus puro, onde a vista descansa da agressão das penedias.

Miguel Torga⁶⁰

Um Reino Maravilhoso

Situada na fronteira norte do país, a região transmontana teve cedo na história os seus limites bem definidos, ora a norte e a este pela fronteira com Espanha, ora a sul pelo Douro. Contudo, a oeste, os seus limites oscilariam até ao século XVIII, altura em que seria definido um limite perto do atual.

É desta última fronteira geográfica que a região retira o seu nome, isolada que está do resto de Portugal pelas diversas serras circundantes, entre as quais se compreendem as cordilheiras compostas pelas serras do Gerês e Cabreira e Alvão e Marão.

A sua paisagem, maioritariamente intocada pelo Homem, é marcada

60. TORGA, Miguel – Portugal. Coimbra, Gráfica de Coimbra, p. 30 e 31

pelas planícies abruptamente interrompidas pelas serras de altura respeitável que, além da marca acentuada que imprimem no relevo, influenciam o clima e a constituição do solo.

Topograficamente, os aldeamentos encontram-se isolados dos ventos atlânticos e expostos aos ventos continentais, deixando a população da região à mercê de condições meteorológicas extremas, sujeitando-se a um frio e humidade extremos no inverno e ao calor e secura infernais no verão.

A população organiza-se nos locais onde as serras dão tréguas à paisagem e onde o acesso à água é fácil. De acordo com Vergílio Tabora ⁶¹, a água assume papel significativo na fixação da população, sendo reflexo de uma relação entre esta e o habitat humano que já vem de muito longe. Esta relação é de tal forma forte que muitos dos nomes das aldeias surgem desta condição.

Os vales são povoados por estas pequenas aldeias que se aninham à beira das nascentes dos afluentes dos grandes rios que aqui passam, Douro, Corgo e Tâmega. Ainda segundo aquele autor, os aldeamentos são de fácil categorização dividindo-se em duas tipologias: o aldeamento aglomerado, compacto, ou o alongado, que segue uma linha diretriz, sendo o primeiro o mais encontrado ao longo da região.

O isolamento do resto do país foi combatido com a chegada das ligações férreas, entre finais do séc. XIX e inícios do séc. XX, aos grandes centros urbanos da região, Vila Real e Bragança, por meio das linhas do Corgo e do Douro, respetivamente.

Cedo se viu que a linha do Douro assumiu maior importância, fruto da comercialização do vinho do Porto proveniente daquela zona, daí que a linha do Corgo, resignada ao papel de linha secundária, fosse utilizada pela população nas suas curtas deslocações.

Maioritariamente ligada à agricultura e à pecuária, a população viu nas

61. "A água desempenha um papel importante na fixação dos povoados; ora a aldeia se instala na margem dum rio, à beira duma ribeira ou simples linha de água, ora junto duma nascente. Esta aliança da água e do habitat humano é tão íntima que inúmeras vezes a aldeia tira o nome do facto hidrológico que a atraiu." em TABORDA, Vergílio – *Alto Trás-os-Montes. Estudo Geográfico*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1932, p. 203.

décadas de 40 e 50 do século passado surgir outra fonte de rendimento: as minas. Importantes para fornecer matéria prima aos países envolvidos no período durante e após a Segunda Guerra Mundial, pouco durariam, fruto da desvalorização dos minérios extraídos e do elevado custo na manutenção da operação encontrando-se muitas delas desativadas atualmente.

Outro dos marcos que permitiu combater o isolamento foram as ligações rodoviárias, surgindo na mesma altura que findavam as explorações mineiras. A junção destes dois momentos foi, contudo, fulcral para o processo de desertificação do interior, contribuindo para o retrocesso demográfico.

4.2 | AS GENTES

- Para cá do Marão, mandam os que cá estão!... (...)

Incapazes de uma obediência imposta de fora, os habitantes da terra apenas consideram naturais e legítimos os imperativos da própria consciência. O eco duma ordem estranha à sua harmonia interior desliza pela crosta das almas sem as perturbar. As mais altas dignidades de além-fronteiras nada mais representam do que puras expressões nominais de valores abstratos.

Miguel Torga⁶²

Um Reino Maravilhoso

Influenciado pela condição geográfica pré-existente, o Homem transmontano, das peças mais importantes na modelação da paisagem, tem como característica mais premente a sua independência, a vontade de ser dono do seu destino, desconfiando dos forasteiros e de qualquer uma das influências que estes pretendam implementar.

62. TORGA, Miguel – *Portugal*. Coimbra, Gráfica de Coimbra, p. 28 e 29;

Outro traço definidor do seu carácter é o enorme sentido de comunidade e solidariedade demonstrada para com os outros. Esta atitude advém da necessidade da ajuda dos outros para a sua sobrevivência resultado da escassez que sempre caracterizou a sua vida. José Mattoso, Duarte Belo e Suzanne Daveau resumem-na *a uma existência sem abundância nem facilidades*⁶³.

Segundo estes autores, Trás-os-Montes é uma terra rica em tradições e costumes. O facto da população ser bastante devota às crenças locais, provenientes de rituais transmitidos pelos seus antecessores, criou dificuldades ao clero, pois este viu-se privado do protagonismo que assumia noutros territórios.

A forte depressão demográfica sofrida, fruto dos acessos criados com as novas ligações rodoviárias e ferroviárias, quebrou a barreira geográfica que as serranias erguiam, daí que, usando-se da sua independência e dos fatores acima referidos, a maioria dos transmontanos partiram em busca de uma vida melhor para si e para os seus num movimento migratório inicialmente destinado às grandes metrópoles.

A este movimento seguiu-se o êxodo nacional, em que os destinos iniciais seriam as colónias portuguesas, a América do Sul e Oceânia, tendo depois alterado para as comunidades francófonas da Europa (França, Luxemburgo, Suíça e Bélgica) e a região Norte Americana, destinos esses que ainda hoje se mantêm como os preferenciais. Aí criaram raízes, criando também pequenas comunidades, de onde ocasionalmente se ausentam para regressar às terras de onde partiram.

63. MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte – *Portugal. O Sabor da Terra. Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões*. Lisboa, Temas e Debates, 2010, p. 147.



FIGURA 7 | OS TRABALHOS NA TERRA (s.d.)

5 | A CULTURA

O movimento populacional deve-se em muito à realidade em que as gentes locais viviam, tornando-se necessário compreender o que significava habitar em Trás-os-Montes.

Falou-se do Homem como maior interveniente na modelação da paisagem, sendo pertinente dar a entender de que modo este a alterou, e acima de tudo como a ela se adaptou.

5.1 | O GANHA-PÃO

Um dos motivos, possivelmente o maior, que levou ao êxodo rural e conseqüente desertificação desta área, encontra-se na falta de oportunidades que existiam, numa zona onde a existência humana se cingia a trabalhar nos campos na tentativa de ganhar o suficiente para a *merenda*⁶⁴. Era, portanto, da agricultura de subsistência que (sobre) viviam os transmontanos. Apesar do panorama já não ser exatamente igual, encontra-se pontualmente em zonas remotas quem dependa da produção própria para se alimentar.

É possível concluir que a autossuficiência foi um dos traços herdados dos antepassados, resultando da topografia, que afeta não só a constituição geológica do terreno, maioritariamente granítico e xistoso, automaticamente restringindo a atividade agrícola às zonas planálticas, mas também o clima, acabando a delimitar as épocas de realização dos trabalhos na terra.

Esta autossuficiência dependia da partilha de mantimentos entre membros da população, num sistema comunitário que se reflete tanto

64. "Num espaço em que a agricultura era praticamente a única atividade produtiva, existia uma excessiva pressão demográfica, havendo mesmo nos anos cinquenta situações de miséria. (...) O número de trabalhadores agrícola excedia largamente a procura, pelo que era frequente as pessoas trabalharem só para receberem a "merenda". Embora não seja possível quantificar, existia desemprego e subocupação." PEDROSA, Fantina Tedim – *A Península Ibérica – Um Espaço em Mutação*, em VI Colóquio de Geografia – Actas, Volume I, Porto, Universidade do Porto, 1995, p. 311.

na forma como se dividia a propriedade, como na distribuição dos trabalhos agrícolas.

No seu estudo acerca do Alto Trás-os-Montes, Vergílio Taborda⁶⁵ constatava que o terreno de domínio privado se dividia maioritariamente nas zonas planálticas, restando as encostas, zonas de difícil cultura, para a comunidade.

A propriedade privada era escassa, dividia-se em parcelas de pequena dimensão, algo que, à data da publicação (1932), começava a ser contrariado com a apropriação do terreno comunitário por parte da população.

Os “baldios” ou “coutos”, denominações dos terrenos comuns, tinham o seu nome atribuído mediante a sua localização na paisagem, bem como a função à qual se reservavam. Situados nas encostas, eram utilizados para pastoreio do gado caprino, muito comum na região, ou para a retirada das madeiras utilizadas no quotidiano pela população. Se situados nos planaltos era utilizado tanto na criação do “boi do povo”, como na produção de estrume para as culturas agrícolas.

Estas últimas cingiam-se a um leque muito restrito de alimentos, fruto das condições geográficas, limitando-se ao cultivo da batata, milho, centeio, feijão, feno e castanha, esta última um símbolo local e, juntamente com a batata, a maior fonte de rendimento, a par da produção de gado.

Os trabalhos na terra seguiam as estações do ano. O inverno, altura de repouso absoluto, era a estação onde, segundo Vergílio Taborda, *cabia ao homem drenar os lameiros, cuidar do gado, assegurar a provisão de lenha e de mato para estrume*⁶⁶, assegurando a sobrevivência .

No inverso, o verão, distribuído pelos meses de Junho a Setembro, era o período de maior labuta. Nesta altura, a população dedicava-se a recolher os cereais plantados na primavera, numa tarefa que durava a estação inteira, e à criação do gado, havendo espaço para executar

65. TABORDA, Vergílio – *Alto Trás-os-Montes. Estudo Geográfico*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1932, p. 161;

66. *Ibidem*, p. 82.



FIGURA 8 | O MILHO



FIGURA 9 | O BOI



FIGURA 10 | O FRUTO D'OURO

outros trabalhos menores.

Na transição entre os dois extremos do ofício agrícola, surgiam períodos em que os trabalhos, não sendo tão exigentes, eram constantes e regulares.

A primavera representava o recomeçar do ano de cultivo. Era a partir de Março, quando o solo permitia o arado rasgar a terra, que se semeavam as batatas e o milho. Até lá, a manutenção das hortas e das vinhas ocupavam o tempo da população.

O outono, o último dos períodos de trabalho, marcava o início da recolha dos vários produtos. Nesta altura dão-se as vindimas, apanha-se a castanha e, onde houvesse milho, fazia-se a colheita e a esfolhada. Porém, e apesar de requererem boa parte do dia-a-dia, eram as sementeiras que mais atenção recebiam do agricultor, iniciando-se em Setembro prolongando-se até Outubro. Após estes meses entrava-se novamente no repouso, recolhendo o homem à sua casa, para esperar pelo recomeço do ciclo.

5.2 | AS PEGADAS NO TERRITÓRIO

O ponto anterior demonstra a importância atribuída ao homem e à agricultura no constante processo de alteração da paisagem. E se na agricultura o homem se fez valer do que a terra lhe oferecia, tal atitude permaneceu quando erigiu os aldeamentos e suas habitações.

Esses pequenos aglomerados de casas dispostos ao longo das serras situam-se perto de cursos de água, fator que era sinónimo de terras mais férteis, onde as hortas, elemento importante na casa, poderiam ser plantadas. Apesar de relevante, o fator hidrológico partilha da importância com as características topográficas, geológicas e meteorológicas da região pois, além da proximidade à água, tinha-se em conta a proteção dos ventos e a exposição solar.

Contudo, *foram quase sempre preocupações agrícolas que determinaram a escolha do lugar habitado*⁶⁷. Acima de tudo ao estabelecer uma nova comunidade, era importante que as terras circundantes pudessem ser exploradas ao máximo das suas capacidades agrícolas. Pretendia-se que mediante a sua localização, a terra tivesse um uso distinto, *compreendendo o vale ou depressão mais húmida para os prados, as terras enxutas mais altas para os cereais, a encosta para a vinha*⁶⁸.

A entrada nas aldeias dá-se pelo Lugar, caracterizado pela obra *Arquitectura Popular em Portugal*, como *um pequeno largo onde entroncam os dois ou três caminhos de saída para os campos e que se prolonga até à capela com a sua espécie de adro, que se mede com meia dúzia de passos*⁶⁹, onde as ruas que daqui partem são *estreitas e tortuosas, cheias de recantos e saliências, só diferentes do caminho rural em serem ladeadas de casas*⁷⁰.

A proximidade entre os lares advinha da necessidade do outro para a sobrevivência e, por se encontrarem assim distribuídas, as casas a serem construídas sujeitavam-se ao espaço que as existentes deixavam disponível, tendo também de se cingir ao “plano” do aldeamento e das ruas pré-existentes, havendo frequentemente habitações que poucas condições teriam para oferecer.

5.2.1 | A CASA

Primitiva ou complicada, a existência do Homem não pode prescindir da cabana, gruta ou casa que lhe sirva de abrigo, garantindo-lhe, pelo menos, relativa tranquilidade e repouso retemperador.

67. TABORDA, Vergílio – *Alto Trás-os-Montes. Estudo Geográfico*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1932, p. 203;

68. Idem, p. 205;

69. AAVV – *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa, AAP, 3ª Edição, 1988, p. 123;

70. Ibidem, p. 205;

Na busca por abrigo, o homem adaptou-se novamente ao que surgia em seu redor, retirando da envolvente o granito, o xisto e a madeira. Segundo Aristides de Amorim Girão⁷², a casa é o principal traço deixado pela população ao longo da paisagem e a verdade é que por se constituírem da mesma matéria das serras passam muitas vezes despercebidas ao viajante comum, levando a *que ao longe mais se adivinha que se vê a sua presença*⁷³.

Nesta matéria, para além da limitação aos materiais locais, as características de ordem geológica e meteorológica, nomeadamente a pluviosidade e humidade que assolam a região, forçam a habitação a elevar-se um nível. É, contudo, de realçar que a existência de habitações com mais de um piso de altura é muito escassa senão mesmo inexistente.

Para a construir, utilizaram os grandes blocos de granito retirados das montanhas, assentando-os uns sobre os outros, empregando a lousa ou a telha mourisca nos telhados. Engane-se quem pensa que é esta a única maneira de erigir uma casa, pois noutras localidades onde o xisto é o material predominante, é este que por meio do assentamento das suas lascas permite a construção dela, cobrindo-a normalmente do mesmo material.

É ainda frequente assistir a casos de mistura dos sistemas, onde xisto e granito têm as suas funções balizadas. Neste método construtivo, cabe ao granito a composição das cantarias dos poucos vãos que rasgam as paredes empregando-se, ocasionalmente, no remate dos cantos das habitações, cabendo ao xisto, constituir as fachadas e a cobertura.

Por fim a madeira utilizada maioritariamente na estrutura interior das habitações, reveste a maioria do espaço habitado, cabendo-lhe também a missão de suportar os materiais da cobertura, sendo

71. LINO, Raul – *Casas Portuguesas*. Lisboa, Valentim de Carvalho, 8ª Edição, 1992, p. 9.

72. GIRÃO, Aristides de Amorim – *Geografia de Portugal*. Porto, Portucalense Editora, 1941, p. 249;

73. *Ibidem*, p. 200.



FIGURA 11 | "PLANO URBANO"



FIGURA 12 | HERA UMA VEZ UMA CASA



FIGURA 13 | CENÁRIO RECORRENTE

ocasionalmente utilizada nas ombreiras e muito esporadicamente nas escadas exteriores.

É de salientar que a casa concentra em si todas as funcionalidades essenciais à vida dos transmontanos. Ao mesmo tempo que dá abrigo à família, permite um maior controlo do gado, bem como o armazenamento das alfaias agrícolas. Estas três funções dividem-se pelos dois andares que a casa possui, servindo o rés-do-chão para recolher os animais e produtos agrícolas deixando o primeiro piso reservado à família.

No piso térreo, dependendo do lote a que a casa se reserva, e mediante o seu tamanho, surgem algumas dependências que partilham entre elas um pátio, denominado de curral ou curralada. É frequente encontrar associadas a este, e partilhando paredes com o rés-do-chão da habitação, os estábulos, aos quais se juntam adegas e celeiros. O curral alberga também, do lado oposto a estes anexos, um telheiro, destinado ao carro, se este existir. Deste ponto central, é possível aceder à habitação através de uma escada colada à fachada da casa, na maioria das vezes robustamente constituída por grandes blocos de granito assentes uns sobre os outros, pela qual se abre um telheiro, antecâmara da habitação.

De realçar que já no interior, a mesma simplicidade que define a sua construção e os seus habitantes, configura igualmente o espaço interior. As casas cingem-se a 4 ou 5 divisões, das quais se distingue a cozinha, ponto convergente das pessoas que nela habitam, muito por culpa da sua lareira, separando-se o restante espaço entre os quartos ou alcovas, uma sala de estar e na eventualidade de serem mais recentes, uma instalação sanitária.

Porém, a habitação transmontana poucas ou nenhuma condições oferece às pessoas que nela vivem. O surgimento dos vãos é afetado pela localização da habitação, que por serem poucos e de reduzida dimensão causam uma deficiente ventilação e iluminação do seu interior.

5.2.2 | AS OUTRAS CONSTRUÇÕES

Vernacular architecture does not go through fashion cycles. It is nearly immutable, indeed, unimprovable, since it serves its purpose to perfection.

Bernard Rudofsky⁷⁴

As palavras acima citadas, descrevem perfeitamente a maior característica reconhecida à arquitetura vernacular: o edifício constrói-se em resposta a uma determinada necessidade da população.

É natural que ao responder à maioria dos deveres, a casa reclame maior preponderância dentro do património construído da região, porém, reduzir toda a construção vernacular a esta, além de errado, deixaria no esquecimento uma panóplia de construções de relativa importância no espectro construtivo local.

Várias vezes estas estruturas só se erguem aos olhos de quem se embrenha na paisagem da região, onde além do contacto com estas, o visitante familiarizar-se-á com a sua função. Ao conviver com os habitantes, quem visita facilmente percebe que a sua finalidade deriva do quotidiano da população. Do vasto leque edificado enumeram-se alguns exemplares que merecem destaque por se encontrarem em várias aldeias ao longo da região. Assim, como apoio à agricultura surgem os casos da Eira, do Beiral e do Espigueiro (Figura 15).

A Eira é um espaço amplo que apoia as outras duas construções, muitas vezes utilizado de local de reunião da população. Tem como função principal a secagem dos alimentos, utilização que a obriga a virar-se a sul partilhando a orientação com a fachada do Beiral.

O Beiral é uma estrutura retangular dividida em 2 pisos, pontualmente em 3, dependente da existência do espigueiro para se definir

74. RUDOFSKY, Bernard – *Architecture Without Architects*. Nova Iorque, Museum of Modern Art, 1964, p. 3.



FIGURA 14 | SUPORTE AGRÍCOLA - Dois beirais e um espigueiro aos quais é comum uma eira.



FIGURA 15 | O CICLO DA ÁGUA - Em primeiro plano o fontanário ao qual se segue o tanque de roupa.



FIGURA 16 | FORNO DO POVO DE BOTICAS

estética e formalmente, isto é, na ausência do espigueiro, o piso térreo é construído em granito e o sobrado (primeiro piso) constituído totalmente em madeira para armazenamento definitivo das espigas. Na eventualidade de existir espigueiro, constitui-se inteiramente de granito, sendo o rés-do-chão utilizado para guardar as maquinarias e o sobrado utilizado para armazenar as colheitas previamente à secagem, sendo depois armazenadas no espigueiro.

Os Espigueiros surgem na altura dos descobrimentos, concretamente entre os anos de 1515 e 1525, aquando a introdução da cultura do milho na Península Ibérica.

A importância do milho para a cultura portuguesa é indiscutível, quer por garantir a sobrevivência das populações através da confeção do pão, quer pela alimentação dos animais domésticos que o consomem em grão ou farinha.

Ana Sofia Ribeiro⁷⁵

O facto dos períodos de produção e de consumo deste cereal não coincidirem na mesma janela temporal, forçou a população a pensar em formas de armazenar os grãos de milho no que restava do ano, surgindo estas estruturas estreitas, porém, alongadas, afastadas do chão pelos seus grandes pilares, que protegem as espigas de melhor qualidade dos roedores ou de qualquer outra praga ao mesmo tempo que, juntamente com as aberturas dispostas no seu perímetro, permitem uma excelente ventilação evitando assim o seu apodrecimento.

Formal e simbolicamente derivam de arcas germânicas da idade do Bronze (3800 a 600 a.C.) aparecendo muitas vezes associadas aos *horreos* espanhóis, o que mais uma vez prova a maior afinidade da

75. RIBEIRO, Ana Sofia – *O Beiral, o Espigueiro e a Eira. Formas, Usos e Contextos*. Porto Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016, p. 9

região ao norte de Espanha que ao resto do país⁷⁶.

Construtivamente o seu aspeto é variável, sobretudo por estarem dependentes dos materiais disponíveis para a sua construção. Apesar da madeira estar sempre presente, por facilitar a ventilação, surgindo casos de espigueiros constituídos na sua totalidade por este material, o caso mais comum é onde a estrutura é constituída por granito e as suas “paredes” de madeira.

No apoio ao quotidiano da população mencionam-se estruturas como o Forno da Aldeia ou os Tanques da Roupa.

Os Fornos da Aldeia (Figura 17) eram para a população o que o “café” é hoje em dia. Ponto de convívio da população ou de paragem a um peregrino, encontram-se afastados das aldeias, evitando assim a propagação de um eventual incêndio. Eram mantidos quentes por quem tivesse meios de transporte para as madeiras utilizadas no seu *quentamento*, sendo por essa semana nomeado o responsável por ditar a ordem de utilização do mesmo, alternando esta responsabilidade com as restantes casas, num processo que durava o ano inteiro.

De planta retangular, construídos normalmente em granito e com cobertura em xisto, dividem-se espacialmente em 3 áreas. A entrada dá-se no telheiro onde se juntava a população, sucedendo-se a antecâmara onde surgem as mesas para amassar o pão à qual se segue o compartimento do forno. Eventualmente surgiam situações em que Forno e Tanque coincidiam nomeadamente quando o último surgia anexado ao telheiro do primeiro.

Porém, estas últimas estruturas aparecem mais frequentemente no interior das aldeias. Sendo também ponto de convívio, sobretudo para as mulheres, aproveitavam os cursos de água e a corrente destes para aceder à água, aparecendo frequentemente anexadas a uma fonte de água potável (Figura 16).

76. “Cultural ties between northern Portugal and the rest of the country have never been as strong as with the neighboring Spanish province of Galicia. Not surprisingly, horreos have their perfect counterpart in the Portuguese espigueiros.” em RUDOLFSKY, Bernard – *Architecture Without Architects*. Nova Iorque, Museum of Modern Art, 1964, p. 76.

A sua estrutura é básica, sendo constituída pelo tanque construído em cimento, havendo raros casos onde, se mais antigos, são construídos em granito, sendo protegido por uma cobertura de xisto.



FIGURA 17 | PORTA MEIO ABERTA

IV | PROPOSTA

Todos os que se debruçam sobre o panorama atual do espaço português e a uma escala nacional, são concordes em reconhecer a desarmonia e o desequilíbrio que ele apresenta ao verificarem no seu conjunto a existência de zonas em intenso desenvolvimento, mais ou menos ordenado, zonas paralisadas, zonas em decadência contínua.

Fernando Távora⁷⁷

Consideramos assustador quando, volvidos quase quarenta anos, as palavras que Fernando Távora escreve em 1982 ainda se revelam atuais, pois atravessando o país, é notório que fora dos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto o investimento em programas de dinamização regional é ainda muito reduzido.

Por esse motivo, torna-se urgente a criação de estratégias que respondam às problemáticas do desinteresse e do abandono do interior nacional, daí que, após a abordagem aos vários temas do trabalho e apresentação da região geográfica e dos seus intervenientes, regressemos à realidade concreta deste trabalho.

Cientes que estamos do nosso papel enquanto arquitetos, mas também enquanto estudantes, importa, em primeiro lugar, investigar casos reais e cujos princípios servem de exemplo para a nossa intervenção, pois apesar do âmbito académico deste trabalho, crê-se na eventual concretização de propostas como a que aqui apresentaremos, que procuram ser realistas e ao mesmo tempo seguindo uma lógica de valorização do local.

77. TÁVORA, Fernando – *Da Organização do Espaço*. Porto, E.S.B.A.P., 1982, p. 61.



FIGURA 18 | RABOT TOURIST CABIN

6 | AS REFERÊNCIAS

É necessária uma análise particularmente cuidada para que a resposta projetual seja muito detalhada, no respeito do programa, das funções e do aspeto estético.

Siza Vieira⁷⁸

Como mencionado anteriormente, partimos à procura de projetos que precedem a nossa proposta. Estes servem de referência pelo simples facto de retornarem à idealização da viagem como experiência cultural⁷⁹, isto é, a viagem demorada, repleta de desvios, ligando paisagens, populações e património através de uma linha comum.

Num mundo cada vez mais vivido a correr, estes traços do asfalto são, ao contrário das infraestruturas atuais, lembranças de um tempo onde as estradas se adaptavam à topografia existente, criando momentos únicos de observação da paisagem, hoje muitas vezes bloqueados pelos painéis que circundam as vias rápidas.

A pontuação da paisagem pela arquitetura é também ponto importante neste trabalho. Pretende-se a todo o custo evitar um novo efeito Bilbao, onde a importância do edifício se sobrepõe à importância da região onde este se insere, daí que, num segundo ponto, interesse destacar exemplos de intervenções que, por via do desenho cuidado, se revelam concordantes e adequadas com a envolvente.

Ambas as faces desta moeda partilham por isso da mesma intenção: ligar património e paisagem por meio de um percurso onde a regra passa por demorar-se a cada desvio que surge ao longo desse mesmo caminho.

78. VIEIRA, Álvaro Siza – *Imaginar a Evidência*. Lisboa, Edições 70, 2015, p. 39;

79. Não se considera relevante analisar detalhadamente o tema da viagem como experiência cultural, visto esse tema se encontrar bastante bem desenvolvido no trabalho *Itinerâncias e Percursos da Memória* da aluna Mariana Calvete.



FIGURA 19 | HIERARQUIA DE CIRCULAÇÕES

6.1 | A LIGAÇÃO FÍSICA

É importante chegar a pé, percorrer os caminhos velhos, sentir a geografia física e humana, perceber a envolvente. Ver ao longe e fazer uma aproximação lenta. (...) Está apropriado o essencial, porque nenhuma escolha de lugar é arbitrária.

Alexandre Alves da Costa⁸⁰

A intervenção pontual nas paisagens por via de um percurso, há muito que se tornou corrente, como forma de dinamizar zonas que de outra forma dificilmente atrairiam interesse turístico. Casos como os centros de visita *Naturum*, distribuídos ao longo da Suécia ou a *Ruta del Peregrino*, no México, servem de exemplo a nível internacional, podendo ser ainda destacados em Portugal os Passadiços do Paiva em Arouca. Porém o exemplo que consideramos mais relevante neste contexto são mesmo as *Nasjonale Turistveger*, distribuídas ao longo do território norueguês.

6.1.1 | NASJONALE TURISVEGER

The National Tourist Routes Project is, as a public project, a particularly unusual travel industry initiative that can best be compared with major infrastructure projects: the network of lighthouses and port facilities along the coast, power development projects in the mountains, and railway and road networks.

Karl Otto Ellefsen⁸¹

As National Tourist Routes, ou Nasjonale Turisveger em norueguês,

80. COSTA, Alexandre Alves da - *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa*. Porto, FAUP, 1995, p. 34;

81. ELLEFSEN, Karl Otto em BERRE, Nina; LYSHOLM, Hege - *DETOUR. Architecture and Design along 18 National Tourist Routes in Norway*. Oslo, Statens Vegvesen, 3ª Edição, 2008, p. 15.



FIGURA 20 | THE EGGUM



FIGURA 21 | ALLMANNAJUUVET



FIGURA 22 | SKJERVSFOSSEN

surgem em 1994 consequência de uma estratégia de valorização da identidade nacional refletida nas paisagens. Estas rotas, inicialmente pensadas pela empresa pública de gestão das estradas norueguesas, são hoje fruto do esforço combinado desta mesma juntamente com construtores, arquitetos, municípios e o próprio governo.

Apesar desta lógica comum, cada um destes 18 percursos difere dos restantes fruto não só das circunstâncias da envolvente, mas também pela diferença das variadas intervenções arquitetónicas, desenhadas mediante a necessidade do local.

Destas intervenções destaca-se o facto de, tratando-se de meras construções de apoio, como instalações sanitárias, parques de estacionamento, zonas de descanso, miradouros, pontes, ou de edifícios específicos, como centros de informação, centros interpretativos ou até museus, todas envolvem de maior ou menor forma a participação humana na paisagem, por vezes servindo como pretexto para destacar paisagens que de outra forma passariam despercebidas.

The installations along the National Tourist Routes, however, all have a use aspect: they are lookouts, rest areas, car parks, ferry berths, or benches. They all involve some kind of human activity; in other words they have to exceed their form as their final goal in some way or other. Or do they? The interesting thing about the installations along the National Tourist Routes is that they take great liberties with respect to their own form. They also take great liberties with respect to the views.

Janike Kampevold Larsen⁸²

Estas destacam-se também pela qualidade do desenho, visto encontrarem-se sujeitas a aprovação de um comité de qualidade

82. LARSEN, Janike Kampevold em BERRE, Nina; LYSHOLM, Hege - *DETOUR. Architecture and Design along 18 National Tourist Routes in Norway*. Oslo, Statens Vegvesen, 3ª Edição, 2008, p. 23.

composto por arquitetos e curadores de arte, fazendo com que, apesar de distintos na sua individualidade, formem um todo coeso e coerente, reconhecendo-se uma linha de pensamento comum⁸³.

Novamente aqui o projeto expressa a identidade norueguesa, neste caso através da arquitetura, pois cada um destes projetos tem por detrás arquitetos noruegueses, exceção feita no caso do convite ao arquiteto austríaco Peter Zumthor.

Pese embora o reconhecido sucesso internacional que têm obtido, estas rotas não se encontram isentas de críticas. Muitas destas opiniões contrastantes partem mesmo da própria população e das quais se destacam as palavras de Bertram Brochmann, professor da Bergen School of Architecture.

Num artigo de opinião⁸⁴, Brochmann critica inicialmente o facto de muitas das propostas arquitetónicas serem apenas meios de enquadramento das vistas existentes, numa atitude romântica que ao cristalizar as paisagens, afasta o visitante delas, podendo este olhá-las, mas não tocar.

Por fim outro dos comentários prende-se com a notoriedade alcançada pela própria arquitetura. Segundo o autor, a liberdade de criação dada aos arquitetos transformou estas rotas em teatros experimentais que, além de desviarem a atenção do visitante do que realmente importa, poucas vezes se preocupam com as questões ambientais. Numa visão ambientalista, Brochmann condena a vontade dos responsáveis em reproduzir a natureza virgem, intocada pela mão humana, pois este ideal impede a implementação de infraestruturas ambientais, condenando com isso o desenvolvimento do país.

As críticas do professor Brochmann não podem ser menosprezadas, porém é óbvio que uma intervenção desta magnitude poderá revelar-

83. "Each individual National Tourist Route shall have its own identity, but equally so be a piece of an entire, comprehensive mosaic made up of 18 sections. Mountains, fjords and the coastline are strong fundamental and recurring elements found in all sections and which therefore must be spiced up with different types of content in order to enhance each area's distinctiveness". ANDRESEN, Jan, Idem, p. 11;

84. BROCHMANN, Bertram - *A new Norwegian National Romance*. Morgenbladet 26 de Junho de 2009. Disponível em https://morgenbladet.no/debat/2009/en_ny_norsk_nasjonalromantik, consultado a 16 de Junho de 2019.

se tanto imperfeita como insuficiente. Deve-se, portanto, ter em conta não só os critérios das intervenções, mas também as críticas que daí advêm, para que uma estratégia semelhante possa ser adaptada ao panorama português.



FIGURA 23 | PARAGENS DE ANTIGAMENTE

6.2 | OS PONTOS ISOLADOS

Mas, contra o que o homem por vezes pensa, as formas que ele cria, os espaços que ele organiza não são criados ou organizados em regime de liberdade total, mas antes profundamente condicionados por uma soma infinita de fatores, de alguns dos quais o homem tem plena consciência e agindo outros inconscientemente sobre ele.

Fernando Távora⁸⁵

Após a introdução do exemplo de elo de ligação, apresentam-se casos isolados de edifícios que consideramos relevantes para a intervenção projetual deste trabalho. Sendo díspares em escala, estes exemplos compreendem programas variados, desde habitações unifamiliares a edifícios públicos, tais como museus, centros interpretativos, termas, etc. Estas referências, sejam elas construções recentes ou reabilitações, coincidem com a nossa linha de pensamento, por razões diversas que em seguida revelamos⁸⁶.

Algumas destas construções destacam-se pela forma como se integram na topografia. Casos como o Museu do Côa, de Pedro Lacerda e Camilo Rebelo, a Casa das Mudanças, de Paulo David, ou até a casa em Moledo, de Eduardo Souto de Moura, representam a simbiose de tal forma indissociável entre edificado e local, que um já não se percebe sem o outro.

Porém, estes edifícios relacionam-se harmoniosamente com o lugar culpa não só da sua implantação, mas também da materialidade que lhes é aplicada, representativa da sua zona geográfica. Sendo assim, e apesar de constituírem referências valiosas, consideram-se nesta lógica a Adega e Hotel Vinícola Quinta do Vallado, desenhados pelo

85. TÁVORA, Fernando – *Da Organização do Espaço*. Porto, E.S.B.A.P., 1982, p. 33.

86. Apesar do número extenso, optou-se por apresentar um conjunto reduzido de exemplos. Porém, alguns dos que aqui não aparecem, serão posteriormente mencionados no capítulo do Projeto, mediante a relevância que assumem para a intervenção em causa.



FIGURA 24 | MUSEU DE FOZ COA



FIGURA 25 | CENTRO DE ARTES - CASA DAS MUDAS



FIGURA 26 | CASA EM MOLEDO



FIGURA 27 | ADEGA QUINTA DO VALLADO



FIGURA 28 | FAROL DE PUNTA NARIGA



FIGURA 29 | ORDEM DOS ENGENHEIROS V.REAL



FIGURA 30 | HOTEL QUINTA DO VALLADO

atelier Menos é Mais Arquitetos, o Farol de Punta Nariga, do arquiteto espanhol César Portela e o edifício da Ordem dos Engenheiros de Vila Real, de António Belém Lima, como exemplos da perfeita utilização de xisto e granito, materiais característicos da região transmontana.

Por último, e por se tratar de um trabalho que aborda também este procedimento, interessa estudar casos de reabilitação, ação, que tal como Álvaro Siza Vieira⁸⁷ refere, se tornará cada vez mais recorrente.

A reinterpretação do edificado varia mediante as circunstâncias presentes. Algumas situações partem da construção já existente, reutilizando a “casca” à qual se atribui um novo programa, mais adequado à atualidade, como são os casos do Museu Municipal Abade Pedrosa, de Eduardo Souto de Moura, ou a intervenção de João Mendes Ribeiro no Centro de Artes Contemporâneas da Ribeira Grande.

Outras intervenções das quais se salientam a reconversão de um palheiro em Cortegaça, novamente de João Mendes Ribeiro, ou a casa em Melgaço, de Nuno Brandão Dias, partem da ruína, reinterpretando-a, não só alterando a sua função, mas também modificando ligeiramente o seu aspeto, através da construção de volumes adicionais.

87. “Nos edifícios, nas cidades ou no território sempre humanizado, a arquitetura dos próximos anos será marcada pela prática da recuperação. Recuperação e criação serão complemento e não especialidades passíveis de tratamentos autónomos. Reconhecer-se-á que não se inventa uma linguagem. Reconhecer-se-á que a linguagem se adapta à realidade e para lhe dar forma. Tudo será reconhecido como património coletivo e, nessa condição, objeto de mudança e de continuidade. Os instrumentos de reconhecimento do real chamam-se História, a arte de construir a transformação chama-se Arquitetura.”. Álvaro Siza Vieira em COSTA, Alexandre Alves da – *Identidade Nacional e Património Construído*. Comunicação efetuada a 18 de Abril de 2009 no Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, p. 7.



FIGURA 31 | ARQUIPÉLAGO - CENTRO DE ARTES CONTEMPORÂNEAS



FIGURA 32 | MUSEU MUNIC. ABADE PEDROSA



FIGURA 33 | CASA EM MELGAÇO



FIGURA 34 | RECONVERSÃO DE UM PALHEIRO EM CORTEGAÇA



FIGURA 35 | O VALE

7 | O LOCAL

Apesar de tudo, pertencendo à geração dos que lutaram pela felicidade para hoje, somos de opinião que se poderiam lançar alguns trabalhos experimentais para regeneração do existente. E entre o pesadelo das análises do real, talvez pudessem sair sonhos realizáveis de algum reordenamento.

Alexandre Alves da Costa⁸⁸

Apresentado tudo o que motiva e justifica uma intervenção deste género, partimos agora para a apresentação da intervenção sobre a qual este trabalho assenta.

A escolha do local de intervenção foi desde logo clara: a uma vontade de intervir fora de um centro urbano, aliou-se a ligação pessoal ao local, respondendo assim à necessidade do redesenho de uma proposta municipal já existente, situada ao longo da Serra do Marão e que se encontra atualmente em estado de avançada degradação.

As intenções da intervenção aqui exposta foram-se manifestando ao longo do estudo da região, através das referências bibliográficas, mas acima de tudo pela exploração tanto a pé como de carro do percurso em questão que, juntamente com conversas informais com a população, foram fontes de informação importantes no desbloquear das várias soluções.

88. COSTA, Alexandre Alves da – *Identidade Nacional e Património Construído*. Comunicação efetuada a 18 de Abril de 2009 no Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, p. 8.



FIGURA 36 | OS ROTEIROS

7.1 | UMA ESTRATÉGIA PRÉVIA

A Rua da Estrada perdeu quase toda a poética e a estética da lonjura e da evasão. Já não é o traço do asfalto que se acomoda à morfologia da paisagem, às subidas gloriosas, os altos com vistas de perder a respiração, o serpentear ao longo de um vale ou um traço que se funde no horizonte de uma planície. Parece já nem sequer haver essa disponibilidade sensorial por parte de quem viaja.

Álvaro Domingues⁸⁹

Os roteiros e percursos de Vila Real são, como referido anteriormente, uma estratégia implementada pela câmara municipal local em 2007, pretendendo *dotar o Concelho de um conjunto de infra-estruturas públicas de apoio ao turismo na natureza, permitindo aos turistas, visitantes e à população em geral usufruir do património ambiental e paisagístico local, apoiar e incentivar o desenvolvimento sustentado das comunidades locais*⁹⁰.

Através de um investimento de 25 mil euros, financiados em 60% pelo programa Leader+⁹¹, foram distribuídos ao longo do concelho 5 percursos com extensões compreendidas entre 3 a 12 km, que destacavam algo específico do que Vila Real tivesse para oferecer, seja a fauna, a flora ou as construções típicas.

Desta forma, apostando na recente vaga de turismo que parte das grandes cidades em busca de experiências culturalmente enriquecedoras, a

89. DOMINGUES, Álvaro – *A Rua da Estrada*. Porto, Dafne Editora, 2009, p. 18;

90. Texto disponível no site da C.M. Vila Real, através do link: <http://www.cm-vilareal.pt/index.php/noticias/arquivo-de-noticias/2405-roteiros-e-percursos-pedrestes-de-vila-real>;

91. O programa LEADER+, como descrito no site da ADRIMAG, é um instrumento que permite experimentar outras abordagens de intervenção no espaço rural, respeitando a dimensão ambiental, económica, social e cultural dos territórios rurais (...) sublinha a importância das populações locais tomarem consciência do valor dos seus territórios, da riqueza das suas identidades e da qualidade das suas paisagens e nesta perspetiva apontam para a necessidade de se criarem condições para a aquisição de competências e intervenção ativa dos atores locais nos seus territórios. Disponível através do link http://www.adrimag.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=236, consultado a 22 de Maio de 2018.



FIGURAS 37 E 38 | PLACAS DO CIRCUITO DAS TRES ALDEIAS



FIGURAS 39 E 40 | PLACAS DO CIRCUITO DE CONSTANTIM



FIGURAS 41 E 42 | PLACAS DO CIRCUITO DO CARVALHAL



FIGURAS 43 E 44 | PLACAS DO CIRCUITO DO LOBO

autarquia procurou cimentar a imagem de Vila Real enquanto destino turístico alternativo e de qualidade, realçando não só os valores que possui, mas também possibilitando o estabelecimento de relações sociais entre turistas e habitantes da cidade com a população rural,

Todos eles partilham da mesma linguagem estética, aparecendo sinalizados através de marcas pintadas em elementos dispostos ao longo do percurso (rochas, muros) ou através de placas e painéis informativos, porém muitos desses componentes, por falta de manutenção e algum vandalismo, passam hoje despercebidos a quem aqui viaja.

7.1.1 | O CIRCUITO DO MINEIRO

Desde cedo se concluiu que abordar a totalidade dos percursos seria uma tarefa hercúlea para a dimensão deste trabalho, daí que, como mencionado, por meio da ligação afetiva ao local, se tenha balizado a nossa intervenção ao "Circuito do Mineiro".

Este percurso de aproximadamente 12 km de extensão desenha-se ao longo da encosta nascente da Serra do Marão, na direção Oeste do concelho de Vila Real, perto da fronteira com a autarquia vizinha de Mondim de Basto.

O seu nome revela desde logo o que destaca, pois ao longo deste o visitante é confrontado com a riqueza geológica desta zona. Parte da história associada às aldeias que este circuito percorre (Mascoselo e Vila Cova) encontra-se precisamente ligada a esta abundância mineral, através da exploração mineira, representada pelo complexo de edifícios onde culmina este percurso.

Ao estudar estas povoações, supõe-se que Vila Cova tenha sido fundada aquando a passagem dos Romanos por Portugal. As informações acerca desta aldeia escasseiam, facto comprovado pela Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, citada por Joaquim Ribeiro Aires, indicando que esta localidade poderá ter pertencido administrativamente a Celorico de Basto, a Panóias ou até a Gestaço.



FIGURA 45 | PLACA DE APRESENTAÇÃO DO CIRCUITO DO MINEIRO



FIGURA 46 | PLACA EXPLICATIVA DO CIRCUITO DO MINEIRO

Nesta, é revelada a possibilidade de ter existido uma “villa” pré-romana, pois segundo o autor *o povoamento no território desta freguesia deve-se considerar, pelo menos, anterior ao século XII, atendendo à toponímia antroponímica de origem germânica existente nas imediações. Vila Cova em si, teria sido uma das “villas” pré-nacionais existentes*⁹².

Porém, não aparecendo nas inquirições de 1220 qualquer referência a Vila Cova, mas sim a uma paróquia de nome Santo Iacobo de Paos, supõe-se que, não havendo atualmente nenhuma freguesia de nome Paus, esta tenha sido substituída por Vila Cova.

Administrativamente, esta aldeia pertenceu em 1530 à freguesia de S. Miguel da Pena e em 1840 volta a juntar-se ao concelho de Vila Real depois da extinção do concelho de Ermelo, ao qual tinha pertencido até então. Tendo sempre sido sede de freguesia, excetuando um período citado nos censos de 1849 em que aparece anexada a Quintã, passou com a atual reorganização administrativa em 2012 a formar uma união de freguesias em conjunto com Pena e Quintã.

Se com Vila Cova a informação é reduzida, acerca de Mascoselo menos se conhece. Sabe-se apenas que o nome desta deriva do diminutivo medieval da palavra Moscoso, que segundo a enciclopédia acima citada se devia à abundância de moscas na localidade.

No capítulo económico, além da agricultura, surge a determinada altura a exploração mineira (1958). Esta atividade aparece aquando a visita de Ângelo César, reconhecido advogado no Porto, às serras do Marão e do Alvão no encalço do suposto ouro que os romanos haviam explorado, perfazendo no total 7 minas ativas.

De acordo com a Direção Geral de Minas e das concessões por esta atribuídas, as minas romanas seriam de chumbo e não de ouro como se supunha⁹³. No entanto, e após análise da Faculdade de

92. RIBEIRO, Joaquim Aires – *História das Freguesias do Concelho de Vila Real*. Vila Real, Maronesa, 2007, p. 703;

93. O documento utilizado nesta informação foi elaborado pelo Ministério da Economia em 1959,



FIGURA 47 | PAINÉL INFORMATIVO



FIGURA 48 | PLACA INFORMATIVA



FIGURA 49 | MARCAÇÃO A TINTA EM POSTE



FIGURA 50 | MARCAÇÃO A TINTA EM PEDRA

Ciências da Universidade do Porto, concluiu-se que as minas eram na realidade de ferro.

Compilando os resultados dos censos nacionais realizados até à data⁹⁴, verifica-se que a exploração mineira em muito contribuiu para a evolução demográfica da região, pois se até 1960, ano em que atingiu o maior número de habitantes, o movimento foi sempre crescente, os sucessivos encerramentos e novas concessões e finalmente o encerramento definitivo da exploração em 1970, contribuíram para o decréscimo populacional que se continua a verificar atualmente.

7.2 | INTENÇÕES

Não discordando da descrição da autarquia em caracterizá-lo como circular, cedo se identificou um começo e um ponto de viragem a este caminho, interligados por dois itinerários completamente dispares, não só a respeito dos pavimentos, mas também na densidade de construções.

Se inicialmente a proposta culminava na criação de um polo museológico, o qual o restante percurso complementaria com a infraestruturação necessária a um programa turístico desta natureza, a demolição inesperada de várias construções associadas ao complexo mineiro no outono de 2017, forçaram o repensar da estratégia original, induzindo a um estudo mais detalhado das valências desta zona e arrastando consigo uma reorientação dos objetivos iniciais.

7.2.1 | (DES)ENCAMINHAR

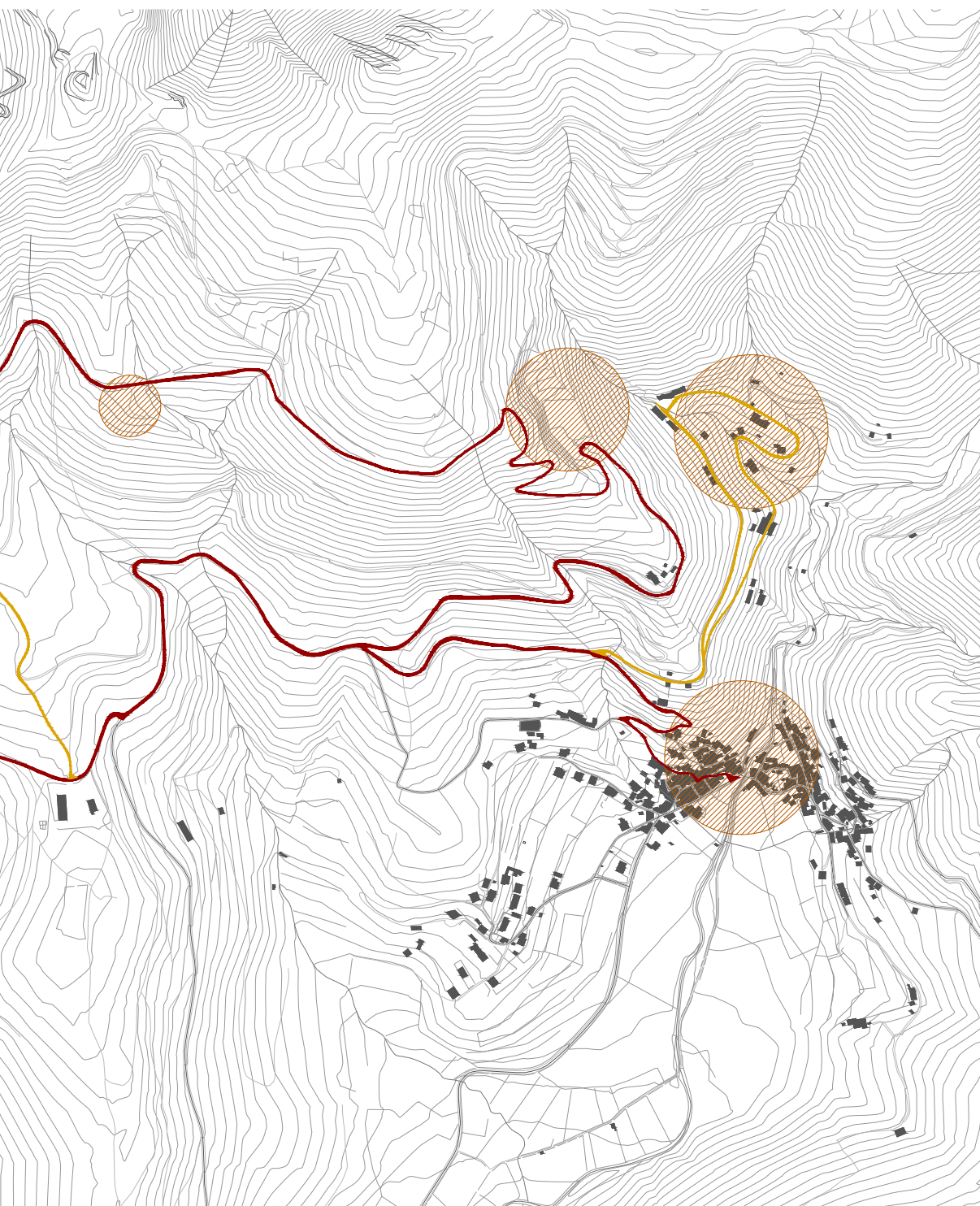
A primeira das intenções procura reforçar o papel do percurso como

encontrando-se disponível para download através do link <http://www.dgeg.gov.pt/wwwbase/wwwinclude/ficheiro.aspx?tipo=1&id=3213>.

94. Os dados aqui referidos encontram-se em documentos disponíveis para consulta no site do Instituto Nacional de Estatística através do link https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacoes&pcensospagenumber=1.



FIGURA 51 | PLANTA DO CIRCUITO DO MINEIRO | 1:10 000



 CIRCUITO ORIGINAL
 EXTENSÕES PROPOSTAS

 INTERVENÇÕES PROPOSTAS



forma de descoberta do território. Desta forma, e tal como Mariana Calvete⁹⁵ descreve, partindo de uma linha comum, neste caso o circuito aqui apresentado, proporcionam-se desvios ao roteiro inicial, numa espécie de acupuntura sobre a paisagem, através dos quais se pretende que o viajante demore a embrenhar-se na envolvente, quer seja vivenciando a paisagem, interagindo com os locais ou descobrindo o edificado, abolindo, desta maneira, a noção de tempo na assimilação das várias experiências culturais.

7.2.2 | VALORIZAR

Numa segunda intenção, procura-se combater o atual panorama da uniformização do território nacional, enfatizando a regionalidade e a mais valia do que existe nesta zona geográfica, pois *tudo tem importância na organização do espaço – as formas em si, a relação entre elas, o espaço que as limita*⁹⁶.

Interessa, deste modo, imprimir a todos os desvios uma linguagem comum de valorização do local e, para tal, todas as intervenções, sejam elas processos de reabilitação ou de nova construção, devem servir como agentes de realce do património, podendo-se manifestar através da reinterpretação das formas, usos e materialidades da arquitetura regional, destacando pontos de vista sobre a paisagem ou promovendo os produtos locais, sejam eles materiais ou gastronómicos.

7.2.3 | RESPONDER

95. "Para reforçar esta ideia de continuidade, importa que a itinerância crie um imaginário associado à deslocação lenta e à paragem. (...) Fazer um desvio, demorar a percorrer, demorar para entender, demorar para conversar, demorar para refletir e criar laços: fugir às auto-estradas e revitalizar pontos ao longo das estradas nacionais, para que na interação entre o movimento e a paisagem se proporcionem experiências de reconhecimento cultural." em CALVETE, Mariana - *Itinerâncias e Percursos da Memória, Desenho que suporte a relação entre património, território e paisagem*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. 2013, p.54

96. TÁVORA, Fernando – *Da Organização do Espaço*. Porto, E.S.B.A.P., 1982, p. 30.

Há também que envolver os habitantes atuais e futuros na aventura do renascimento dessas terras, o que é tanto mais difícil quanto menor e mais envelhecida for a população.

Helena Roseta⁹⁷

Aquando deste reajuste dos objetivos e estratégias de intervenção, as conversas informais com as gentes revelaram-se fundamentais. A partilha de estórias com a população expôs as carências das quais o local padece, daí que, tomando em consideração as necessidades sublinhadas pelos moradores, este trabalho procure ocupar-se de uma componente social que até aí tinha sido pouco interiorizada.

Nunca perdendo de vista a vertente turística, essencial na dinamização destas zonas, estabelece-se uma terceira intenção, que aborde de forma mais concertada as aldeias inseridas no circuito. Numa tentativa de evitar a musealização destas povoações, propõe-se programas de cariz maioritariamente social, porém ao mesmo tempo recreativo, em busca de não só responder às carências evidenciadas pela população, mas também às necessidades dos turistas, na tentativa de estabelecer uma relação saudável que valorize a experiência de visitantes, ao mesmo tempo que reconheça o papel dos visitados na autenticidade dessa mesma vivência.

7.3 | REDESENHAR O EXISTENTE

O Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, provavelmente com outros, talvez com todos, poderia gastar algum dinheiro em projetos experimentais, de execução imediata, fazendo apelo a profissionais de várias disciplinas e estudantes que estivessem dispostos a pensar e a desenhar um futuro possível.

97. Helena Roseta em AAW – *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa, AAP, 3ª Edição, 1988, p. VII.

A verdade é que, o tratamento de um território tão vasto como este, exige a elaboração de um plano de intervenção bem delineado, consistindo na realização de múltiplas tarefas em etapas faseadas.

Dito isto, estudada a história do local e após compilar o levantamento cartográfico fornecido pela autarquia, a recolha de informações *in situ*, tornou-se ferramenta vital na definição de uma estratégia de resposta a várias questões iniciais. O que até aqui as canetas e os esquiços não revelavam, foi sendo descortinado percorrendo os caminhos, ora a pé ora de carro. A fotografia e o desenho aliaram-se à viagem demorada, parando para analisar a envolvente, medindo e fotografando, conversando com as gentes locais, retirando lições importantes através das suas estórias.

Esta abordagem ao território tornou-se no método de eleição, abrindo portas à definição de múltiplos lugares passíveis de serem intervencionados, dos quais se destaca uma dezena. Pese embora resultarem todos de um pensamento comum, a escala deste desafio impossibilitava o desenvolvimento de todos os locais detalhadamente, sendo por isso importante, numa fase inicial, deixar explanadas as intenções por detrás desses pontos.

7.3.1 | ESTRATÉGIA

Definiu-se anteriormente neste circuito um ponto de partida e um ponto de viragem, interligados, como dissemos, por duas linhas de circulação de características bem distintas. Por isso, e para que haja uma leitura correta deste percurso, parte-se em primeiro lugar à descoberta da parte superior deste circuito. Após atingir o ponto de charneira, seguimos caminho inverso revelando as intenções na metade inferior deste trajeto.

98. COSTA, Alexandre Alves da – *Identidade Nacional e Património Construído*. Comunicação efetuada a 18 de Abril de 2009 no Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, p. 8

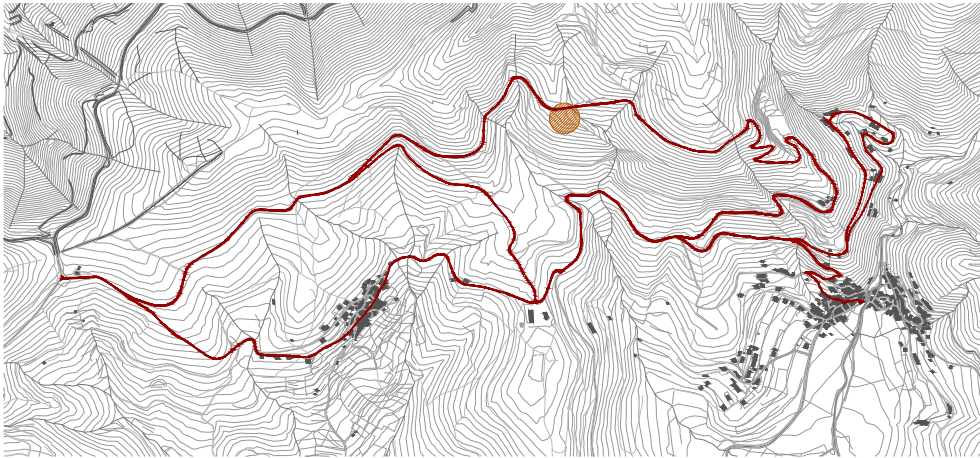


FIGURA 52 | PONTO 5 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | 1:25 000

7.3.1.1 | RUAS E LUGARES

O primeiro ponto aqui apresentado é, no panorama geral da estratégia, a quinta paragem. Para aqui chegar, segue-se caminho pela Estrada da Floresta, que evidencia logo pelo seu pavimento, em aglomerado de pedra, e pela sua largura, o seu carácter mais técnico, sendo utilizada por viaturas ligadas à instalação dos geradores de energia eólica que se vão distribuindo pela paisagem. O próprio nome desta via descortina a segunda diferença relativamente à metade inferior deste circuito, isto porque, esta secção é percorrida inteiramente pelo meio da paisagem, sem que surja qualquer tipo de construção nas suas imediações.

Nesta paragem, abre-se perante o olhar do viajante um corte na serra, numa das raras vezes onde o percurso se sobrepõe à topografia. Aqui, propõe-se um passadiço pela serra que, à primeira vista, se esconde do caminheiro, sendo a introdução ao local feita antes dessa secção por um pequeno espaço de paragem onde é possível que dois ou três veículos estacionem, e onde se propõe que surjam anexadas instalações sanitárias, necessárias de quando em quando. Neste ponto procura-se despertar a curiosidade do viajante, denunciando a intervenção principal, que aparece dispersa pelo meio da vegetação.



FIGURA 53 | INTERVENÇÃO DISFARÇADA



FIGURA 54 | O ACESSO



FIGURA 55 | O LUGAR

Esta última revela-se acessível após ultrapassado o corte nesta muralha de pedra. Desta forma, subindo uma escadaria que o levará até ao topo do fragmento de montanha, proporciona-se ao visitante uma vista panorâmica sobre a paisagem, só não sendo desafogada fruto da presença de uma mancha arborizada.

Como intenção, quer-se uma abordagem que trabalhe conjuntamente com o ambiente circundante. O conceito por detrás deste ponto parte de uma análise metafórica da arquitetura vernacular previamente mencionada, nomeadamente, os vazios criados pelo “loteamento” das aldeias desta região.

A “rua” e os “lugares” apresentam-se assim ao visitante que arrisque subir a este topo, através de um passadiço de madeira que, por se adaptar à envolvente, lhe vai permitindo experienciar a paisagem de forma faseada. Esta visão sequencial dos vários pontos sobre a paisagem, interligados por uma linha comum, surge pelo ajuste com a envolvência, alternando entre as diferentes cotas, mas também através do enquadramento providenciado pela flora local, ora fechando ora abrindo o panorama visual ao visitante.

Esta abordagem não é de todo nova, sendo possível verificar intervenções semelhantes, como são os casos nacionais dos Passadiços do Paiva (2015), em Arouca, ou a intervenção na Pedreira do Campo (2012), e o Sohlbergplassen Viewpoint (2006), na Noruega, parte integrante das *National Tourist Routes*, que servem ao mesmo tempo de referência à intervenção aqui exposta.



FIGURA 56 | PASSADIÇOS DO PAIVA



FIGURA 57 | PEDREIRA DO CAMPO



FIGURA 58 | SOHLBERGPLASSEN

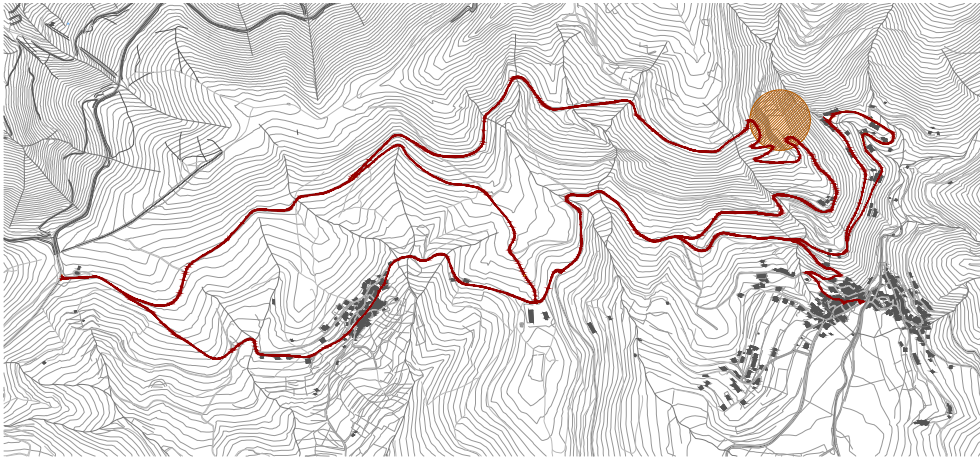


FIGURA 59 | PONTO 6 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | 1:25 000

7.3.1.2 | A CHARNEIRA

Chegados a este ponto, atinge-se com ele o fim da intervenção na Estrada da Floresta. Dá-se o momento de viragem no circuito, onde a estrada larga dará, por instantes, lugar a caminhos estreitos, tornando-se impossível a circulação automóvel neste troço.

Aqui, os caminheiros começarão a descida que serpenteia a serra, fazendo o percurso inverso ao que até agora realizaram, culminando com a chegada a um anfiteatro de grandes dimensões, escavado aquando as explorações mineiras que esconde nas suas costas as variadas minas que se encontram atualmente encerradas por questões de segurança.

Imponentes paredes de xisto, são o perfeito reflexo da riqueza geológica local e consequentemente um lugar merecedor de desenho. Uma intervenção nos próprios buracos das minas, permitindo a visita ao seu interior, seria o ideal, porém demasiado dispendiosa para ser viável, daí que se proponha utilizar a dimensão que todos estes locais possuem, criando um centro de atividades radicais, nos quais poderão ser desenvolvidas atividades como escalada, rappel e slide, podendo até desenhar-se nos trilhos adjacentes, trajetos para corridas de orientação ou ciclismo de montanha.



FIGURA 60 | O ACESSO PEDONAL



FIGURA 61 | O ANFITEATRO ESCAVADO



FIGURA 62 | UM BURACO DE MINA

Por fim, torna-se necessário que numa intervenção deste género surja um pequeno centro de apoio, que combine programas de receção e convívio, armazenamento de materiais para as atividades, gabinete médico, instalações sanitárias e balneários, podendo eventualmente surgir uma pequena cafeteria na qual se possam servir pequenas refeições.

Pretende-se, deste modo, não só criar novos postos de trabalho na região, mas também dar a conhecer o passado recente desta zona por meio da reutilização das estruturas já lá presentes.

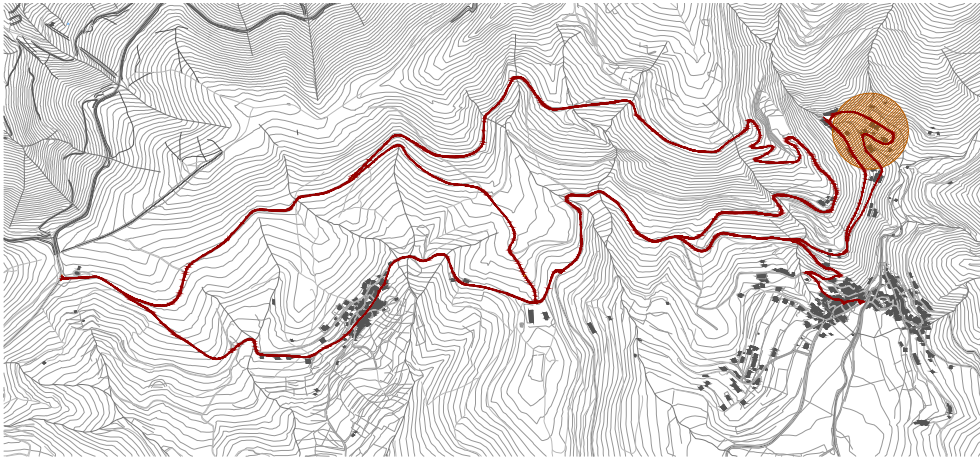


FIGURA 63 | PONTO 7 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | 1:25 000

7.3.1.3 | O COMPLEXO MINEIRO

Vivida a experiência anterior, segue-se o caminho descendente numa estrada onde o percurso é bastante irregular. Cruzando a montanha, rapidamente o caminheiro se depara com o Santuário de Nossa Senhora de La Salette⁹⁹. Este santuário, alvo de romarias em Agosto, representa um marco na montanha, destacando-se pela sua posição imponente, mas também pelo soar do seu sino que ecoa por todo o vale, ouvindo-se em toda a aldeia de Vila Cova.

A sua implantação, assente sobre uma ampla praça, constitui mais um momento de paragem, fruto do miradouro que este espaço proporciona. Por ter sido recentemente alvo de obras de requalificação, não se achou necessária uma intervenção neste local, no entanto, a passagem por este torna-se obrigatória por ser parte integrante deste percurso.

Saindo deste complexo, caminhando pela Rua Padre Américo, depressa o viajante se depara com um cruzamento desta via com a estrada municipal M1209. A proposta definida pela autarquia sugere aqui uma quebra à circularidade seguindo por esta última estrada em direção a Este e é precisamente esse o caminho que

⁹⁹. Por forma a que o documento não se estenda para além do necessário, optou-se por não entrar na descrição da história deste santuário, visto este não constituir parte da intervenção.



FIGURA 64 | CASA DA MALTA E UMA HABITAÇÃO



FIGURA 65 | A MESSE



FIGURA 66 | POSTO MÉDICO

se seguirá por agora.

Após esta interseção, a via anteriormente mencionada (M1209), passa a ser apelidada de Rua das Minas, a qual se percorre até o viajante se deparar com um novo impasse criado pela bifurcação do caminho até agora percorrido. Nesta situação, o desenho da autarquia sugere a descida pela Rua da Lavaria, em direção a Vila Cova, porém promove-se neste momento um desvio a essa rota, continuando-se pela Rua das Minas em direção ao complexo mineiro existente.

O início do complexo mineiro surge passados poucos metros após iniciar este caminho com o aparecimento das instalações de processamento do material que era extraído destas minas, sendo aqui o local onde este era descarregado em camiões que seguiam depois para a central de processamento. A estas construções surgia ainda anexa a torre elétrica, entretanto demolida nas ações descritas acima.

O cenário não melhora à medida que o visitante se vai aproximando do restante complexo, com esta ação demolidora a levar consigo vários edifícios que se revelavam importantes para as intenções existentes para este local. Contudo, o âmbito académico deste trabalho permite acreditar numa eventual reconstrução desta área no futuro, daí que ainda assim se deixem aqui expostas essas mesmas intenções, no entanto, ligeiramente diferentes.

Pretende-se criar um Polo Museológico, distribuído ao longo de vários edifícios, expondo desta forma o passado industrial desta região. A intervenção nos edifícios existentes terá de ser obviamente cuidada para que não contribua no agravamento das condições já existentes. Quanto aos restantes, apesar de destruídos, mantêm a sua pegada original daí que, usando-se dela, se sugira a reconstrução destes, porém com uma linguagem mais contemporânea.

Por se encontrar sobre o domínio de privados, esta tarefa não

se avizinha de fácil resolução, acreditando-se todavia que a ser concretizada poderá, em conjunto com a intervenção anterior, ser motivo de interesse nesta zona, bem como contribuir para a regeneração da população.

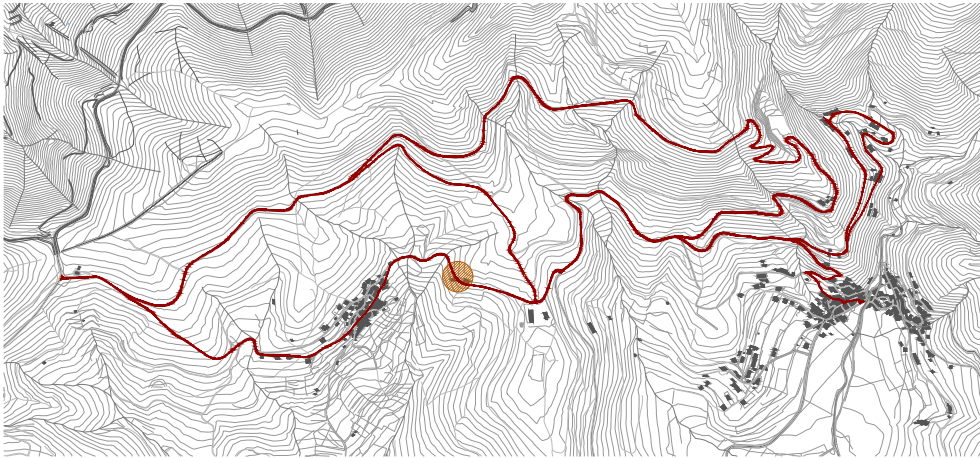


FIGURA 67 | PONTO 9 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | 1:25 000

7.3.1.4 | JANELA SOBRE A PAISAGEM

De regresso ao circuito e bem mais avançados, segue-se agora pela estrada M1209, onde rapidamente esta intersesta com a Rua do Cruzeiro. Poucos metros após iniciar este percurso, emergem perante o visitante as instalações do Centro Regional de Atividades dos escuteiros locais, inseridas num antigo barracão industrial.

Passando este armazém, caminha-se em direção à outra aldeia inserida na proposta, Mascoselo, porém antes de entrar nesta encontra-se a nona intervenção desta proposta, aquando o surgimento de um pequeno barracão agrícola. Defronte deste, um espaço amplo que abre sobre o vale da Campeã, localização ideal para o desenho de um miradouro.

Neste caso, pretende-se uma intervenção mínima, focando-se na vista existente. Através da definição de três áreas distintas, tenciona-se proporcionar ao visitante um momento de contemplação aprazível. Sugere-se, portanto, a criação de uma área inicial destinada ao estacionamento de veículos automóveis, a qual se distinguirá da via de circulação pela sua materialidade, sendo pavimentada com calçada em cubos de granito.

Representado uma pausa num já longo percurso, propõe-se a implantação de um fontanário, o qual se complementa com a adição



FIGURA 68 | O ACAMPAMENTO DE ESCUTEIROS



FIGURA 69 | A APROXIMAÇÃO



FIGURA 70 | O LOCAL

de instalações sanitárias, permitindo ao caminheiro refrescar-se. Para que se distinga da intervenção anterior, sugere-se a ligeira elevação desta proposta para que se diferencie o espaço utilizado por automóveis e por pessoas.

Por fim, este “pódio” permite no extremo mais próximo da vista o surgimento de uma área de bancos, possibilitando uma ampla vista sobre a paisagem. Deste modo, força-se o visitante a chegar ao limite da intervenção para se sentar, contudo, por se desenharem à mesma cota, área de sentar e de andar deverão distinguir-se pela diferença de materialidades. Por representar o espaço que agarra a terra, sugere-se que este “pódio” sobre a paisagem seja revestido por elementos pétreos, aludindo aos enormes blocos graníticos que vão surgindo ao longo das serras, opondo-se à leveza da madeira que se tenciona utilizar nas áreas de sentar.

Não sendo de todo uma abordagem nova, servem de referência, para melhor elucidar o desenho que se pretende para esta localização, os projetos ao longo das *National Tourist Routes*, nomeadamente a Ureddplassen (2018), resultado conjunto do atelier Haugen/Zohar Arkitekter e de Inge Dahlman, o Vargebakkane (2006), do gabinete Knut Hjeltnes AS Sivilarkitekter MNAL, e o miradouro Vedahaugane (2012), do atelier L J B AS.



FIGURA 71 | UREDDPLASSEN



FIGURA 72 | VARGBAKKANE



FIGURA 73 | VEDAHAUGANE

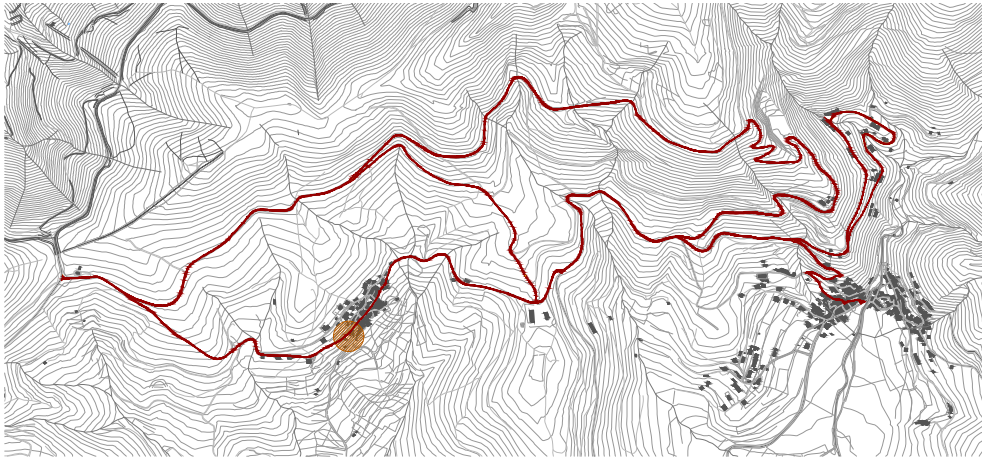


FIGURA 74 | PONTO 10 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | 1:25 000

7.3.1.5 | O FORNO DO POVO

Saídos do miradouro anterior, ruma-se por fim a Mascoselo, que se revela aos caminheiros através dos soutos situados à sua entrada, que introduzem a nova capela da aldeia. Uma nova fragmentação do percurso trará um momento de indecisão a quem por aqui passa, devendo o viajante optar por seguir caminho pela Rua da Nossa Senhora do Rosário.

É nesta rua onde se encontram o maior número de construções tradicionais, a maioria das quais em péssimo estado de conservação, e nas quais se sugere se possível, e tal como implementado em Vila Cova, a sua reabilitação, possibilitando o estabelecimento de alojamentos temporários e de segundas habitações.

Contudo, a proposta deste trabalho para esta povoação surge perto do fim desta rua. De cariz mais social, aproveitam-se as ruínas que circundam um amplo terreno, novamente surgindo uma vista desimpedida sobre o vale da Campeã, enquadrada por estes dois volumes de xisto.

A vertente comunitária reflete-se neste caso no programa que se propõe para esta zona. Fruto da sua localização, afastado do centro da aldeia, e reconhecendo o estudo realizado anteriormente,



FIGURA 75 | O FORNO PROPOSTO



FIGURA 76 | O EDIFÍCIO SERVIDOR



FIGURA 77 | A VISTA

desenha-se neste local um Forno público o qual partilhará o pátio existente com o edifício servidor. Ambos os edifícios poderão ser utilizados pela população de ambas as aldeias, bem como pelos turistas que por aqui passem.

Por questões de segurança, propõe-se que seja o edifício orientado a sudoeste a ser utilizado para a primeira função, visto o seu isolamento ser condição necessária para evitar a propagação de incêndios. A própria ruína sugere à partida a definição espacial, pois a quebra que acontece a meio deste edifício delimita as áreas necessárias à função que se pretende, nomeadamente uma zona de preparação dos alimentos e uma segunda área para a implantação do forno.

No lado oposto, o espaço servidor deste local. Neste ponto sugere-se uma intervenção que responda às necessidades associadas pelo edifício anterior. Deste modo, define-se um programa que contenha uma zona de refeições, partilhada por todos os utilizadores, que fora este uso, poderá servir de espaço de convívio, conciliando-o com instalações sanitárias e por fim com uma zona de tratamento de loiças. Pretende-se ainda que ambas as construções aqui presentes dialoguem com a praça que delimitam, daí que, nas intervenções sugeridas se deverá ter em conta a sua abertura para o espaço público.

Procura-se acima de tudo que seja preservado o máximo possível da ruína existente, no entanto, propõe-se que as intervenções aqui expostas sigam a lógica presente em projetos como a Dovecote (2015), do atelier AZO Sequeira Arquitetos Associados, a casa EC (2013), do gabinete SAMI Arquitetos ou ainda o Laboratório da Paisagem (2010), do atelier Cannatà e Fernandes Arquitetos.

Apesar de terminadas as intervenções propostas ainda falta percorrer parte do circuito de volta ao ponto inicial. Num percurso ascendente, partindo deste último espaço, continua-se o caminho na Rua da Nossa Senhora do Rosário, voltando-se a cruzar com



FIGURA 78 | THE DOVECOTE



FIGURA 79 | E/C HOUSE



FIGURA 80 | LABORATÓRIO DA PAISAGEM

a Rua do Cruzeiro à saída de Mascoselo, passando a ser esta o percurso a seguir até ao final do percurso onde se junta à Estrada da Floresta terminando assim o movimento circular do Circuito do Mineiro.

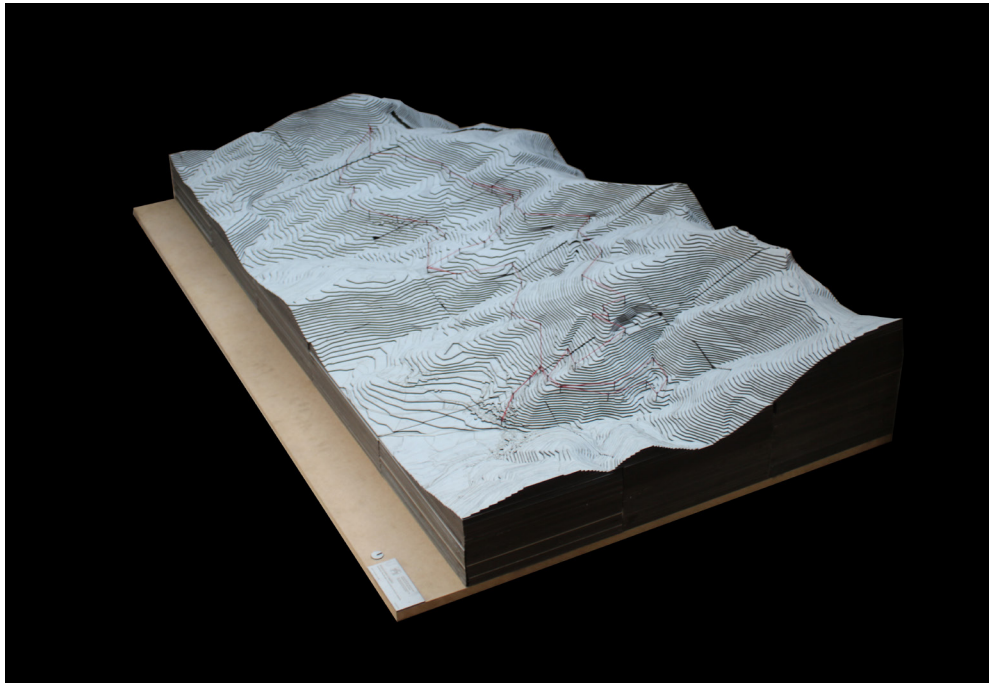


FIGURA 81 | MAQUETE DE TERRENO | ESCALA 1:2000

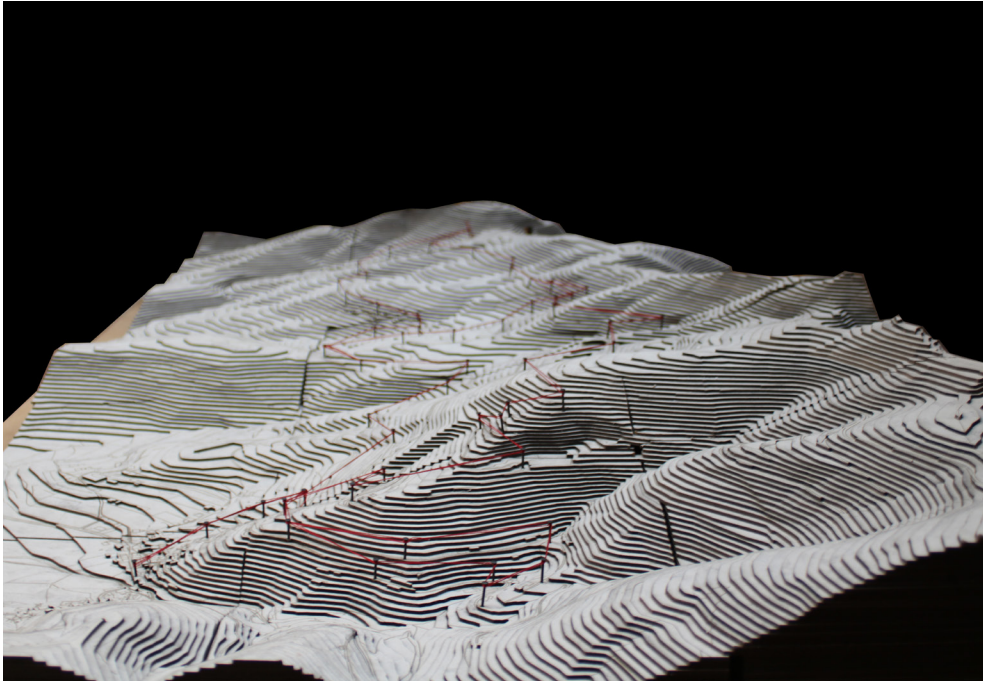


FIGURA 82 | MAQUETE DE TERRENO | ESCALA 1:2000



FIGURA 83 | O TELHADO TÍPICO

V | PROJETO

O arquiteto trabalha manipulando a memória, disso não há dúvida, conscientemente, mas a maioria das vezes subconscientemente. O conhecimento, a informação, o estudo dos arquitetos e da história da arquitetura tendem ou devem tender a ser assimilados, até se perderem no inconsciente ou no subconsciente de cada um.

Álvaro Siza Vieira¹⁰⁰

E a arquitetura é feita para nós a utilizarmos. Não é nenhuma das Belas Artes. Acho que esta também é a tarefa mais nobre da arquitetura, o facto de ela ser uma arte para ser utilizada. Mas o mais belo é quando as coisas se encontram, quando se harmonizam. Formam um todo. O lugar, a utilização e a forma. A forma remete para o lugar, o lugar é este e a utilização é esta.

Peter Zumthor¹⁰¹

Apresentaram-se os roteiros e as referências. Descreveu-se o circuito e as paragens deixadas no imaginário, expondo as intenções para cada desvio. É por isso natural que, num caminho também ele feito passo a passo, se atinja assim o culminar de todo o percurso deste trabalho.

As ideias agora apresentadas deixam o papel e aproximam-se da realidade concreta. O desenho acerca-se agora da sua dimensão humana, delineando o ponto de encontro entre lugar e construção.

A dúvida, sempre presente, *tornou-se companheira de caminho nesta jornada, levando-nos constantemente a questionar sobre a validade da nossa ideia, sugerindo que talvez seja melhor não intervir sobre aquilo que é valioso e foi esquecido para não correr o risco de o estragar por completo. Afinal, de boas intenções está cheio o inferno*¹⁰².

100. VIEIRA, Álvaro Siza – *Imaginar a Evidência*. Lisboa, Edições 70, 2015, p. 37;

101. ZUMTHOR, Peter – *Atmosferas*. Barcelona, Gustavo Gili, 2006, p. 69.

102. COIMBRA, Gonçalo - *Percurso Arquitectónico na Arrábida. A Arquitectura Portuguesa como revitalizadora do Património e da Paisagem*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da



FIGURA 84 | OS BLOCOS

8 | AS INTERVENÇÕES

Não basta ao indivíduo da cidade vestir umas calças de surrobeco, calçar tamancos e ajeitar uma enxada ao ombro para se integrar num meio rural; envergar pelico e safões para pertencer ao Alentejo; ou vestir camisa vistosa de lã aos quadrados e descalçar-se para não destoar entre os pescadores da Nazaré.

Integrar-se, pertencer, são coisas mais sérias e profundas. De modo algum são apenas maneiras de vestir, tanto pessoas como edifícios

AAW¹⁰³

Do estudo da Arquitetura popular portuguesa podem e devem extrair-se lições de coerência, de seriedade, de economia, de engenho, de funcionamento, de beleza... que em muito podem contribuir para a formação dum arquiteto dos nossos dias

AAW¹⁰⁴

Como afirmámos, as propostas aqui explanadas são o resultado de todo o processo envolvido neste trabalho. O estudo do local fundamentou a definição dos conceitos que guiam cada intervenção e a arquitetura regional permitiu entender o uso dos materiais e o seu toque na terra.

Porém, o mais importante foram as conversas com as gentes, que permitiram reavivar memórias, mas que com a sua simplicidade nos fizeram descer à terra quando se olhava muito para além do necessário.

Universidade de Lisboa. 2014, p.125.

103. AAW – *Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa, AAP, 3ª Edição, 1988, p. XXIII;

104. Idem;



FIGURA 85 | O OLHAR DA CASA DO GUARDA

8.1 | O PONTO INICIAL

A primeira paragem no circuito dá-se aquando a interceção da Estrada Nacional N304 com a Rua do Cruzeiro. Quem por aqui passa é atraído pelo largo que esta interseção de vias cria e, atrevendo-se a aqui parar, deparar-se-á com a extensa vista sobre os vales e as serras. Olhando em volta, logo o visitante se apercebe da existência de uma pequena construção, despercebida a quem passa pela estrada nacional, encontrando-se atualmente bastante vandalizada. Dá-se aqui o ponto de partida ao Circuito do Mineiro.



FIGURA 86 | PONTO 1 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | 1:10 000

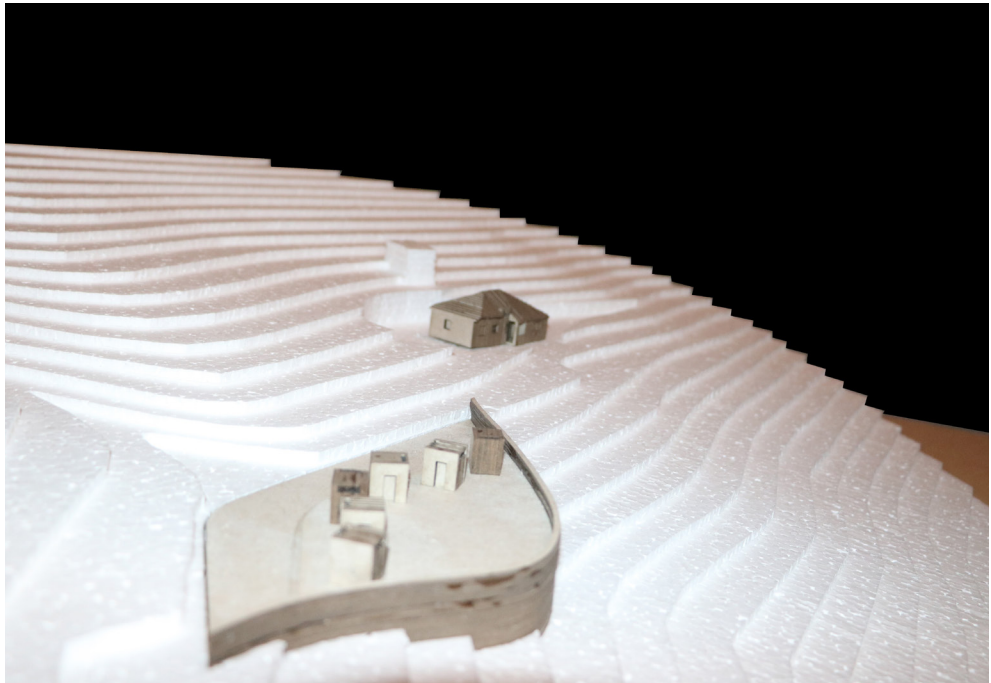


FIGURA 87 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200

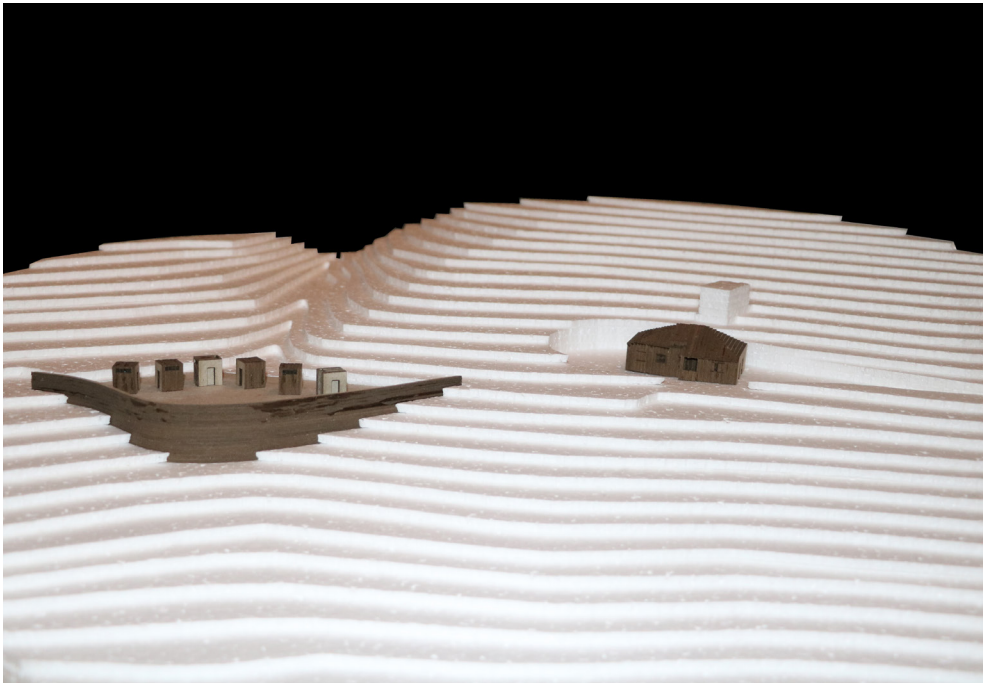


FIGURA 88 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200



FIGURA 89 | A CHEGADA PELA EN304



FIGURA 90 | O INÍCIO DO CIRCUITO



FIGURA 91 | VISTA DESDE A CASA DO GUARDA

8.1.1 | O MIRADOURO

Como descrito, a entrada no circuito é demarcada pelo miradouro que surge no cruzamento da Estrada Nacional N304 com a Rua do Cruzeiro. As características deste espaço, desde o pavimento em gravilha ao mobiliário urbano maltratado ou até pela falta de iluminação e sinalização, tornam necessário o repensar deste local.

Desta forma, redesenha-se este miradouro, propondo a sua divisão em três espaços. Em primeiro, na sua proximidade com as vias circundantes cria-se uma zona de estacionamento informal de veículos, contrariando a atual falta de limites que se verifica entre o domínio automóvel e o pedonal. À sua frente, um largo que se eleva ligeiramente da zona anterior, e no qual se propõe a repavimentação em lajetas graníticas, coincidente com métodos utilizados localmente, de modo a promover a aproximação à vista situada no lado oposto ao estacionamento.

A apreciação da paisagem existente, sobre o vale e as serras, é determinada pela terceira parte desta intervenção. Deste modo, a meio deste largo, dispõem-se aleatoriamente pequenos blocos de instalações sanitárias, que visam não só responder às necessidades de uma intervenção deste tamanho, como filtrar vários pontos de contemplação.

A sua distribuição aparentemente arbitrária, procura uma relação com a disposição das várias construções agrícolas espalhadas fortuitamente ao longo da paisagem, desenho que se quer complementado pela vertente construtiva onde, através da materialidade aplicada, se procura reforçar essa relação, utilizando-se, por esse motivo, o granito, um pouco à imagem do projeto do Cemitério Fisterra do arquiteto espanhol César Portela. Após passar estas intervenções, e já na extremidade do largo, surge a vista ampla sobre a paisagem a qual poderá ser apreciada confortavelmente no mobiliário que se encontra disposto nesta zona.



FIGURA 92 | A CASA DO GUARDA VISTA DO MIRADOURO



FIGURA 93 | VISTA SOBRE A CASA



FIGURA 94 | ALÇADO TARDOZ

8.1.2 | A CASA DO GUARDA

As Casas dos Guardas Florestais são autênticos museus vivos da figura do Guarda Florestal que hoje os mais novos já vão desconhecendo. Um vendidas outras perdidas pelos montes e dada a malfadada desertificação, estão sujeitas a todo o energúmeno que gosta de destruir o património de todos nós.

Jorge Nunes¹⁰⁵

A segunda intervenção neste ponto trabalha sobre uma construção que à partida se esconde do visitante, mas que se revela fundamental para o objetivo deste trabalho, isto é, a Casa do Guarda Florestal.

Distribuídas estrategicamente pelo território, estas construções, parte integrante do Plano de Povoamento Florestal, são representativas de um projeto implementado nacionalmente em 1938 e que, entre outras medidas, propunha num prazo de 30 anos a construção de 940 destas habitações e 140 postos de vigia.

Projetadas inicialmente por engenheiros silvicultores ou desenhadores de obras públicas e posteriormente pelo MOPC (Ministério das Obras Públicas e Comunicações), obedeciam todas a um programa-base estabelecido à priori, refletido num projeto também ele pré-formatado, não sendo de estranhar que todas partilhem de uma linguagem estética comum.

O programa definido inicialmente, permitia acolher tanto o guarda como a sua família, estabelecendo, para além da casa principal, a existência de um anexo para a criação de animais, bem como zonas de hortícolas que permitiam a criação de alimentos para consumo próprio.

Fruto da recente extinção da profissão (entretanto restituída), muitos

105. NUNES, Jorge - *As Casas dos Guardas Florestais*. Citação retirada do site <http://www.jorgenes.net/casas-guarda-florestais/>, consultado a 28 de Maio de 2019.



FIGURA 95 | AMBIENTE INTERIOR DA CASA DO GUARDA

destes exemplos encontram-se abandonados, sendo alvo constante de vandalismo, factos ao qual este caso em particular não foge, encontrando-se atualmente em avançado estado de degradação.

A intervenção aqui proposta aproveita-se da pré-existência estrutural, mantendo, deste modo, a “casca” do edifício, composta por espessas paredes em pedra, bem como da estrutura de madeira que suporta a cobertura em quatro águas, demolindo-se todas as paredes interiores para, desta forma, criar um open space onde se propõe o desenho de um centro interpretativo do Circuito do Mineiro.

Neste caso, e após a limpeza dos elementos interiores, cria-se um volume central, seccionado, e que não “toque” na pré-existência, tomando-se como referência o projeto do Centro Interpretativo do Românico em Paredes, do gabinete Spaceworkers (2012).

Programaticamente, o percurso desenhado pelo exterior destes blocos criados através deste seccionamento, propõe uma exposição acerca da generalidade do Circuito, apresentando não só a sua história, mas também as intervenções passíveis de serem visitadas daqui para a frente.

Nestes segmentos definem-se programas que complementem a experiência expositiva, nomeadamente uma cafetaria que partilha um espaço central mobilado com a receção do edifício no lado oposto, zona esta que poderá servir também para exposição de filmes ou apresentações esporádicas. Por fim, o último fragmento desta intervenção contempla um programa mais técnico, desenhando uma instalação sanitária e uma zona de arrumos isolados da restante exposição pela circulação que partilham.



FIGURA 96 | CHEGADA AO LOCAL

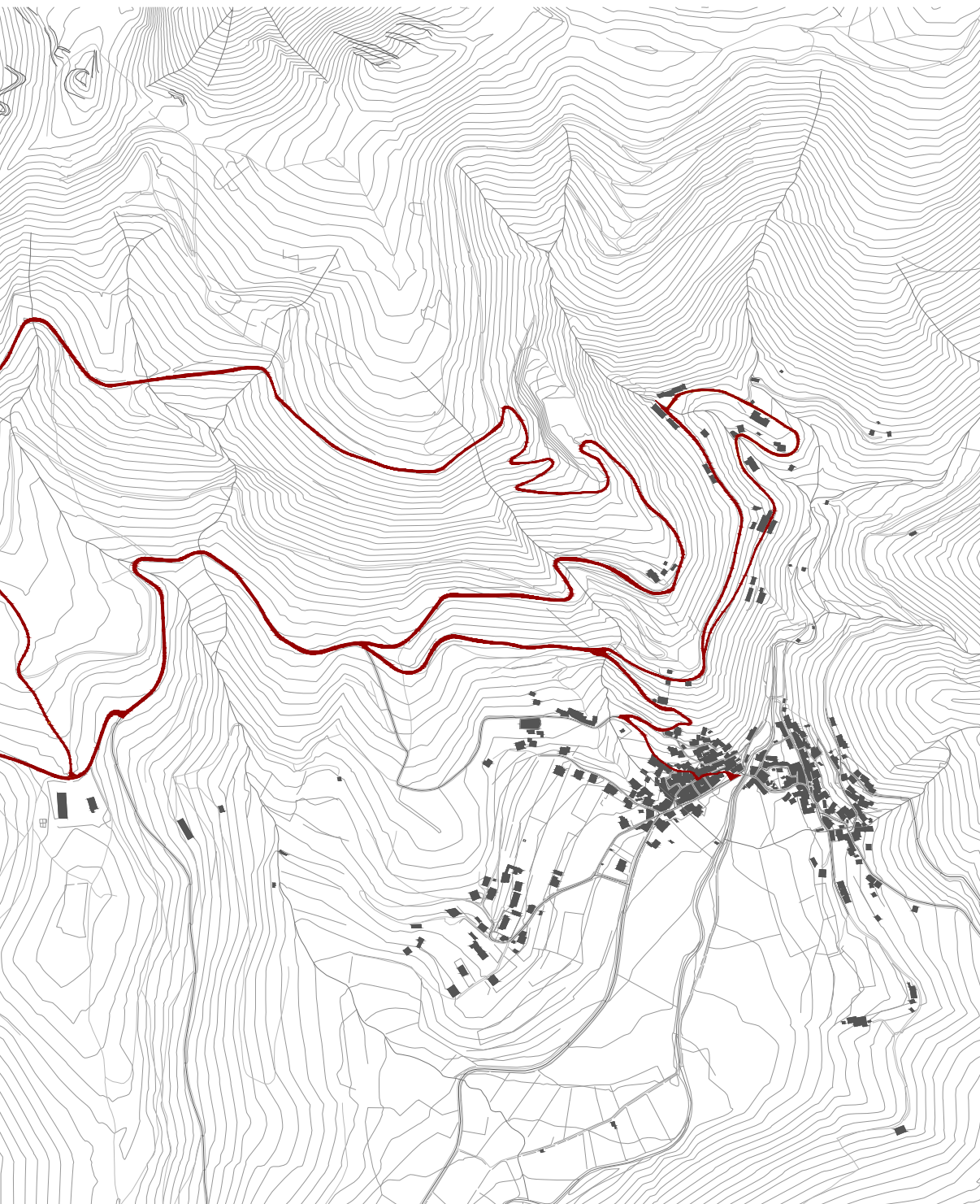
8.2 | UM LARGO DIVIDIDO

Após percorrer o primeiro quilómetro pela Estrada da Floresta, o viajante depara-se com um anfiteatro escavado na montanha e abraçado pela densidade arbórea, representando um momento de pausa que precede a divisão do caminho. À sua frente, a paisagem esconde-se por detrás da vegetação aí presente, tornando-se necessária a sua remoção de forma a desimpedir a vista e promovendo a implantação da segunda proposta para esta paragem.

Procura-se desta forma responder às necessidades, muitas vezes existentes nestes tipos de projetos, de criar não só pontos de interesse sobre o território e ao mesmo tempo providenciando infraestruturas básicas.



FIGURA 97 | PONTO 2 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | 1:10 000



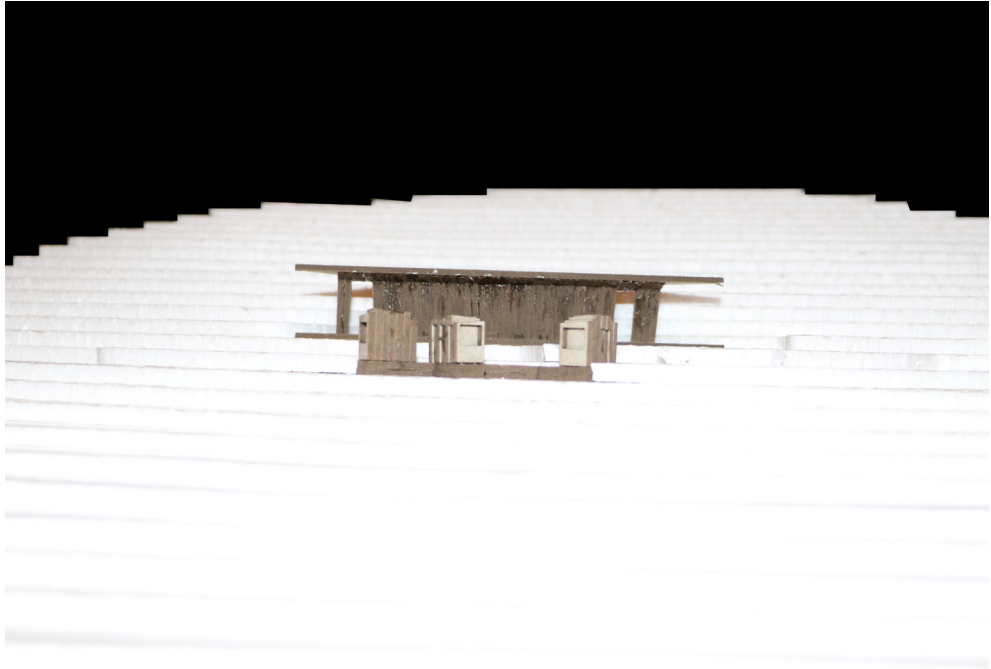


FIGURA 98 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200

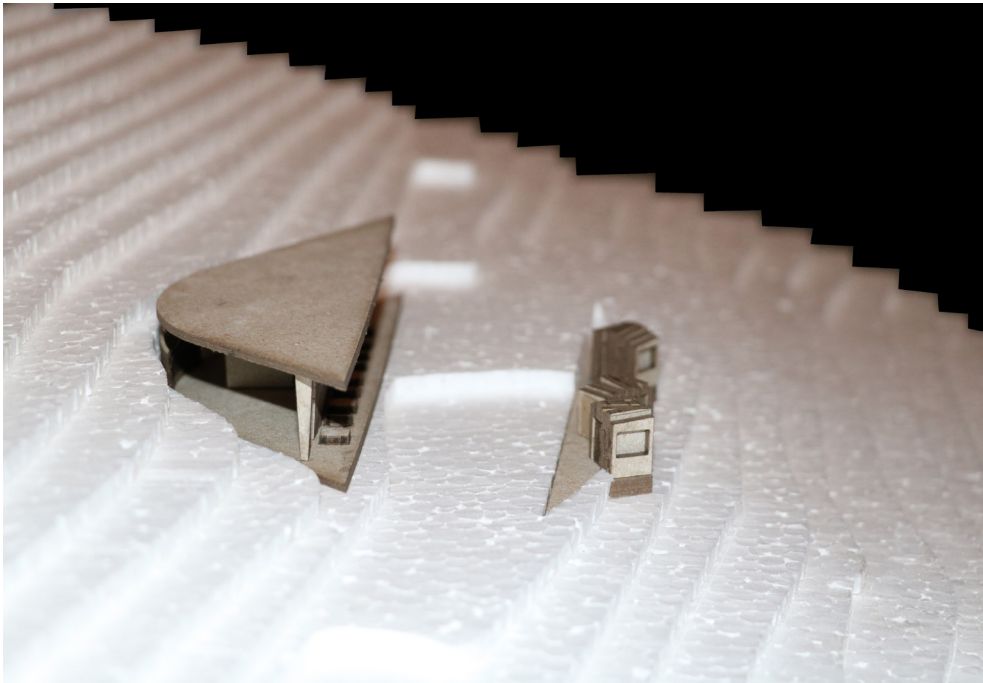


FIGURA 99 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200



FIGURA 100 | O VAZIO NA MONTANHA



FIGURA 101 | VISTA DE FRENTE



FIGURA 102 | NA SAÍDA PARA O CAMINHO DAS ALMAS

8.2.1 | A PÁLA E AS ÁGUAS

O primeiro objeto planeado nesta pausa acomoda-se do vazio escavado na montanha, propondo a implementação de um programa de apoio infraestrutural que engloba o desenho de instalações sanitárias conjuntamente com uma zona de refeições, protegidas por uma pála.

Num primeiro olhar sobre esta intervenção, o visitante deparar-se-á exclusivamente com o mobiliário urbano referente à área de refeições, que se encontra separado das instalações sanitárias por uma barreira visual, constituída por um ripado de madeira. A ligação pontual deste elemento divisório à cobertura pretende simultaneamente responder às questões estruturais bem como incitar à descoberta da restante intervenção. Para isso esta pála, também ela suportada por uma estrutura de perfis em madeira, guia, através da orientação destes membros, os visitantes à exploração do restante espaço.

Na segunda parte desta proposta, pretende-se uma imagem contrastante com a primeira metade, posicionando esta estrutura, aparentemente leve, sobre as instalações sanitárias, dispostas em blocos maciços revestidos a xisto, que apesar do seu posicionamento irregular, respondem ainda assim a uma regra na sua disposição, fruto do papel estrutural que lhes é atribuído.

Neste caso, o ambiente obscuro promovido pela aplicação deste material na totalidade destes segmentos, é contrariado pelos rasgos de luz que surgem de ambos os lados desta intervenção, incitando à descoberta do último espaço desta intervenção que contempla o desenho dos lavatórios e do fontanário, “escavados” na parede deste anfiteatro, aludindo às nascentes dispostas ao longo das serras. A importância que a água assume nesta região, é levada em conta no nesta proposta, procurando a reutilização das águas pluviais. Para isso desenha-se a cobertura com uma ligeira inclinação, desta forma guiando as águas para um reservatório que se esconde por detrás



FIGURA 103 | A PRIMEIRA PAUSA



FIGURA 104 | ESTRADA QUE SEPARA



FIGURA 105 | DIVIDIR E ESCOLHER

do fontanário, para que estas possam ser reutilizadas nos restantes espaços desta intervenção.

8.2.2 | AS NAMORADEIRAS

Tendo esta primeira proposta abordado o lado virado para a serra, resta agora descrever a proposta que surge aberta para a paisagem. Neste local a intenção é clara: apesar de partilharem a implantação num largo aberto à vista, cuja definição deriva da relação com o edifício infraestrutural, focam-se em pontos específicos do território, enquadrando o olhar sobre o vale, as serras ou sobre a futura intervenção no Caminho das Almas.

De volta à arquitetura tradicional, aproveita-se um elemento verificado aquando a visita ao colégio onde se intervirá em Vila Cova, nomeadamente as namoradeiras dispostas nas janelas deste edifício, utilizando-as como conceito fundador desta intervenção.

Esteticamente, estes três blocos surgem da divisão de um corpo comum de duas águas, cujo ângulo se altera desta forma promovendo uma ligeira diferença entre as unidades. O programa destas construções é simples, consistindo da disposição de dois assentos que encostam nas paredes de granito, virados para a paisagem. No entanto, para contemplar plenamente a vista, o visitante é forçado a entrar neste espaço, pois esta é filtrada por elementos em madeira a quem olhe do exterior, numa lógica que segue em parte as intenções transmitidas por casos como o *READER Shelter* (2015), da Academia de Artes da Estónia ou a *Snefjord Road Stop* (2005), do atelier Pushak.

Apesar de contrastantes tanto volumétrica como programaticamente, ambas as intervenções deste ponto de paragem procuram dialogar uma com a outra, através não só do largo que juntas definem, quebrado pela Estrada da Floresta, mas também pela partilha de um pavimento comum a ambas.



FIGURA 106 | AMBIENTE A CHEGADA



FIGURA 107 | A PAUSA NA BARREIRA

8.3 | O MIRADOURO FOTOGRÁFICO

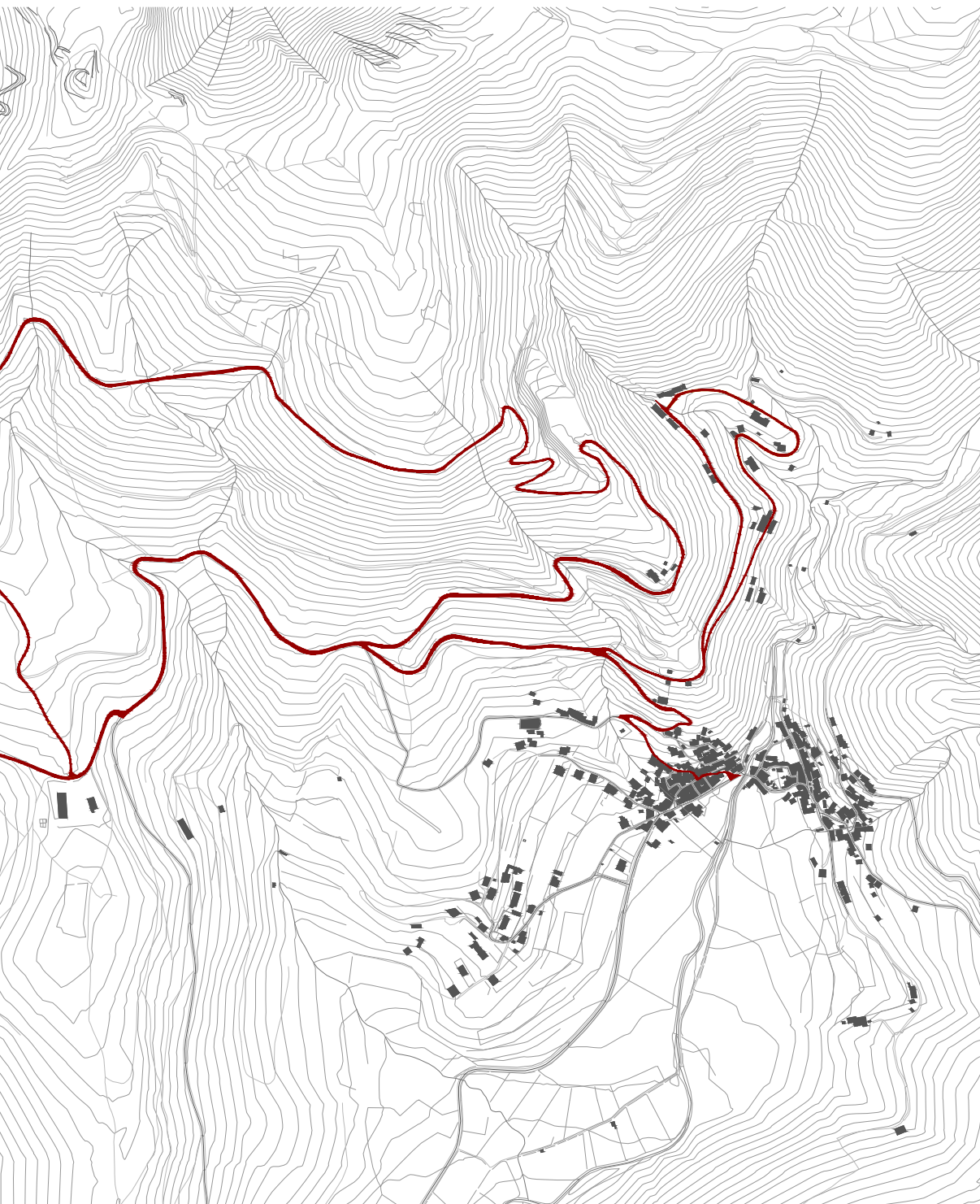
Opta-se, por respeito à lógica de leitura, por continuar na Estrada da Floresta em primeiro lugar, voltando depois atrás para se explicar a estratégia tomada na abordagem projetual que surgirá a quem siga do ponto anterior pelo Caminho das Almas.

O maior traço destes caminhos pelas serras prende-se na forma como estes se adaptam à topografia. Este ziguezaguear, inverso à linha infinita das vias rápidas, proporciona a quebra de uma continuidade, proporcionando com isso estes momentos de paragem.

É precisamente desta característica que surge a intervenção projetual que se apresenta a seguir.



FIGURA 108 | PONTO 3 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | 1:10 000



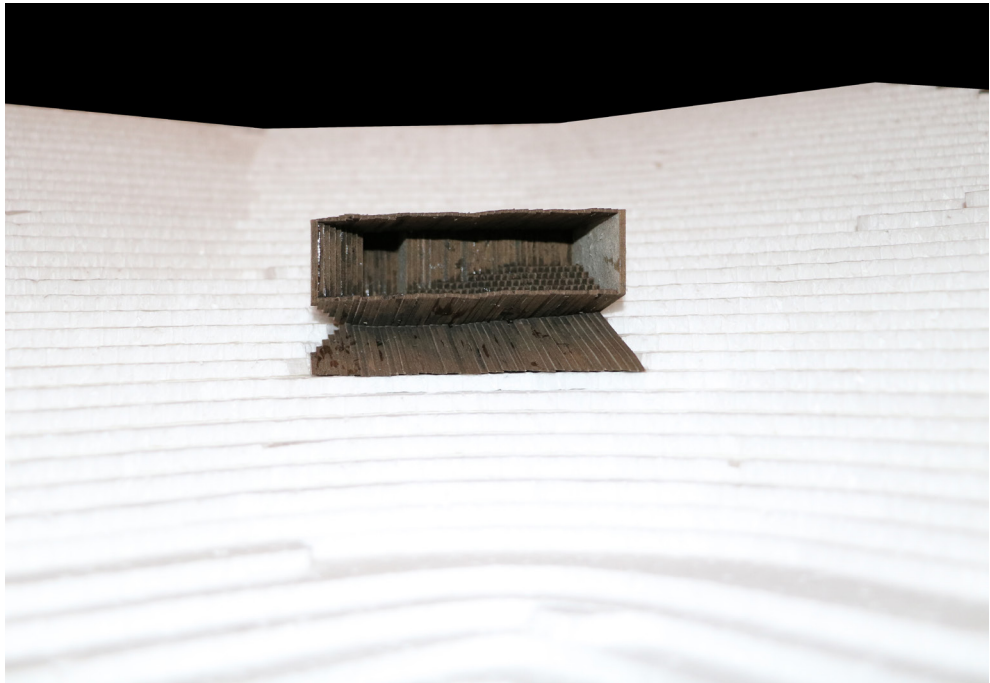


FIGURA 109 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200



FIGURA 110 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200



FIGURA 111 | O COTOVELO



FIGURA 112 | OLHAR DE BAIXO



FIGURA 113 | SEGUIR CAMINHO

8.3.1 | O COTOVELO COM VISTA

O caminho até este ponto é ladeado por uma barreira arborizada, guiando o percurso do visitante até se deparar com um “cotovelo”, onde a quebra neste “obstáculo” natural que até aqui o encaminhou, permite enquadrar uma vista desafogada sobre a paisagem.

O desenho desta construção surge, como referido, no espaço deixado livre pelas árvores que até lá bloqueiam o campo de visão do caminhador, propondo-se, desta maneira, uma construção que continue essa lógica, forçando o visitante a aproximar-se e a entrar neste espaço para que possa experienciar a vista sobre o território. Implementa-se no alçado virado para a serra um pequeno vão a um metro e meio de altura, promovendo uma pequena amostra da vista, desta forma atiçando a curiosidade de quem passa.

Procura-se simultaneamente que o revestimento do edifício, em lascas de xisto, reforce não só esse sentimento de descoberta, guiando o visitante para o seu interior através da sua disposição horizontal, permitindo também que este se funda com a paisagem. A quem o vê do Caminho das Almas, a sua perceção não poderia ser mais antagónica, pois este bloco aparentemente escavado na serra, é revestido no seu interior a madeira, material que difere sobremaneira com a cor escura do xisto.

Esquemáticamente, como indicado, para entrar nesta intervenção o visitante é forçado a descer uma escadaria que o levará até um patamar intermédio, onde surge novo vão desta vez orientado para uma outra direção, diferente da primeira. Partindo daqui, surge uma nova escadaria que culminará no patamar, onde surge perante o visitante uma vista panorâmica sobre o sobre a paisagem, enfatizada pela quebra ocorrida na parede que, desta maneira, proporciona a abertura do ângulo de visão sobre o território.

Esta intervenção trata o edifício como se de uma máquina fotográfica se tratasse, um pouco à semelhança da lógica implementada na



FIGURA 114 | O MIRADOURO VISTO DE FORA



FIGURA 115 | AMBIENTE INTERIOR DO MIRADOURO



FIGURA 116 | A VISTA FRONTAL



FIGURA 117 | DAS NAMORADEIRAS PELO CAMINHO DAS ALMAS



FIGURA 118 | DE CÃ DE BAIXO

proposta para um auditório da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de Eduardo Souto de Moura. Porém, por no cômputo geral coincidir nas várias intenções desta proposta, toma-se em consideração o projeto Stage of Forest, do gabinete META Project (2017) como maior referência ao desenho desta construção.



FIGURA 119 | OLHAR SOBRE O LOCAL

8.4 | A EIRA, O ESPIGUEIRO, O BEIRAL

Voltando ligeiramente atrás, aborda-se a intervenção que surge a quem escolhe seguir o Caminho das Almas. Sendo o único desvio, aproveita a estrada pré-existente promovendo a ligação entre as duas partes do circuito.

A meio, uma intervenção que vai buscar inspiração à arquitetura vernacular da região, procura a sua reinterpretação através de novos usos, desta maneira proporcionando um programa claramente virado para a vertente turística, através do alojamento local não invalidando, porém, a sua utilização por parte dos habitantes locais.

Aqui, o visitante encontrará um conjunto de construções distribuídas aleatoriamente ao longo da colina que olha o vale. Certamente se tiver conhecimento dos Espigueiros do Soajo facilmente associará a esta intervenção, pese embora a escala aumentada destas construções.

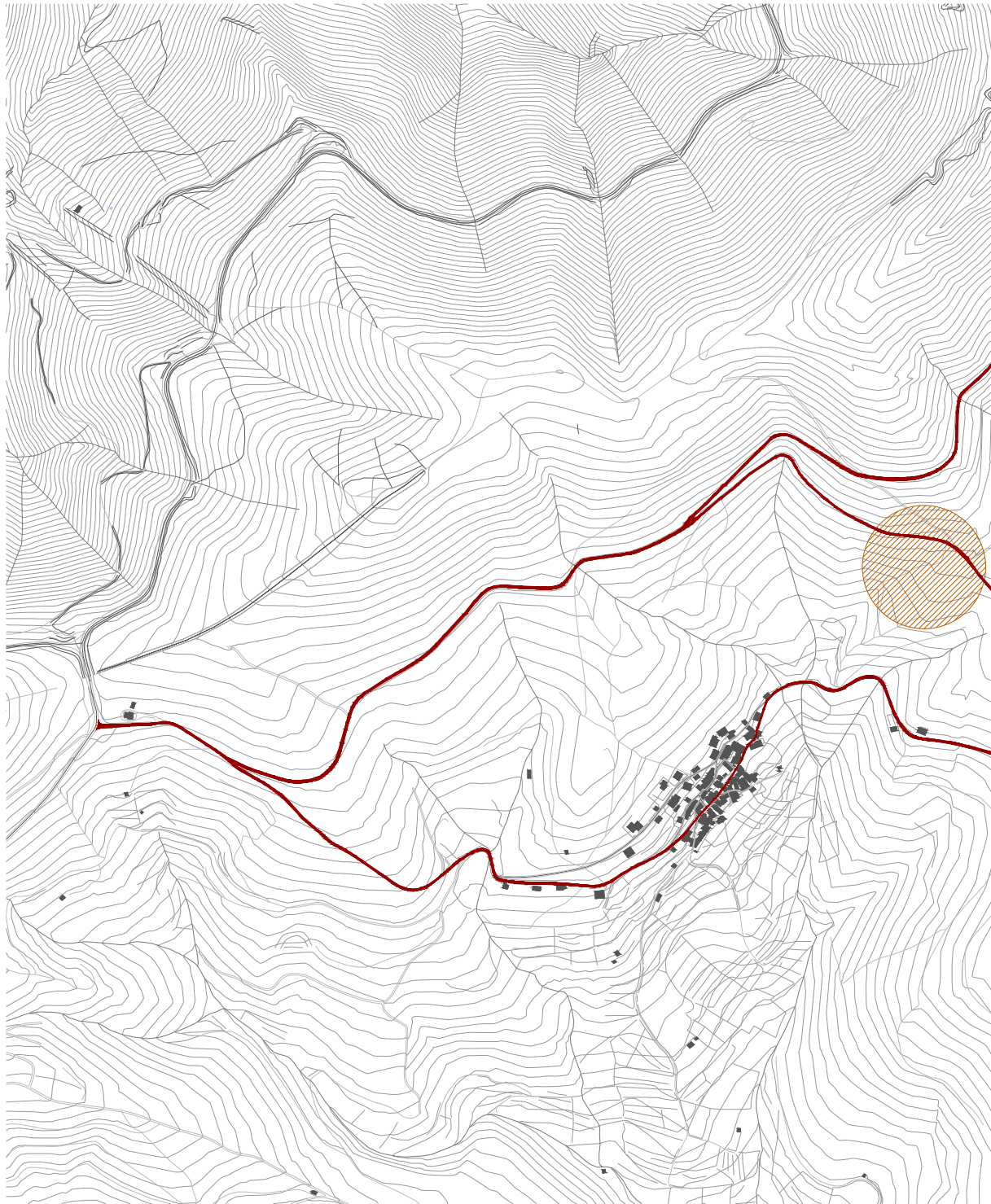
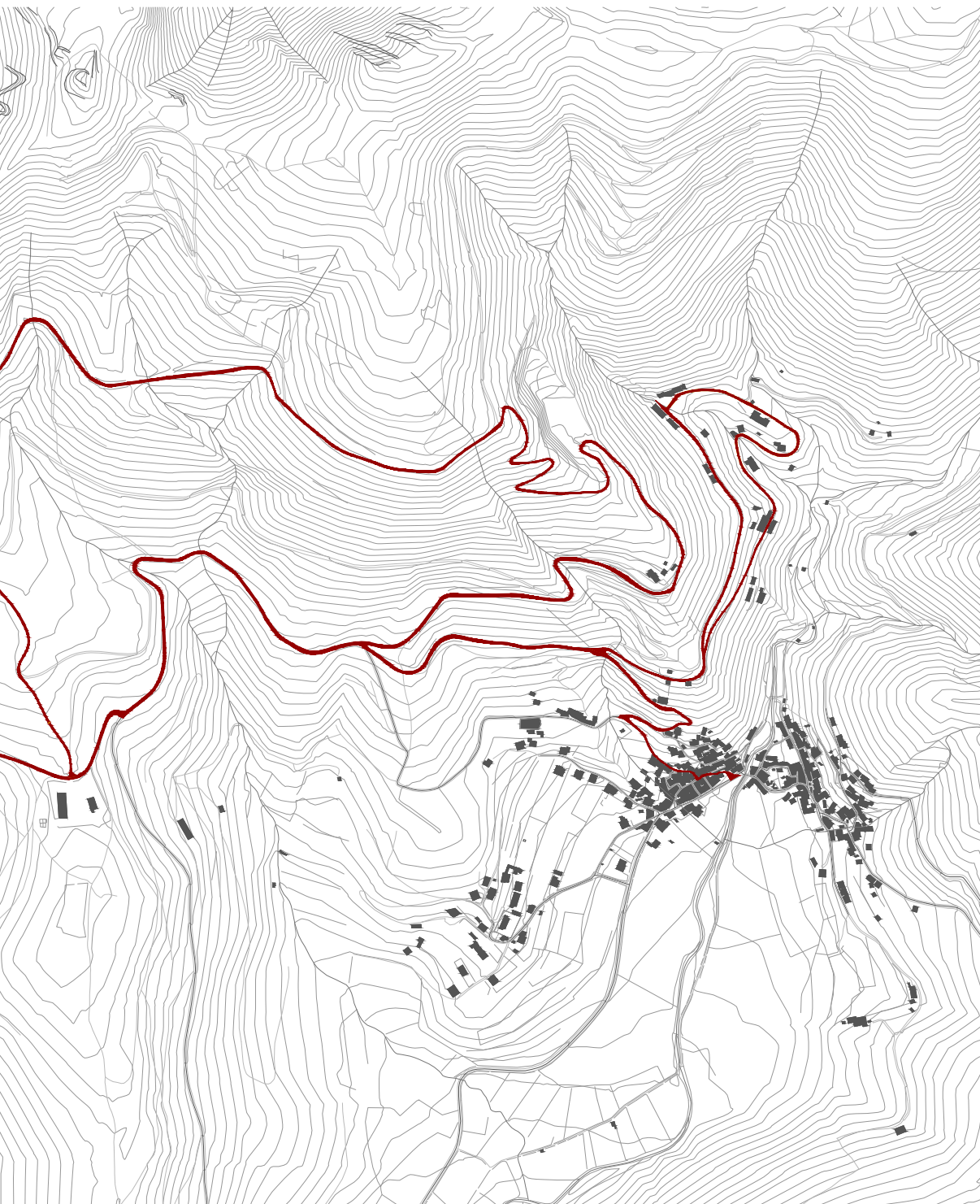


FIGURA 120 | PONTO 4 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | 1:10 000



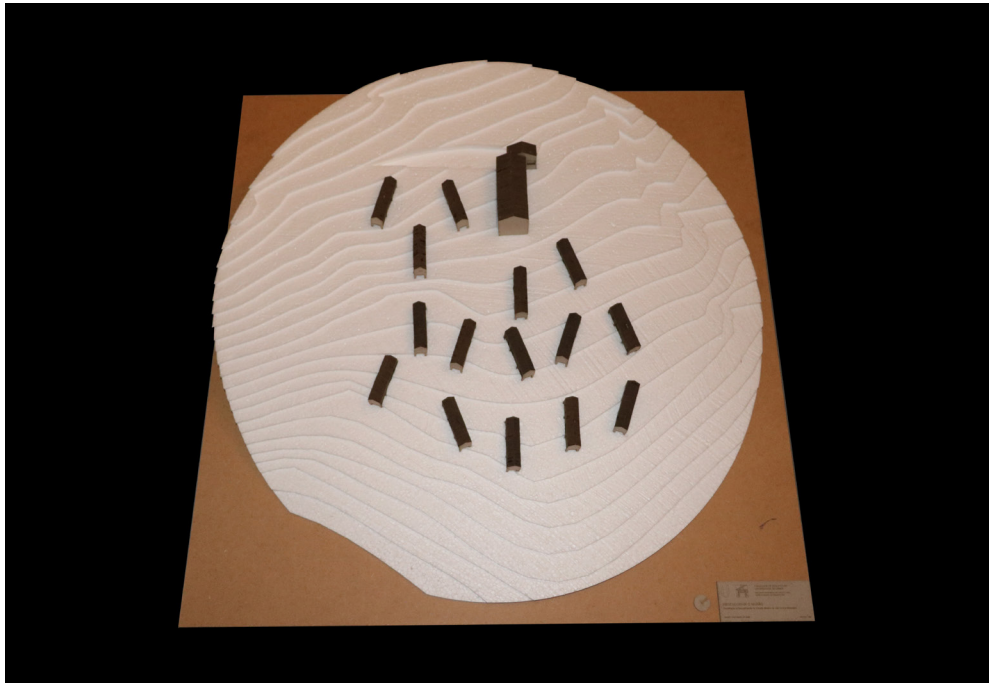


FIGURA 121 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200

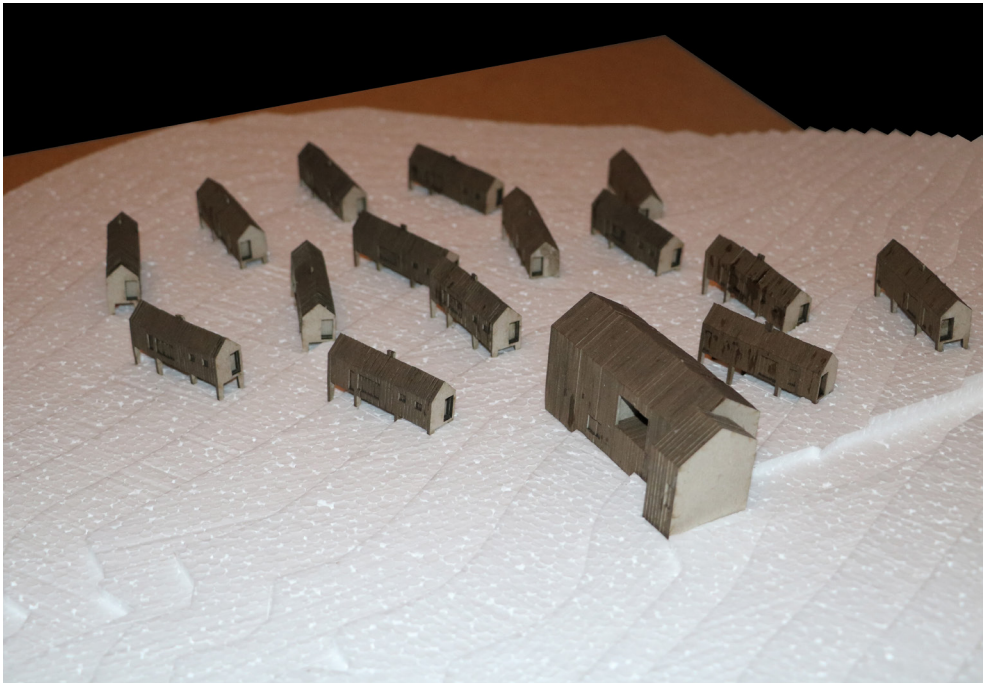


FIGURA 122 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200



FIGURA 123 | A VIAGEM



FIGURA 124 | O PONTO DE CHEGADA



FIGURA 125 | A DIVISÓRIA

8.4.1 | A EIRA

Apesar de serem as construções a primeira imagem com que o visitante se depara, é na eira onde ele tem o primeiro contacto direto com esta intervenção. A função que esta possui na arquitetura tradicional é aqui reinterpretada, mantendo-se a sua característica principal, isto é, a sua extensão, alterando-lhe o uso.

Neste caso em particular, a eira deixa de ser o local onde se secam as sementes antes de serem armazenadas, dando lugar, aquando a sua aproximação ao Caminho das Almas, ao desenho de uma área para o estacionamento informal das viaturas em que os visitantes se possam deslocar.

A sua continuidade é quebrada por um caminho já existente, servindo como perfeita divisória entre esta última área e uma zona que precede a entrada ao edifício que introduz todo este espaço, ou seja, o beiral, e cuja sua função enquanto espaço de reunião exterior mantemos, conservando-se assim a sua vertente social e o seu papel enquanto espaço público.

8.4.2 | O ESPIGUEIRO

Como se explicou, é através das construções espalhadas pela colina que o viajante contacta visualmente com esta intervenção, e os primeiros edifícios com que este se deparará serão as estruturas que contemplam um programa de alojamento temporário, as quais se baseiam nos espigueiros, e que, tal como estes, se orientam longitudinalmente segundo a inclinação do terreno.

Neste caso em particular reinterpreta-se a forma alta, longa e estreita, assente sobre pilares, e altera-se-lhe o uso e a escala, para que possa ser utilizada de acordo com o programa descrito. Orientados



FIGURA 126 | A IMPLANTAÇÃO DO BEIRAL



FIGURA 127 | A VISTA PREDOMINANTE



FIGURA 128 | A IMPLANTAÇÃO DOS ESPIGUEIROS

de acordo com a vista predominante, é intenção clara bloqueá-la do interior desta construção, numa atitude que força o visitante a deslocar-se ao edifício comum para, juntamente com os restantes turistas, poder apreciá-la. Através desta condicionante é nos alçados laterais onde se rasgam os vãos de janela desta construção, dando-se uma exceção no alçado tardo, para que surja a porta de entrada neste alojamento, realçada pela saliência de um patamar que marca essa entrada.

Esquemáticamente, um espigueiro divide o seu programa em três módulos, numa área total de 45,5 m². A estes módulos em particular atribuem-se-lhe diferentes funções, que contemplam, logo à entrada um módulo infraestrutural, os espaços da instalação sanitária da zona de duche, permitindo deste modo a utilização de ambos os espaços simultaneamente.

Segue-se um módulo social, onde se desenha uma kitchenette, que permita fazer pequenas refeições, à qual se anexa uma zona de refeições que por sua vez interliga com a zona de estar onde termina este módulo e na qual se realça o rasgamento de um enorme vão no sentido longitudinal. A lareira desenhada na transição entre estes dois últimos espaços, torna-se o elemento de destaque desta divisão, procurando assim trazer um pouco da cultura local para o seu interior. Destaca-se ainda o facto de se permitir a transformação da zona de estar numa segunda área para dormir, fruto do encastramento de um móvel na parede divisória entre este espaço e o módulo seguinte, propondo-se o desenho de um quarto individual, que representa desta maneira a zona mais privada do espigueiro.

A sua composição material contempla os três materiais característicos na região, nomeadamente a madeira, o granito e o xisto, sendo utilizados em situações específicas, numa alusão ao aspeto tradicional desta construção. Desta forma, salienta-se a utilização do granito no revestimento dos elementos que toquem com o chão, bem como na base e nas fachadas frontal e tardo, demarcando o início e o fim desta construção. O xisto será utilizado na cobertura do espigueiro,



FIGURA 129 | OS ESPIGUEIROS VISTOS DE FORA

como acontece regularmente, com os exemplos recolhidos, porém utiliza-se também no interior das instalações sanitárias e da área do duche, contrastando com o restante interior do espigueiro, cujo revestimento se propõe a madeira de tom clara por forma a “aquecer” o ambiente no interior. Este material utiliza-se também no revestimento das paredes exteriores, contudo, neste caso sugere-se a utilização de uma madeira de tom escuro, procurando evitar, deste modo, um destaque exagerado deste elemento sobre os restantes, mas também transparecendo o natural envelhecimento deste material e assim simulando a ideia de construções que sempre pertenceram a este espaço.

8.4.3 | O BEIRAL

Resta, neste local, apresentar o edifício de carácter público, o espaço onde se pretende que todos os caminheiros se encontrem para socializar e apreciar as vistas deste lugar. Implantado na zona deixada livre pelos espigueiros, surge como ponto culminante da eira, estabelecendo-se tal como esta ao longo do Caminho das Almas, representando, por esse motivo também, o ponto de chegada a toda esta intervenção, local por onde todo e qualquer visitante terá de passar, isto se pretender usufruir dos alojamentos temporários.

Assim, no capítulo funcional, propõem-se três programas que se distribuirão ao longo deste edifício, sendo eles do âmbito administrativo, incluindo uma área de receção ao qual se junta um gabinete administrativo, social, abrangendo as zonas comuns interiores e exteriores, bem como instalações sanitárias públicas, e técnico, contemplando uma copa para funcionários, arrumos de limpeza e de maquinarias de manutenção e, por fim, uma garagem para o estacionamento de um veículo dedicado a elementos responsáveis pela manutenção do circuito.

Para responder a estas necessidades, este edifício vai buscar, no



FIGURA 130 | OS ESPIGUEIROS VISTOS DE DENTRO

aspecto formal, os seus traços à última construção vernacular que falta mencionar, o beiral, retirando daí não só a sua forma, distribuída por dois pisos, como também a sua materialidade, revestindo-se o piso de toque com o chão a granito e o piso superior a madeira, desta vez de tom claro, pois é intenção clara que o desenho deste edifício se destaque de todos os outros.

Nesta proposta, realça-se o deslocamento lateral de uma secção do edifício, demarcando claramente o seu momento de acesso. Assim que entra, rapidamente o visitante se depara com um balcão de atendimento, onde além de o introduzir ao espaço comum, representa também o local onde poderá levantar a chave de acesso ao alojamento onde vá permanecer. Arriscando seguir a luz que surge do outro lado do corredor escuro que se lhe apresenta à sua direita, o visitante descobrirá a zona social deste edifício, mas não sem antes se cruzar com a entrada das instalações sanitárias, "escavadas" numa das paredes.

Aquando a chegada à zona social, o visitante aperceber-se-á da diferença de iluminação natural comparativamente ao espaço anterior, luz essa providenciada por dois grandes vãos os quais introduzem dois espaços exteriores bastante distintos. Surgindo como que escavados nas fachadas, a dimensão destas aberturas varia mediante a importância da vista em causa, daí que, ao rasgo de maiores dimensões, situado no alçado frontal do edifício, corresponda a vista desafogada sobre o vale e as serras, sendo precisamente esta que se encontra bloqueada nos espigueiros. A maior importância deste espaço exterior encontra-se reforçada pelo desenho de um espaço complementar que contempla a existência de uma lareira exterior de forma a proporcionar uma estadia mais confortável em dias mais frios.

Por último, no piso inferior desenvolvem-se as zonas técnicas deste edifício. O acesso a estas áreas poderá ser feito de duas formas, a primeira das quais através de uma porta localizada ao lado do balcão de atendimento abrindo para uma escadaria que leva o funcionário a

um corredor de distribuição onde poderá aceder a uma primeira zona de arrumos de limpeza, à qual se segue uma copa para os funcionários que aqui trabalhem, contemplado um zona de balneários e cacifos bem como uma pequena área de refeições. No fim deste corredor, uma porta que ligará ao último espaço deste piso, coincidente com a segunda entrada nestas áreas, mais concretamente uma garagem para um veículo responsável pela manutenção deste percurso, atrás do qual umas portas de correr permitem abrir o espaço, revelando uma arrumação de maquinarias.



FIGURA 131 | O VERNACULAR

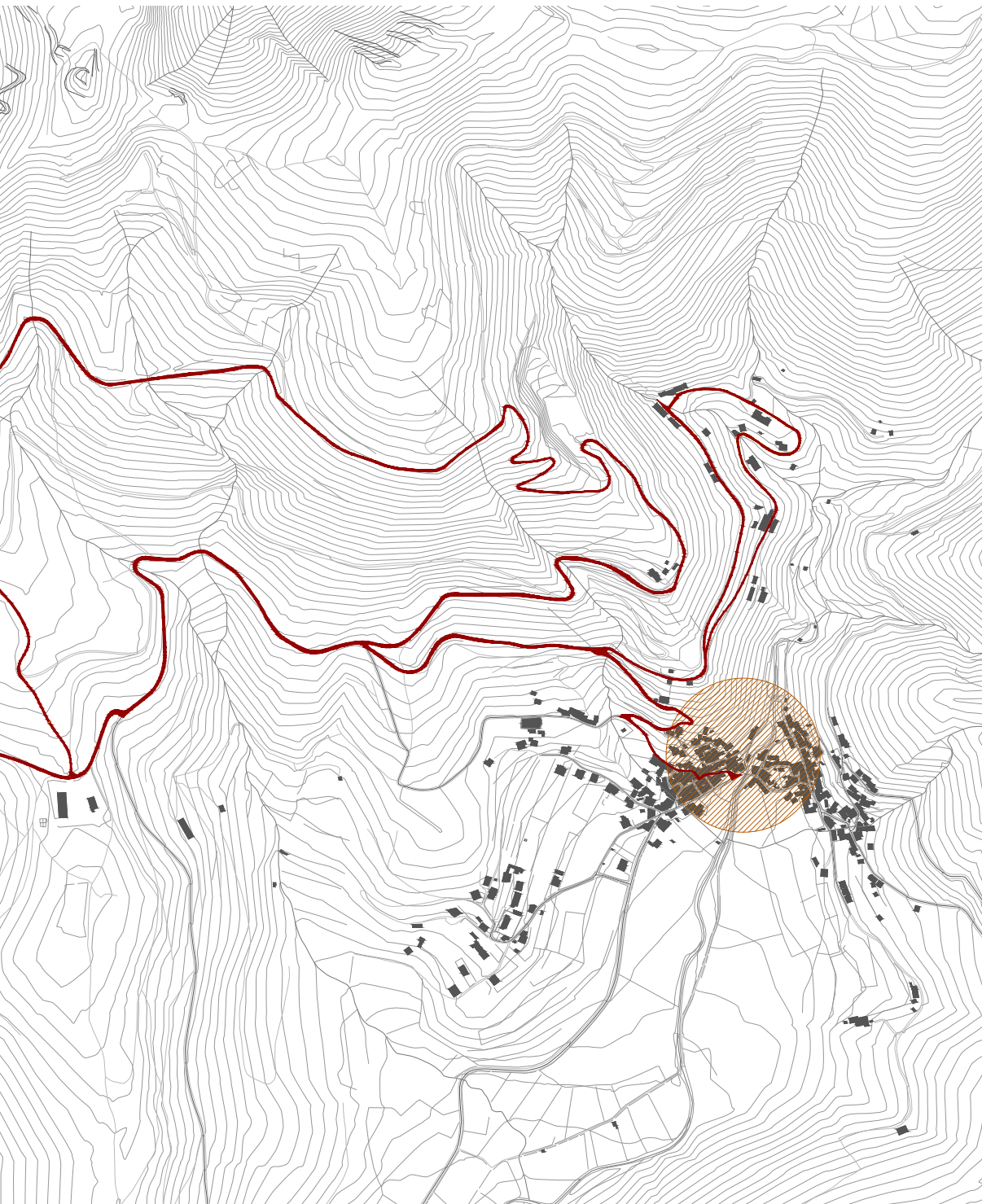
9.5 | A ALDEIA

Chega-se por último à intervenção inserida na aldeia de Vila Cova. Segundo o circuito, o viajante entrará aqui pela Rua do Calvário, situando-se no Largo Madre Maria Clara o ponto de chegada a esta povoação, largo este que é partilhado pelas duas construções que poderão considerar-se as mais relevantes da aldeia, nomeadamente a Igreja local e o Colégio de Nossa Senhora de La Salette.

Neste lugar surge o desenho dos projetos onde se impregna a componente social deste trabalho. Se até agora todas as intervenções possuíam um carácter mais turístico, as que aqui se implantam surgem como resposta a algumas necessidades levantadas pelos habitantes, incorporando programas turísticos, para que desta forma se possa promover uma relação valorativa entre locais e visitantes.



FIGURA 132 | PONTO 8 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | 1:10 000



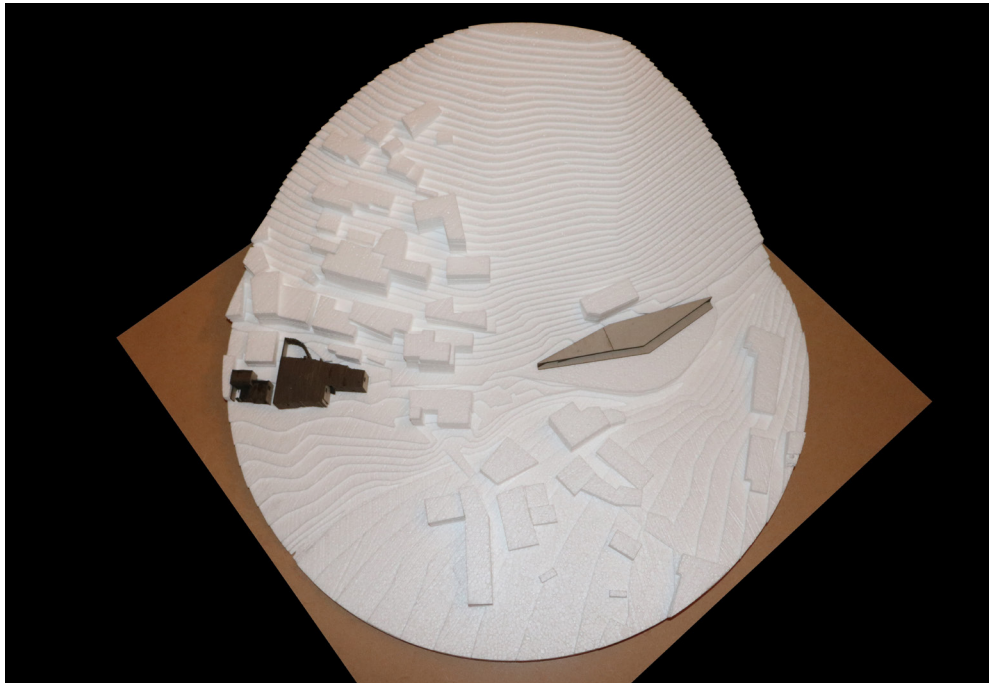


FIGURA 133 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200

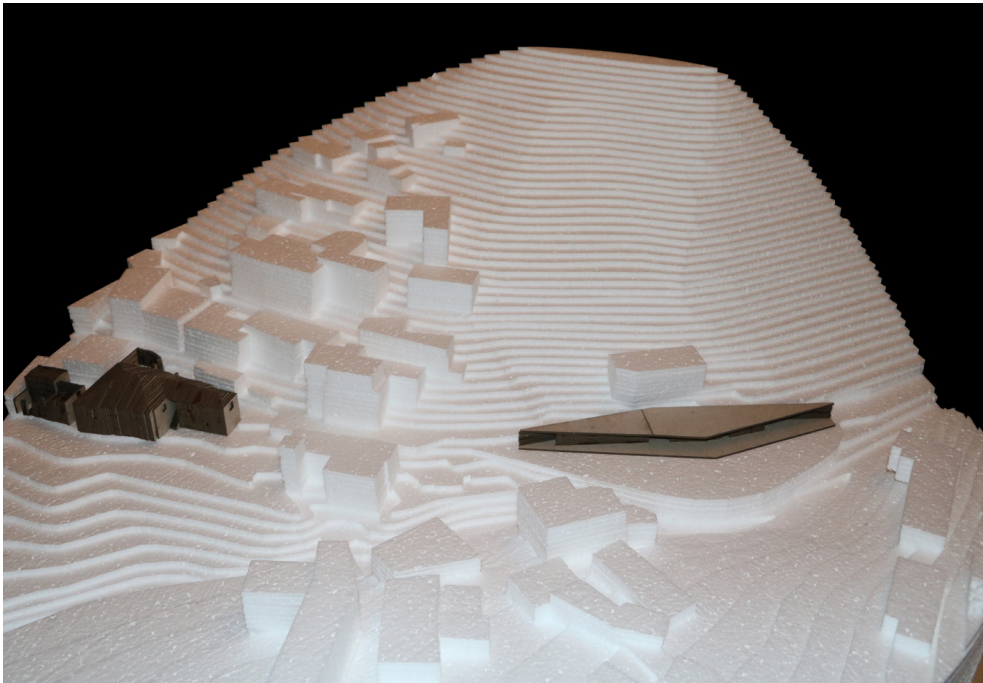


FIGURA 134 | FOTOGRAFIA DE MAQUETE | 1:200



FIGURA 135 | VILA COVA VISTA DA SERRA



FIGURA 136 | O COLÉGIO



FIGURA 137 | A IGREJA A ENTRADA

9.5.1 | A CASA DA PORTA AZUL

A primeira das propostas parte de uma das várias ruínas dispostas ao longo da aldeia, neste caso instaladas paralelamente ao colégio que se abordará em seguida.

Através de relatos, descobriu-se que esta construção possuía em tempos uma pequena mercearia no seu piso inferior, começando aqui a desenhar-se o seu programa. Atualmente em estado de avançada degradação, é a fachada o único elemento que vai marcando os seus limites, fruto da espessura dos blocos de granito onde assenta, sendo, por isso, o elemento que à partida se mantém.

No seu interior, e após limpeza de todo o entulho lá existente, propõe-se a implementação de um programa de cafetaria, que possibilite a divulgação da riqueza gastronómica deste local, e que se vai apropriar da ruína existente, moldando-se o desenho da nova construção a essa mesma.

O acesso a este local dá-se através de um pátio interior que surge após a passagem por um dos vãos que se abrem no piso inferior, demarcando a transição entre a rua e o edificado. Ao entrar no edifício construído, rapidamente surge perante o visitante a área de atendimento complementada por uma pequena zona onde o mobiliário presente permite uma estadia mais demorada. É neste espaço que surge o segundo vão do piso inferior onde se abre uma vista sobre a rua e mais à frente sobre o vale. Ainda neste piso, desenha-se uma área de instalações sanitárias, antecedida por um lance de escadas que permitirá acesso ao segundo piso desta intervenção no qual se desenham espaços de estar mais desafogados, que permitem o usufruto da paisagem, seja ele através do avanço e recuo do edifício ou pelo jogo interior/exterior que se proporciona.



FIGURA 138 | O ALÇADO FRONTAL VISTO DO INTERIOR



FIGURA 139 | ALÇADO FRONTAL



FIGURA 140 | INTERIOR DESTRUÍDO



FIGURA 141 | A VISTA DESAFOGADA

9.5.2 | O COLÉGIO

Lado a lado com a intervenção anterior surge o Colégio de Nossa Senhora de La Salette. A utilização dos seus espaços foi-se apresentando à medida que se explorava o local, tornando-se perceptível que a sua divisão em dois pisos, denota claramente a distinção dos seus usos, nomeadamente o piso inferior, onde duas situações ocorriam, a primeira havendo uma ala onde decorriam as aulas aqui lecionadas, e uma segunda, onde se armazenavam as alfaias agrícolas, e o piso superior, que se supõe ser das acomodações tanto de alunos como de professores.

O largo que partilha com a igreja local denota bem a importância destes dois edifícios para a comunidade, revelando-se por esse motivo aliciante a intervenção neste edifício, propondo um programa que siga a lógica implementada neste local.

Olhando sobre a população, rapidamente nos deparamos com uma média de idades bastante elevada o que desta forma justifica a criação de um centro de dia, que possibilite a reunião de vários habitantes num só espaço, combatendo a comum solidão de que muitos sofrem, definindo-se o piso superior do edifício como o indicado para um programa deste género. No entanto reutilizando a função inicial deste edifício, desenha-se no piso inferior um complexo de salas polivalentes, onde os utentes do centro de dia poderão ensinar, com as suas experiências, visitantes que queiram aprender a fazer produtos materiais típicos desta região, programa este que se complementa com a proposta de uma loja onde poderão ser vendidos esses mesmos produtos, gerando desta forma receita própria que ajude a manter este local por tempo indeterminado.

Programaticamente e subindo as escadas que se apresentam no Largo Madre Maria Clara, deparamo-nos com a sala de espera do centro de dia, implementando-se ainda neste espaço um gabinete para o diretor deste local. Seguindo pela porta que surge à direita,



FIGURA 142 | O COLÉGIO VELHO E A MELHORIA



FIGURA 143 | AS PAREDES ENVIESADAS



FIGURA 144 | ALÇADO POSTERIOR

e onde anteriormente existia um quarto, coloca-se agora uma copa para funcionários a qual se complementa com um balneário, onde antes havia uma instalação sanitária.

Voltando à sala de espera, e seguindo agora pelo corredor que se apresenta à esquerda, rapidamente se repara que é esta circulação que faz a separação das zonas técnicas das zonas sociais do edifício, ficando a cargo da estrutura deste, definir a distribuição dos espaços que destas zonas advêm. Ao entrar nesta ala, rapidamente surge a primeira zona de estar, surgindo do lado técnico as instalações sanitárias que servem a metade superior do edifício. Passadas estas duas primeiras áreas, surge a cozinha do centro de dia, aparecendo à sua frente uma zona de refeições, às quais se seguem nova zona de estar e do lado técnico um corredor, onde surge uma escadaria que acede ao piso inferior, que liga às zonas exteriores do edifício onde se contemplam dois pátios, um coberto e outro a descoberto.

No piso inferior, a entrada nestes espaços efetua-se pela loja, localizada onde atualmente se situa um enorme portão de ferro, que liga à ala dedicada ao antigo armazenamento das alfaias, tornando-se este o único ponto de acesso a este espaço.

Aqui para além de se deparar logo com o balcão, o visitante imediatamente repara na rampa pela qual desce para a cota da loja, numa atitude de desenho que se vai manifestando ao longo deste piso, por forma a não só separar estes espaços, mas também para ir ganhando pé direito, visto ser um dos problemas que de início se apontou a este local. Após a loja, e através de um pequeno hall, surgem as instalações sanitárias que correspondem verticalmente às dispostas no piso superior, às quais se seguem as salas polivalentes interligadas com o centro do dia pela escadaria presente na última destas salas.



FIGURA 145 | O SOCALCO



FIGURA 146 | O POÇO DA BOMBA



FIGURA 147 | O ACESSO AO POÇO

9.5.3 | O POÇO E O SOCALCO

O acesso à última intervenção neste local sugere ao visitante que contorne a igreja, onde encontrará várias estruturas ligadas à água, nomeadamente, um fontanário, à frente do qual surgem um moinho e um tanque de lavagem de roupa. Seguindo esse arruamento, rapidamente se abrirá à vista do visitante umas piscinas artificiais criadas na linha do rio, as quais se acedem através de uma escadaria em betão, e se dividem numa área de água rasa e outra com a água a meia altura. Propõe-se para este espaço a requalificação, através do redesenho de todas as áreas, incluindo escadarias, para que possam cumprir normas de segurança e de conforto.

A intervenção, porém, não acaba aqui, pois torna-se necessário um edifício que contemple programas de apoio a uma estrutura deste género. Desta maneira, no terreno amplo inserido entre estas piscinas e o tanque anteriormente mencionado, propõe-se a integração de um edifício que se abraça ao muro que suporta o acesso às piscinas, escondendo-se de quem ali passa, como se de um socalco se tratasse.

No capítulo programático, lendo o edifício de baixo para cima, definem-se duas áreas distintas, nomeadamente, a zona técnica privada, englobando uma área de arrumos, um gabinete médico e um balneário para o nadador salvador destacado, e uma zona técnica pública, onde surgem os programas virados para os utilizadores, contendo instalações sanitárias, vestíbulos, área de cacifos e chuveiros. Como mencionado esta construção é quebrada duas vezes na secção longitudinal, um corte mais pequeno onde se escondem os cacifos e um corte mais proeminente, distinguindo claramente a área pública da privada, e rematado do seu toque com a parede por um fontanário.

Este seccionamento, surge não só para separar os programas, mas também para colmatar a necessidade de ligação entre a circulação



FIGURA 148 | AMBIENTE EXTERIOR DO EDIFÍCIO DO POÇO

interior, criada pelo afastamento do edifício à parede, e a exterior, onde se desenham áreas para os utilizadores estenderem a sua toalha ou para fazerem refeições, dispondo para isso uma zona com algum mobiliário.

Tendo em conta o movimento gerado pelo retorno de emigrantes nos meses de verão, acredita-se no valor desta proposta que procura, através da requalificação de um espaço atualmente desaproveitado, criar condições não só para visitantes, mas também para os locais e os seus familiares.

VI | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finda a enorme viagem que foi este trabalho, reconhece-se a vontade deste caso se constituir como mais uma opção viável na implementação de projetos que dinamizem as zonas rurais de Portugal.

Mais que tudo, procurou abrir os olhos dos portugueses para o estado, muitas vezes calamitoso, em que se encontram bocados de património espalhados por todo país, consumidos por uma paisagem que se vai densificando e todos os anos ardendo, ficando à guarda de populações envelhecidas, que por mais que façam, com as forças que lhes restam, vêm a sua realidade desaparecer a um ritmo há muito alarmante.

Cientes de que estas problemáticas se encontram ou mal respondidas ou até nem ponderadas num contexto rural, torna-se urgente a dinamização de propostas como a que aqui se apresenta por forma a que o regionalismo típico de Portugal seja uma regalia e motivo de apresentação do país como um todo, e não um entrave ao desenvolvimento regional, refém muitas vezes das grandes cidades.

Seguindo a onda de uma nova vaga de turismo cultural, que pretende experienciar o que vá além do já conhecido e que se encontra desgasto, longe das metrópoles ou dos lugares de enorme afluência de pessoas, introduziu-se a região transmontana, como alternativa de excelência no combate a essa saturação. Portadora de uma grande riqueza cultural, social e natural, é muitas vezes atirada para o canto por outros locais que, pela sua localização, a ela se sobrepõe, daí que neste trabalho, se procure valorizar o património a ela intrínseco.

Para tal, pegou-se no já existente Circuito do Mineiro, e nele se procura reavivar o papel da viagem demorada pelo meio do território nacional, como os nossos pais, avós e restantes familiares faziam, serpenteando serras, atravessando planícies, percorrendo a costa, interrompendo a jornada à beira das estradas para momentos de pausa, contemplação, reflexão, etc. Este sentimento a ela associada, motiva a criação, ao longo deste circuito municipal, de pontos de paragem, que além de

possibilitarem momentos de introspeção *permitem ainda criar relações entre locais e visitantes, criando mais valia para ambos*¹⁰⁶.

Numa altura em que a arquitetura é muito mais do que a própria construção, esta vontade faz-se valer de um olhar contemporâneo, porém zeloso, sobre o mundo rural e a sua envolvente. Esta atitude cuidada reflete-se na recuperação do existente e no desenho do necessário, procurando sempre respeitar a história e o significado do local e as vontades da população.

Deste modo, confiantes de que a todas as inquietações corresponde a melhor resposta possível e agradados com o resultado final do que parecia ser fruto de uma teimosia toldada por uma ligação emocional, deixamos aqui o repto ao desenvolvimento de mais programas deste género não só nas escolas de Arquitetura, como no resto do país.

Anseia-se pelo dia em que estas possam deixar no território as mesmas marcas que deixam no papel.

106. CALVETE, Mariana - *Itinerâncias e Percursos da Memória, Desenho que suporte a relação entre património, território e paisagem*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. 2013, p.173.

BIBLIOGRAFIA

1 | BIBLIOGRAFIA GERAL

AAVV – *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa, AAP, 3ª Edição, 1988;

ALEXANDER, Christopher - *A Pattern Language*. Nova Iorque, Oxford University Press, 1977;

ALMEIDA, António Campar de – *Paisagens: um Património e um Recurso*. Coimbra, Campo das Letras, 2006;

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Património, Riegl e Hoje*, em Revista da Faculdade de Letras. Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1991;

ALVES, Teresa – *Paisagem – Em busca do Lugar Perdido*. Revista Finisterra, volume XXXVI, nº 72 | Lisboa, Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, 2001;

AUGÉ, Marc - *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa, 90 Graus Editora, 2005;

BERRE, Nina; **LYSHOLM**, Hege - *DETOUR. Architecture and Design along 18 National Tourist Routes in Norway*. Oslo, Statens Vegvesen, 3ª Edição, 2008;

BROCHMANN, Bertram - *A new Norwegian National Romance*. Morgenbladet 26 de Junho de 2009. Disponível para consulta em https://morgenbladet.no/debatt/2009/en_ny_norsk_nasjonalromantikk,

consultado em Junho de 2019;

C. M. Boticas - *Preservação dos Hábitos Comunitários nas Aldeias do Concelho de Boticas*. Boticas, Câmara Municipal de Boticas, 2006;

CALVETE, Mariana - *Itinerâncias e Percursos da Memória, Desenho que suporta a relação entre património, território e paisagem*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. 2013;

CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. Lisboa, Edições 70, 2000;

CHOAY, Françoise – *As Questões de Património*. Lisboa, Edições 70, 2011;

COIMBRA, Gonçalo - *Percurso Arquitectónico na Arrábida. A Arquitectura Portuguesa como revitalizadora do Património e da Paisagem*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. 2014;

CoE, Council of Europe - *European Landscape Convention*. Florença, CoE, 2000, disponível em <https://rm.coe.int/1680080621>, consultado em Agosto de 2018;

COSTA, Alexandre Alves da – *Identidade Nacional e Património Construído*. Comunicação efetuada a 18 de Abril de 2009 no Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Disponível em <http://home.fa.utl.pt/~jaguiar/documentos/2009/AAC2009Identidadenacionalepatrimonio.pdf>, consultado em Outubro de 2017;

COSTA, Alexandre Alves da - *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa*. Porto, FAUP, 1995;

CULLEN, Gordon – *Paisagem Urbana, Arquitectura e Urbanismo*. Lisboa, Edições 70, 2006;

DOMINGUES, Álvaro – *A Paisagem Revisitada*. Revista Finisterra, volume XXXVI, nº 72 | Lisboa, Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, 2001;

DOMINGUES, Álvaro – *A Rua da Estrada*. Porto, Dafne Editora, 2009;

DOMINGUES, Álvaro – *Vida no Campo*. Porto, Dafne Editora, 2011;

FIGUEIREDO, Elisabete; **VALENTE**, Sandra - *Habitantes e Visitantes – Uma “Luta” Inevitável*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2003, p. 1, disponível em <http://sper.pt/oldsite/VCHER/Pdfs/SandraValente.pdf>, consultado em Novembro de 2017;

GASPAR, Jorge - *O Retorno da Paisagem à Geografia*, em Revista Finisterra, volume XXXVI, nº 72 | Lisboa, Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, 2001;

GEORGE, Pedro - *Paisagem – Do Urbano ao Rural. Notas a partir de Lisboa...*, em Revista Finisterra, volume XXXVI, nº 72 | Lisboa, Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, 2001;

GIRÃO, Aristides de Amorim – *Geografia de Portugal*. Porto, Portucalense Editora, 1941;

GOMES, Paulo Varela – *Destroços*, em *Jornal Público*, 1 de Abril de 2010. Disponível em <https://www.publico.pt/2010/04/01/culturaipsilon/noticia/destrocos-253771>, consultado em Agosto de 2018;

ICOMOS - *The International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites*. Veneza, ICOMOS, 1964;

ICOMOS - *Resolutions of the Symposium on the Introduction of Contemporary Architecture into Ancient Groups of Buildings*. Budapeste, ICOMOS, 1972;

ICOMOS - *Charter for the Conservation of Historic Towns and Urban Areas*. Washington, ICOMOS, 1987;

ICOMOS – *International Cultural Tourism Charter. Managing Tourism at Places of Heritage Significance*. México, ICOMOS, 1999;

ICOMOS – *Charter on the Built Vernacular Heritage*. México, ICOMOS, 1999;

IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico) – *Património. Estudos*. Lisboa, IPPAR, 2002;

INDE, Interooperação e Desenvolvimento, CRL - *Pessoas e Lugares, Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+*. Braga, Diário do Minho, 2004. Disponível em <http://www.minhaterra.pt/IMG/pdf/jornalpl16.pdf>, consultado em Novembro de 2017;

LADEIRO, Helena - *A Comunicação Visual e Gráfica como uma Chave de Leitura da Identidade Nacional Portuguesa no Século XIX*. Tese de Doutoramento, FAUL, 2016;

LINO, Raul – *Casas Portuguesas*. Lisboa, Valentim de Carvalho, 8ª Edição, 1992;

MATTOSO, José – *A Identidade Nacional*. Lisboa, Fundação Mário Soares, 2003;

MATTOSO, José; **DAVEAU**, Suzanne; **BELO**, Duarte – *Portugal. O Sabor da Terra. Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões*. Lisboa, Temas e Debates, 2010;

MENDES, António Rosa – *O que é Património Cultural*. Olhão, Gente Singular Editora, 2012;

NUNES, João Paulo Avelãs – *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947). Actividade Mineira, “Grande Depressão” e Segunda Guerra Mundial*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010

NUNES, Jorge - *As Casas dos Guardas Florestais*. Disponível em <http://www.jorgenunes.net/casas-guarda-florestais/>, consultado em Maio de 2019;

PALLASMAA, Juhani - *Os Olhos da Pele* – Porto Alegre, Bookman, 2011;

PEDROSA, António De Sousa - *A Rota Cultural na senda da Paisagem, da Cultura, do Património, das Tradições, das Lendas: o exemplo do Alto Barroso (Norte de Portugal)*, em Revista Geografia Ensino e Pesquisa, volume 17, nº3, Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 2013;

PEDROSA, Fantina Tedim – *A Península Ibérica – Um Espaço em Mutação*, em VI Colóquio de Geografia – Actas, Volume I, Porto,

Universidade do Porto, 1995;

PESSOA, Fernando – *Mensagem*. Lisboa: Ática, 10^a ed. 1972, p. 57, disponível em <http://arquivopessoa.net/textos/2375>, consultado em Dezembro de 2018;

PESSOA, Fernando Santos – *Intervir na Paisagem*. Lisboa, Argumentum, 2017;

PORTAS, Nuno - *Conservar Renovando ou Recuperar Revitalizando*. Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, 1983;

RAMOS, Manuel João - *A Matéria do Património. Memórias e Identidades*. Lisboa, Fernando Mão de Ferro, 2003;

REIS, Carlos; **BERNARDES**, José Augusto, Cardoso; **SANTANA**, Maria Helena – *Uma Coisa na Ordem das Coisas. Estudos para Ofélia Paiva Monteiro* – Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/38698/1/Jardins%20romanticos.pdf>, consultado em Dezembro de 2017;

RIBEIRO, Ana Sofia – *O Beiral, o Espigueiro e a Eira. Formas, Usos e Contextos*. Porto Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016;

RIBEIRO, Orlando – *Paisagens, Regiões e Organização do Espaço*. Revista Finisterra, volume XXXVI, nº 72 | Lisboa, Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, 2001;

RIBEIRO, Orlando - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1993;

RUDOFSKY, Bernard – *Architecture Without Architects*. Nova Iorque, Museum of Modern Art, 1964;

SALGUEIRO, Teresa Barata – *Paisagem e Geografia*. Revista Finisterra, volume XXXVI, nº 72 | Lisboa, Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, 2001;

SERRÃO, Adriana Veríssimo - *Filosofia da Paisagem – Estudos*. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013;

SILVA, Gastão Brito e – *Portugal em Ruínas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014;

SILVA, Luís – *A procura do Turismo em Espaço Rural*. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/etn/v11n1/v11n1a08.pdf>, consultado em Outubro de 2017;

SILVA, Mariana Brás da Costa – *Um Roteiro para a Serra Beirã. Novos Traçados e Reabilitação Dinamizadores de uma Região*. Dissertação de Final de Mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2015;

TÁVORA, Fernando - *Da Organização do Espaço*. Porto, E.S.B.A.P., 1982;

UNESCO - *Recommendation concerning the safeguarding and contemporary role of historic areas*. Nairobi, UNESCO, 1976;

VIEIRA, Álvaro Siza – *Imaginar a Evidência*. Lisboa, Edições 70, 2015;

ZUMTHOR, Peter – *Atmosferas*. Barcelona, Gustavo Gili, 2006;

ZUMTHOR, Peter – *Pensar a Arquitectura*. Barcelona, Gustavo Gili SL, 2009;

2 | BIBLIOGRAFIA DO LOCAL

RIBEIRO, Joaquim Aires – *História das Freguesias do Concelho de Vila Real*. Vila Real, Maronesa, 2007;

PEDROSA, Fantina Tedim – *A Serra do Marão. O Homem, o Meio e as Dinâmicas Territoriais*. Porto, FLUP, 1999;

PEDROSA, Fantina Tedim - *Dinâmica Demográfica em Áreas de Montanha. A Serra do Marão*, em CEPFAM – Revista População e Sociedade. Porto, CEPFAM, 1998;

TABORDA, Vergílio – *Alto Trás-os-Montes. Estudo Geográfico*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1932;

TORGA, Miguel – *Portugal*. Coimbra, Gráfica de Coimbra;

3 | WEBGRAFIA

Câmara Municipal de Vila Real – <http://www.cm-vilareal.pt/>;

DGPC (Direção Geral do Património Cultural) - <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>;

ICOMOS - <https://www.icomos.org/en/>;

UNESCO - www.unesco.org.

ANEXOS